

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

DAYANNE TEIXEIRA LIMA

***FORMA PURA E FORMA MATERIAL: LÍNGUA, ORALIDADE E
ESCRITA A PARTIR DE HJELMSLEV***

MACEIÓ

2016

DAYANNE TEIXEIRA LIMA

*FORMA PURA E FORMA MATERIAL: LÍNGUA, ORALIDADE E ESCRITA
A PARTIR DE HJELMSLEV*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística, na linha de Teoria e Análise Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Núbia Rabelo Bakker Faria

MACEIÓ

2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- L732f Lima, Dayanne Teixeira.
Forma pura e forma material : língua, oralidade e escrita a partir de Hjelmslev /
Dayanne Teixeira Lima. – 2016.
125 f.
- Orientadora: Núbia Rabelo Bakker Faria.
Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade
Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e
Linguística, Maceió, 2016.
- Bibliografia: f. 121-125.
1. Saussure, Ferdinand de, 1857-1913. Crítica e interpretação. 2. Hjelmslev, Louis
Trolle, 1899-1965. Crítica e interpretação. 3. Linguística. 4. Oralidade. 5. Escrita.
I. Título.

CDU: 801



TERMO DE APROVAÇÃO

DAYANNE TEIXEIRA LIMA

Título do trabalho: **"FORMA PURA E FORMA MATERIAL: língua, oralidade e escrita a partir de Hjelmslev"**.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRA em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Profa. Dra. Núbia Rabelo Bakker Faria (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

Profa. Dra. Adna Lopes (PPGE/Ufal)

Prof. Dr. Márcio Alexandre Cruz (FALE/UFAL)

Maceió, 19 dezembro de 2016.

Aos meus amados pais, **Degental Ferreira Lima** e **Maria Helena Soares Teixeira**,
eternos amigos e grandes incentivadores da
minha jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, fonte inesgotável de força e de sabedoria.

A minha FAMÍLIA, meu porto seguro.

A minha querida orientadora, PROFA. NÚBIA FARIA, pela confiança e incentivo, pelas tardes de ricas discussões teóricas e, principalmente, pelo compromisso e seriedade com que conduziu a orientação deste trabalho.

Aos professores ADNA LOPES, ALDIR SANTOS e MÁRCIO CRUZ, pela leitura cuidadosa, pelas correções e sugestões a esta dissertação.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por ter financiado esta pesquisa.

A RAFAEL LIMA, pelo incentivo diário, pela confiança, pelas leituras compartilhadas, pelo acalento nos dias difíceis, enfim, por ter feito parte, de uma maneira muito especial, do começo da minha trajetória na Pós-Graduação.

Aos queridos amigos (os irmãos), ESTÊVÃO DOS ANJOS, KARLOS EDUARDO CARVALHO, pelas (muitas) alegrias e pelo companheirismo de sempre.

Aos queridos amigos DIOGO SANTOS, ÍCARO CARVALHO, JOÃO VICTOR FERNANDES, MARÍLIA DANTAS, PEDRO MOURA, VICTOR VERÇOSA e todos do PET-LETRAS UFAL, pelas experiências compartilhadas e pela presença constante em minha formação acadêmica.

E a todos os meus amigos que, durante o tempo de graduação e pós-graduação, me acompanharam e me ofereceram apoio em todos os momentos.

“A língua é, por assim dizer, uma álgebra que teria somente termos complexos.”

(Ferdinand de Saussure)

RESUMO

Este trabalho, de cunho bibliográfico, tem como objetivo principal discutir a relação entre língua, oralidade e escrita a partir dos conceitos de *forma pura* e *forma material* em Hjelmslev (1943a, 1943b, 1948a, 1948b, 1954, 1957, 1963). Nesse caminho, a *concepção elementar de representação da oralidade pela escrita* é problematizada à luz da teoria hjelmsleviana. Tal concepção, presente na história da Linguística, concebe a letra como a representante direta do som e baseia-se no argumento da anterioridade do oral em relação à escrita. Hjelmslev, por sua vez, defende a inexistência de uma *substância primeira/ natural*, argumento que contraria a ideia de que o som é o “liame natural” da língua. Partimos, inicialmente, do tratamento dado ao oral e ao escrito na área, mais especificamente na Gramática Comparada, no Movimento Neogramático e no *Curso de Linguística Geral* (1916). Em seguida, situamos o projeto de Hjelmslev como efeito inovador do CLG, especialmente da noção saussuriana de *valor linguístico*, e aprofundamos as noções de *língua*, *expressão*, *conteúdo*, *forma* e *substância* do autor, dando ênfase ao tratamento da *substância da expressão* por serem a oralidade e a escrita particularidades desta. Por fim, discutimos os conceitos de *forma pura* e *forma material* a partir da inclusão do conceito de *matéria* (ao lado de *forma* e *substância*), bem como os desdobramentos teóricos dessa inclusão para pensarmos a relação entre língua, oralidade e escrita. Vimos que a teoria de Hjelmslev deu abertura para que as substâncias (sonora, gráfica, gestual, etc.) fossem entendidas enquanto possibilidades de manifestação da língua. Nessa perspectiva, *a escrita não representa a oralidade*, mas ambas são *formas materiais* (distintas materialmente) que remetem à *forma pura* (língua). Ademais, o algebrismo hjelmsleviano deu evidência para o fato da materialização e, ao mesmo tempo, da presença do sujeito, de um *corpo* afetado pela língua através dos sentidos.

Palavras-chave: Saussure. Hjelmslev. Forma pura. Forma material. Oralidade e escrita.

ABSTRACT

The main goal of this bibliographic work is to discuss the relationship between language, orality and writing from the concepts of *pure form* and *material form* in Hjelmslev (1943a, 1943b, 1948a, 1948b, 1954, 1957, 1963). In this way, the *elemental conception of orality representation by the writing* is problematized based on the Hjelmsleviana theory. This conception, present in the history of Linguistics, conceives the letter as the direct representative of the sound and is based on argument of oral precedence in relation to writing. Hjelmslev, in turn, argues for the inexistence of a first/natural substance, an argument that contradicts to the idea that sound is the "natural bond" of language. We began with the oral and written treatment in the area, more specifically in Comparative Grammar, in the Neogrammarian Movement and in the General Linguistic Course (1916). Next, we situate the Hjelmslev project as an innovative CLG effect, especially the Saussurian notion of *linguistic value*, and we deepen the notions of *language*, *expression*, *content*, *form* and *substance* of the author, emphasizing the treatment of the *substance of the expression* because oral and written characteristics of it. Finally, we discuss the concepts of *pure form* and *material form* from the inclusion of the concept of *purpot* (along with *form* and *substance*), as well as the theoretical unfolding of this inclusion to think about the relationship between language, orality and writing. We have seen that Hjelmslev's theory opened up so that substances (sound, graphics, gestures, etc.) could be understood as possibilities of language manifestation. In this perspective, *writing does not represent orality*, but both are *material forms* (materially distinct) that refer to the *pure form* (language). In addition, the Hjelmslevian algebrismo gave evidence for the fact of the materialization and, at the same time, the presence of the subject, of a *body* affected by the language through the senses.

Keywords: Saussure. Hjelmslev. Pure form. Material form. Orality and writing.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	ORALIDADE E ESCRITA ANTES E A PARTIR DO CLG: A IDEIA DE <i>REPRESENTAÇÃO</i>	12
2.1	CLG: “uma escolha de leitura”	15
2.2	A Oralidade e a Escrita na Linguística Pré-Saussuriana: da Gramática Comparada ao Movimento Neogramático	23
2.2.1	A Gramática Comparada	25
2.2.2	O Movimento Neogramático	32
2.3	A Oralidade e a Escrita no CLG	35
3	O PROJETO HJELMSLEVIANO ENQUANTO EFEITO DO CLG	51
3.1	Hjelmslev: um Linguista de seu Tempo.....	53
3.2	Do CLG à Glossemática: a inovação Hjelmsleviana	58
3.3	As Noções Hjelmslevianas de <i>Forma, Substância, Expressão e Conteúdo</i> : alguns desdobramentos	76
4	<i>FORMA PURA, FORMA MATERIAL E A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA,</i> <i>ORALIDADE E ESCRITA</i>	89
4.1	<i>A Matéria e as Noções de Forma Pura e Forma Material</i>	90
4.2	O Sujeito Enquanto “Palco” da (Trans)Formação da Matéria em Substância Semiótica.....	106
4.3	O Algebrismo Hjelmsleviano: não há “substância natural”.....	109
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS.....	121

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi motivado, inicialmente, pela minha experiência como colaboradora no projeto de PIBIC (2012-2013) intitulado *Forma e substância na linguagem: desafios para pensar a natureza da escrita alfabética a partir da escrita do surdo*, orientado pela Profa. Núbia Rabelo Bakker Faria. Nele, problematizou-se o fato de haver surdos não oralizados que se alfabetizam em português (uma língua de escrita alfabética), lidando apenas com a substância gráfica da escrita, já que o acesso à oralidade, para eles, é inviabilizado.

Dessa experiência, na qual a natureza da escrita alfabética foi problematizada, busquei, a partir de Saussure (1916), mais especificamente da noção de *valor linguístico* (de onde surgem as noções de *forma* e *substância*), discutir a relação de representação entre o oral e o escrito. Esse foi o tema do meu TCC, defendido em 2014, orientado, também, pela Profa. Núbia, intitulado *A relação entre oralidade e escrita sob os efeitos da teoria de valor em Saussure*.

Essa experiência com a teorização saussuriana fez com que eu me aproximasse de Louis Hjelmslev (1943), sobretudo do tratamento original dado pelo autor à escrita alfabética. O linguista dinamarquês, leitor de Saussure, radicalizou a célebre frase do genebrino – *a língua é uma forma e não uma substância* –, colhendo dela consequências inovadoras, tais como a negação da existência de uma substância natural/absoluta da língua.

Por essa razão, surgiu o interesse de, neste trabalho, aprofundar a discussão sobre a relação entre língua, oralidade e escrita a partir de dois conceitos hjelmslevianos não abordados por mim nas pesquisas anteriores: *forma pura*, que remete à língua, entendida como uma *álgebra pura*, e *forma material*, a matéria afetada pela forma – a substância – e que remete às possibilidades de manifestação material da língua.

Ao propor essa discussão, esbarro novamente com a concepção consagrada pelo senso comum, que perpassa os estudos sobre a linguagem e, também, algumas práticas pedagógicas de alfabetização: a de escrita enquanto *representação* da oralidade. Nela, a oralidade é privilegiada por ser (acredita-se) cronologicamente anterior à escrita, e, por isso, é concebida como *natural*; a escrita, tida por secundária, é tratada como aquilo que é *superficial*, que existe apenas em função da oralidade.

A concepção tradicional de representação do oral pelo escrito pode ser encontrada na noção de *consciência fonológica*¹. Nessa perspectiva, ao ouvinte é dada a capacidade de segmentar conscientemente as palavras em unidades menores, chegando, assim, por intuição, aos fonemas de sua língua. De uma maneira geral, são comuns, também, nas aulas de alfabetização, práticas pedagógicas baseadas na relação direta entre som e letra (diz-se “a”, escreve-se “a”), cujo pressuposto está na própria ideia de representação direta de um pelo outro.

Essas duas referências acima têm, aqui, caráter ilustrativo. A minha intenção foi a de destacar o fato de que a noção de escrita enquanto representação da fala está presente tanto nas práticas do senso comum, quanto no meio acadêmico e pedagógico. Boa parte da Linguística do século XIX, como veremos, repete essa concepção de representação, quer seja nos pressupostos teóricos das correntes linguísticas, quer seja pela metodologia adotada por elas.

Resgatar autores e obras que remetem aos fundamentos da Linguística para revisitar conceitos fundantes é, sem dúvida, um grande desafio. No entanto, um desafio que tem se configurado como uma necessidade e, por essa razão, tem sido abraçado calorosamente por diversos autores ao longo dos anos. Temos assistido, recentemente, um movimento intenso de retorno a Saussure em função da (re)leitura dos manuscritos e de datas comemorativas (o centenário da morte de Saussure, em 2013, e do *Cours*, em 2016).

No Brasil, diversas editoras publicaram obras (nacionais e internacionais) que se associam a esse movimento, como, por exemplo, os *Escritos de Linguística Geral*, obra organizada e editada por Bouquet e Engler, publicada pela editora Cultrix, em 2004; *Compreender Saussure a partir dos manuscritos*, de Depecker, publicada pela editora Vozes, em 2012; *Saussure: a invenção da Linguística*, organizada por Fiorin, Flores e Barbisan e publicada pela editora Contexto, em 2013; *O efeito Saussure: cem anos do Curso de Linguística Geral*, organizada por Faraco, e *Saussure, o texto e o discurso: cem anos de heranças e recepções*, organizada por Cruz, Piovezani e Testenoire, ambas publicadas em 2016 pela editora Parábola, entre outras. Há, também, um calendário de eventos², dentro e fora do Brasil, em comemoração aos 100 anos de publicação do *Cours*.

Hjelmslev, por sua vez, embora seja um autor referência para a Semiótica (sobretudo a fundada por J. Greimas na década de 60), é, ainda, “um autor pouco lido e muito criticado nos

¹ Para uma discussão sobre a origem e o conceito de *consciência fonológica*, cf. Souza (2011).

² Link para acessar a lista completa dos eventos: <http://www.clg2016.org/accueil/calendrier-des-manifestations/>. Acesso em Setembro 2016.

dias de hoje”, como destaca Fiorin (2003, p. 20), num texto em que aborda a relação entre o projeto hjelmsleviano e a semiótica francesa.

O retorno à teorização do linguista dinamarquês que proponho nesta pesquisa é orientado não pela figura do Hjelmslev-semiótico (embora reconheça a relevância deste), mas, antes, pelo Hjelmslev-leitor do CLG e inovador de algumas das ideias saussurianas lá veiculadas. O ponto de partida dessa releitura, que não é só de um autor, de uma obra ou de conceitos, mas especialmente de um momento em que as bases da linguística do século XX foram formuladas, é problematizar uma questão ainda atual: a da *natureza* da relação entre língua, oralidade e escrita, comumente pensada como sendo uma relação de *representação*.

Portanto, com o intuito de discutir essa relação a partir dos conceitos hjelmslevianos de *forma pura* e *forma material*, este trabalho, de cunho bibliográfico, buscará: 1) resgatar o tratamento dado à oralidade e à escrita no campo da Linguística antes e a partir da publicação do *Curso de Linguística Geral* (2006[1916]), doravante CLG³ (primeira seção); 2) situar a teorização de Hjelmslev como efeito do CLG, especialmente da noção saussuriana de *valor linguístico*, e aprofundar as noções de *língua*, *expressão*, *conteúdo*, *forma* e *substância* em Hjelmslev, dando ênfase ao tratamento da *substância da expressão*, por serem a oralidade e a escrita particularidades desta (segunda seção); e, por fim, 3) discutir os conceitos de *forma pura* e *forma material* em Hjelmslev a partir da inclusão do conceito de *matéria* (ao lado de *forma* e *substância*) para problematizar a relação elementar de representação do oral pelo escrito (terceira seção).

³ Adotaremos a sigla CLG sempre que nos referirmos ao *Curso de Linguística Geral* (2006[1916]) e, também, às citações saussurianas retiradas dele.

2 A ORALIDADE E A ESCRITA ANTES E A PARTIR DO CLG: A IDEIA DE REPRESENTAÇÃO

Nesta seção, nos propomos a resgatar o tratamento dado à oralidade e à escrita alfabética, no campo da linguística, antes e a partir do CLG. Não é nossa intenção traçar uma visão exaustiva sobre ambos na história da linguística, mas apresentar, em linhas gerais, como se configurou a abordagem do oral e do escrito em três momentos representativos dessa história: na Gramática Comparada, na Escola Neogramática e, por fim, no próprio CLG.

Entendemos que o modo como esse tratamento se configurou está em consonância com a concepção de oralidade e de escrita e com as orientações teórico-metodológicas presentes em cada um desses momentos. Resta-nos saber, então, qual a concepção de oral e de escrito estava em jogo, bem como qual era a direção teórica e metodológica dos comparatistas, dos neogramáticos e de Saussure no movimento de incluir ou excluir a escrita da linguística.

A pertinência desse resgate para este trabalho dá-se na medida em que ele nos proporciona uma visão panorâmica sobre o contexto de formação da linguística moderna e, conseqüentemente, de Hjelmslev. Além disso, tal retorno nos dará subsídios para pensarmos as seguintes questões, que serão abordadas no decorrer do texto: a) por que Hjelmslev distancia-se dos comparatistas, dos neogramáticos e, de certa maneira, de Saussure no modo como concebe a oralidade e a escrita? b) Em que sentido podemos dizer que houve uma *inovação hjelmsleviana* relativamente às concepções de oralidade e de escrita em função dos conceitos de *forma pura e forma material*?

Antes de prosseguirmos, um esclarecimento se faz necessário. Nossa discussão está centrada na *escrita alfabética*. Isso significa que não discutiremos, neste trabalho, outros sistemas de escrita, tais como o pictográfico e o ideográfico, por exemplo. A razão dessa delimitação não é aleatória: é esse tipo de escrita que é incluído ou excluído dos estudos linguísticos, entendido ora como elemento fundamental, ora como parte acessória da linguagem. Além disso, é nela que a ideia de representação do som pela letra dá-se mais fortemente.

Saussure distingue apenas dois tipos de sistema de escrita: o ideográfico, em que “a palavra é representada por um signo único e estranho aos sons de que ela se compõe” (CLG, p. 36), e o fonético, “que visa a *reproduzir a série de sons que se sucedem na palavra*” (CLG, p. 36, grifo nosso). Neste último, estão circunscritas as escritas silábica e alfabética. Ele

delimita seu estudo ao sistema fonético de escrita, mais especificamente aquele que se originou a partir do alfabeto grego⁴.

Para o mestre genebrino, o alfabeto grego destaca-se porque “cada som simples é nele *representado* por um único *signo*⁵ gráfico e, reciprocamente, cada signo corresponde a um som simples, sempre o mesmo” (CLG, p. 50, grifo nosso). Ou seja, somente esse alfabeto teve o mérito de proporcionar uma “imagem” lógica e fiel dos sons elementares da língua (incluindo, aí, as vogais) na cadeia falada: “no momento em que um alfabeto desse gênero se estabelece, ele *reflete* a língua de maneira assaz racional [...]” (CLG, p. 36, grifo nosso). No entanto, segundo ele, a harmonia entre a grafia e o som não é eterna, como veremos na seção 2.3.

Para Higounet (2003, p. 59, grifo nosso), a escrita alfabética é entendida como o último estágio de “evolução” dos sistemas de escrita, uma vez que seu alfabeto apresenta “um sistema de sinais que *exprimem* os sons elementares da linguagem”. Essa valorização da escrita alfabética como “o último estágio de evolução” é justificada pelo ponto de vista adotado pelo autor: o do paleógrafo, que estuda a escrita enquanto “[...] formas que evoluem em um contexto político, social e econômico” (HIGOUNET, 2003, p. 23). Embora nosso ponto de vista não seja o do paleógrafo, mas o do *linguista*, mencionamos essa definição evolutiva de escrita por ser ela a mais corrente. Nosso objetivo é, no decorrer do trabalho, problematizar essa concepção com base nos fundamentos da linguística moderna, mais particularmente na reflexão de Saussure e de Hjelmslev.

As definições de sistema de escrita alfabética/fonética mencionadas acima carregam em si a ideia de *representação* da oralidade pela escrita, como nos sugerem os verbos *reproduzir* e *expressar* presentes nas definições de Saussure e de Higounet, respectivamente. A própria nomeação de escrita *fonética* sugere sua finalidade: a de representar os sons da língua. Entendendo a escrita como uma *invenção*, e, por essa razão, posterior à oralidade, esta figurou um papel central na Linguística, enquanto a escrita assumiu um papel periférico, no sentido de que ela era tomada (erroneamente ou não) como a condição de acesso direto à oralidade. Nesse sentido, Endruweit (2009, p. 105) tem razão quando afirma que “eleger a escrita como objeto de estudo significa estender o olhar para a exclusão”.

⁴ Higounet destaca a importância do alfabeto grego para nossa escrita e nossa civilização, haja vista que esse alfabeto foi “[...] o intermediário ocidental entre o alfabeto semítico e o alfabeto latino, intermediário não apenas histórico, geográfico e gráfico, mas estrutural, pois foram os gregos os primeiros a ter a ideia da notação integral e rigorosa das vogais” (2003, p. 87). Além disso, segundo o autor, foi essa inovação do alfabeto grego que o tornou “[...] o ancestral de todos os alfabetos europeus modernos” (Ibid., p. 89).

⁵ O termo *signo* oscila no texto saussuriano, tanto no CLG quanto nos manuscritos. Voltaremos a esse ponto na seção 2.3.

Partimos do pressuposto de que *o prestígio da oralidade em detrimento da escrita está associado à concepção de representação do oral pelo escrito, na qual a letra figura como secundária em relação ao som*. Mas qual o significado dessa representação? Em outras palavras, o que significa dizer que a escrita representa a oralidade? Endruweit nos dá uma resposta. Ao fazer menção à metáfora em que Saussure associa a escrita aos flutuadores de cortiça⁶, a autora explica:

Igualmente a escrita é acessória em relação à oralidade, essa, sim, essencial à língua. Se acessória, é porque sobra, pode, tal qual os flutuadores, ser retirada sem afetar o que realmente faz diferença. Esse é, pois, o próprio conceito de escrita como representação da fala (ENDRUWEIT, 2009, p. 110).

Mas, para além do fato da *sobra* que, em si mesmo, reforça a noção de *representação* do oral pelo escrito, nosso intuito é, insistamos, situar a inclusão e/ou exclusão da escrita e a valorização e/ou desvalorização da oralidade em função das particularidades teórico-metodológicas nos três grandes momentos da constituição da Linguística ora mencionados.

Lançar mão do pensamento saussuriano presente no CLG implica considerar, pelo menos, duas questões. A primeira diz respeito à particularidade de sua publicação: como é demasiadamente sabido, o *Cours* é obra de um autor que nunca a escreveu, uma vez que foi baseada em anotações de alunos que participaram dos três cursos ministrados por Saussure, em Genebra, e em poucas anotações dele próprio. Reunidas e organizadas pelos editores do curso, discípulos do mestre, a autoria da obra foi atribuída ao genebrino.

A segunda questão é consequência da primeira e refere-se à discussão calorosa sobre a autenticidade do CLG. A publicação dos manuscritos de Saussure, dos anos 50 até mais recentemente, final dos anos 90, tem movimentado diversas pesquisas sobre a fidelidade ou infidelidade dos editores na difícil tarefa de restituir um pensamento tão complexo, disperso e inacabado.

Assim, diante da polêmica que envolve a discussão sobre o “verdadeiro” e o “falso” Saussure, partiremos daquilo que Normand (2011) sugere no texto *Saussure: uma epistemologia da linguística*: é preciso, antes de tudo, fazer “uma escolha de leitura”. Este será o assunto da seção 2.1.

Na seção 2.2, resgataremos, em linhas gerais, o tratamento dado à oralidade e à escrita na Gramática Comparada e no Movimento Neogramático, respectivamente, partindo do

⁶ Eis a metáfora saussuriana: “Quando se substitui a escrita pelo pensamento, aqueles que são privados dessa imagem sensível correm o risco de não perceber mais que uma massa informe com a qual não sabem o que fazer. É como se se tirassem os flutuadores de cortiça ao aprendiz de natação” (CLG, p. 42)

pressuposto de que em ambas as perspectivas a noção de representação do oral pelo escrito esteve presente. Para isso, convocaremos Robins (1983) em sua *Pequena história da linguística*, especialmente o capítulo que versa sobre a linguística do século XIX, bem como outros autores.

E, por fim, na seção 2.3, abordaremos o tratamento dado à oralidade e, sobretudo, à escrita, no CLG, considerando o seguinte fato: Saussure apresentou duas posturas curiosamente opostas quanto à escrita alfabética. Na primeira, assume que a escrita é tão somente a representação da língua (oral); na segunda, ao discutir a noção de *valor linguístico*, ele estende às letras o caráter puramente relativo e diferencial que rege as relações entre os signos linguísticos. Para discutirmos essa aparente contradição em Saussure, Derrida (1973) e Endruweit (2009) serão convocados.

2.1 CLG: “uma escolha de leitura”

A publicação do *Curso de Linguística Geral* em 1916, de Ferdinand de Saussure, é tradicionalmente considerada um marco para a linguística do século XX. Por estabelecer, conforme Normand (2011, p. 22), uma “ruptura epistemológica” ao apresentar um novo olhar para o fenômeno linguístico, o CLG é leitura obrigatória não só para os estudantes do curso de Letras e linguistas, mas para pesquisadores de áreas que, de alguma maneira, a linguagem seja um ponto de reflexão.

Porém, como é demasiadamente sabido, o livro que deu a Saussure o título de “pai da linguística moderna” não foi escrito por ele, mas é resultado de uma “assimilação e reconstituição” que seus editores, Bally, Sechehaye, com a colaboração de Riedlinger, fizeram a partir de poucas notas pessoais do próprio Saussure e de anotações de alguns dos alunos que estiveram presentes nos cursos ministrados por Saussure, em Genebra, nos anos 1906-1907, 1908-1909 e 1910-1911. O problema desse empreendimento foi muito bem colocado por Salum, no prefácio à edição brasileira do *Cours*:

[...] hoje não se pode deixar de reconhecer que o *Cours* levanta uma série interminável de problemas. Porque, no que toca a eles, Saussure – como Sócrates e Jesus – é recebido de ‘segunda mão’. Conhecemos Sócrates pelo que Xenofonte e Platão escreveram como sendo dele. O primeiro era muito pouco filósofo para entendê-lo, e o segundo, filósofo demais para não ir além dele ambos distorcendo-o. Jesus nada escreveu senão na areia: seus ensinamentos são os que nos transmitiram os seus discípulos,

alguns dos quais não foram testemunhas oculares. (SALUM, 2006, p. XVI, grifo do autor).

Eis o problema: confiar ou não nos editores do Curso? O pensamento saussuriano ali exposto condiz, realmente, com as lições de Saussure nos três cursos ministrados em Genebra? A autenticidade do livro é, então, questionada. Várias críticas ao CLG foram construídas, sobretudo quando novas fontes manuscritas foram descobertas, no sentido de encontrar o “verdadeiro” Saussure. No prefácio de *Saussure*, Normand (2009) assim descreve esse momento de cisma pela obra póstuma:

Alguns chegam a acusar os editores de ter deliberadamente deformado, travestido, ou mesmo censurado o pensamento saussuriano. O texto do *Curso*, em sua continuidade e sua coerência reconstruídas, encontra-se assim sob suspeita, até mesmo despojado de qualquer valor, substituto enganador oposto ao pensamento autêntico que teria um texto ideal [...] (NORMAND, 2009, p. 21, grifo da autora)

No entanto, destaca a autora, ao mesmo tempo em que o trabalho filológico foi realizado (as fontes manuscritas editadas por Godel estavam disponíveis desde 1957), o CLG continuou sendo lido e citado nas pesquisas estruturalistas, “[...] sem se colocar a questão acerca da autenticidade do pensamento assim atribuído a Saussure” (NORMAND, 2009, p. 21).

No texto *A filologia saussuriana: debates contemporâneos*, Cruz (2009) discute o fato de a recepção do *Cours* pelos contemporâneos de Saussure não ter suscitado discussões em torno da autenticidade da obra de imediato. Segundo ele, essa discussão

[...] só começará a ser questionada na ocasião de um intenso e complicado debate em torno do arbitrário do signo que se desencadeia em 1937, com a publicação no *Journal de Psychologie Normale et Pathologique* do artigo de Edouard Pichon (apud ARRIVÉ, 1991, p.43) intitulado ‘La linguistique en France: problèmes et méthodes’ (CRUZ, 2009, p. 115, grifo do autor).

Cruz menciona, ainda, que, dois anos após a publicação do referido artigo, Benveniste publica na revista *Acta linguística* e, depois, no primeiro volume da coletânea *Problèmes de linguistique générale*, em 1966, o artigo *Nature du signe linguistique*, e nele retoma algumas das teses pichonianas. A partir daí, “uma série de críticas ao suposto ‘convencionalismo’ de Saussure se inicia” (CRUZ, 2009, p. 115), convencionalismo este suscitado pela crítica de Pichon às aparentes inconsistências saussurianas em torno do arbitrário do signo.

Além das posições distintas em relação a Saussure (autores que concordam que Saussure havia sido um convencionalista, de um lado, e autores que discordam disso, do

outro), há, ainda, uma terceira posição (apontada por De Mauro [1985]), que, segundo Cruz, busca suspender a evidência e aprofundar o debate. Esta é a posição de Lucidi, que “[...] parece atribuir a contradição de Saussure à redação do Curso, texto, como ele [Lucidi] observa, não destinado à publicação” (CRUZ, 2009, p. 116). Deste ato, eis a consequência: “Está posta aí claramente a necessidade de uma leitura do Curso auxiliada pelas fontes manuscritas que lhe serviram de base e mesmo textos do próprio Saussure quando possível [...]”, destaca Cruz (2009, p. 116).

Seguem-se, então, as obras críticas do CLG. Cruz faz menção às obras de Godel (1957), Engler (1968; 1974), De Mauro (1967), Komatsu (1996) e, em particular, a de Bouquet (1999), esta última divergindo das demais por questionar a autenticidade da primeira versão do Curso.

O autor aponta as diferenças entre essas obras no que diz respeito aos seus projetos editoriais. Em relação às duas mais recentes, ele afirma que, diferentemente das anteriores, “desta vez, se privilegiará uma apresentação dos textos originais em sua continuidade, tal qual eles se apresentam, isto é, não mais em função do *Curso*, mas neles mesmos e por eles mesmos” (2009, p. 117, grifo do autor), com vistas à elucidação do “real desenvolvimento do pensamento de Saussure”, para usar as palavras de Komatsu citadas pelo autor. Este é, segundo ele, um modo de apresentação que visa opor o CLG às fontes manuscritas e que se radicaliza com Bouquet.

É importante considerar, ainda, a distinção que Cruz faz entre duas orientações: a orientação *filológica*, representada por Bouquet, cujo objetivo é reconstituir o pensamento de Saussure; e a orientação *histórica*, representada por Normand, Chiss e Puech, que, para o autor, busca “[...] investigar os modos de apropriação do Curso, considerado antes de tudo como um objeto histórico” (CRUZ, 2009, p. 110). No entanto, dentro da própria filologia saussuriana, há críticas ao projeto editorial de Bouquet, e, por essa razão, não há um domínio consensual, alerta o autor.

Não é nossa intenção avançar na discussão proposta por Cruz, cujo objetivo é compreender a mudança de representação da figura de Saussure a partir da reconstituição do contexto de emergência da filologia saussuriana. Nosso intuito foi demonstrar que, uma vez estabelecida a dúvida acerca da autenticidade do CLG (quando a discussão sobre um possível “convencionalismo” em Saussure tomou forma), duas posturas diferentes puderam ser notadas, e, como consequência, surge a necessidade de nos posicionarmos diante delas: eis a “escolha de leitura”. E essa escolha nos orienta quanto ao modo de enfrentar o CLG, os

manuscritos descobertos posteriormente, bem como o questionamento que forçosamente se faz: há um “verdadeiro” Saussure? Voltaremos a essa questão adiante.

É oportuno mencionar a discussão feita por Fiorin, Flores e Barbisan (2013) no texto em comemoração ao centenário da morte do genebrino, cujo título *Por que ainda ler Saussure?* faz alusão à famosa obra de Ítalo Calvino: *Por que ler os clássicos*. O jogo de intertextualidade claramente expresso tem uma intenção: equiparar o *Cours* aos clássicos, ou seja, aos “livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo e individual.” (CALVINO, 2007, p. 10). Nesse sentido, o CLG é um clássico: ao apresentar um objeto novo, ele transformou profundamente o destino da Linguística, ainda que, hoje, pesquisadores da área reproduzam princípios saussurianos sem sequer atribuir a eles sua autoria (FIORIN; FLORES; BARBISAN, 2013, p. 7).

Porém, esse reconhecimento não se deu prontamente. Logo que o CLG foi publicado, não se via nele novidade alguma. Normand (2009, p. 16) afirma que Saussure era, de fato, bem conhecido, “[...] mas antes como um estudioso da gramática comparativa, precocemente falecido, que deixou uma obra inacabada”. Somente a partir de 1960, a obra, como um “barril de pólvora”, despertou nos jovens linguistas o desejo de anunciar a “modernidade radical” que trazia, em oposição aos mestres comparatistas. Tamanhos foram os efeitos do CLG na época que os termos *saussurismo* e *saussurianismo* eram bastante comuns, destaca a autora.

Mas, como se deu a construção do novo objeto da Linguística proposto por Saussure? Fiorin, Flores e Barbisan (2013, p. 8) apontam três discursos aos quais Saussure se opõe para, assim, estabelecer esse novo objeto: o transcendentalista, o analogista e o anomalista. Ao discurso transcendentalista, que concebe a linguagem não como um fim, mas como um meio para se estudar o homem, Saussure opôs o princípio da *imanência*, assim, “a linguagem deixa de ser meio e passa a ser um fim em si mesmo”. Ao discurso dos analogistas, que fundamentam suas explicações a partir das semelhanças, Saussure opôs “o princípio de que *a língua é forma e não substância*⁷, o que leva a considerar não somente semelhanças, na análise dos fatos linguísticos, mas principalmente diferenças.” (FIORIN; FLORES; BARBISAN, 2013, p. 8, grifo nosso). E, ao discurso anomalista, caracterizado pela descrença na possibilidade de um conjunto por associação de elementos, Saussure opôs a noção de *sistema*, no qual todas as partes relacionam-se sincronicamente.

⁷ Cumpre destacar que este princípio, ao lado do princípio da imanência, será explorado por Hjelmslev em sua Glossemática.

No entanto, seria um equívoco dizer que, antes de Saussure, não havia o entendimento da regularidade sistêmica das línguas. Os comparatistas perceberam que as mudanças fonéticas obedeciam a certas regras passíveis de serem descritas e explicadas. Mas, Saussure teve o mérito de expor mais claramente o que, do ponto de vista do falante, consistia essa organicidade da língua e o que fazia dela “um sistema que conhece apenas sua própria ordem” (CLG, p. 31).

Os autores destacam, também, a complexidade de se trabalhar com o pensamento saussuriano hoje, tendo em vista a diversidade de fontes: o próprio CLG, os manuscritos (dos alunos), os manuscritos saussurianos, os anagramas, as edições críticas do *Cours*, etc. Assim, defendem a necessidade de, dentre as várias fontes, “[...] instaurar um ponto de vista a partir do qual se torna possível selecionar um *corpus de pesquisa*” (FIORIN; FLORES; BARBISAN, 2013, p. 13, grifo dos autores).

O critério sugerido pelos autores para a seleção desse *corpus* está, inicialmente, na distinção entre *corpus saussuriano* e *corpus de pesquisa*: este seria o recorte que o pesquisador faria com base em seus objetivos de pesquisa; aquele seria o conjunto heterogêneo de fontes saussurianas que integram a “arena da polêmica”. Acreditam que, assim, é possível desviar-se da discussão sobre a autenticidade das fontes e preservar “o lugar de fundador do *Curso de linguística geral*”. (FIORIN; FLORES; BARBISAN, 2013, p. 17 – grifos dos autores).

Num texto mais recente, que versa sobre uma “epistemologia” da linguística em Saussure, Normand (2011) propõe uma sistematização do pensamento saussuriano e uma reflexão atual sobre os impactos dessa teorização na área. Diante da polêmica em torno do CLG, a autora, mais uma vez, posiciona-se a favor da obra em função de sua herança histórica. Ao mencionar a variedade dos corpora saussurianos e os estudos críticos de R. Godel, R. Engler, T. de Mauro, entre outros, que daí brotaram, a autora defende:

Esses rascunhos, desconhecidos dos editores do *Curso* de 1916, tornam a leitura deste livro, ao mesmo tempo, mais rica, mais complexa e, também, mais inquietante – diante das constantes hesitações, até mesmo dos tormentos que lá estão manifestos -, porém *eles não a invalidam*. Era, pelo menos, a opinião que Engler opunha àqueles que somente querem ver no *Curso* algo ‘falso’. Seguirei aqui a posição, particularmente autorizada, do editor da edição crítica (NORMAND, 2011, p. 12, grifo da autora e nosso).

Como diria Calvino (2007, p. 11), “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha pra dizer”. Nessa perspectiva, o CLG somado aos manuscritos

divulgados posteriormente são uma fonte riquíssima de estudos para aqueles que têm como objetivo investigar as ideias saussurianas. É possível, então, uma complementaridade entre as fontes. Mas, Normand defende que uma leitura não invalida a outra.

Esse reconhecimento do lugar do *Cours* como um objeto histórico, como propõe Normand, atende a uma necessidade do final do século XX, afirma Silveira:

Trata-se de um novo momento em que o estatuto do *CLG* demanda uma posição do seu leitor e não só dos linguistas, porque nenhuma área que queira se valer das elaborações de Saussure poderá ir adiante sem se posicionar a partir do momento em que houve a exposição dessa fratura no *CLG* que, definitivamente, coloca uma hiância entre a edição e Saussure (SILVEIRA, 2007, p. 37, grifo da autora).

Assim, sem desconsiderar as dificuldades na leitura da obra póstuma, Normand (2009, p. 40, grifo nosso) parte do pressuposto de que é possível ler Saussure na edição de 1916: “[...] as leituras que dele se fizeram e os efeitos inovadores que tiveram sobre a linguística e outras disciplinas assim o atestam”. Desses efeitos inovadores, não poderíamos deixar de mencionar a teorização de Hjelmslev, autor que, partindo do CLG, especialmente do capítulo que versa sobre a noção de *valor linguístico*, soube colher desse texto “consequências extremas”⁸ para a linguística.

Interessante apontar, desde já, como a leitura do *Cours*, tal como foi editado e publicado pelos editores, trouxe consequências tão distintas para o campo, se considerarmos, por exemplo, dois círculos circunscritos no Estruturalismo europeu, a saber, o Círculo Linguístico de Praga e o Círculo Linguístico de Copenhague, sobretudo em relação à reflexão sobre a escrita. Abordaremos esse assunto na Seção 3.

Uma postura que reconhece a legitimidade do CLG e busca, nas leituras das fontes tardias, uma complementaridade das ideias saussurianas, tal como nos sugere Normand, parece-nos mais produtiva do que aquela que busca somente pontuar a “infidelidade” dos editores. Podemos, assim, retomar a questão mencionada anteriormente: haveria, pois, um falso Saussure nas páginas do CLG? Uma leitura como a que propõe Normand invalida esse tipo de questão, tendo em vista que as falhas de compreensão são nela entendidas não como uma *dificuldade* (que seria suprida pelos manuscritos), mas como um *enigma*⁹. Sendo assim, para Silveira, os manuscritos

⁸ É dessa maneira que Hjelmslev, em *A estratificação da linguagem* (1954), descreve seu trabalho a partir do reconhecimento da dupla distinção saussuriana (*forma x substância* e *conteúdo x expressão*). É importante registrar essa consciência de Hjelmslev quanto a sua própria reflexão, pois marca a radicalidade com que o autor abordou as ideias que circularam, via CLG, no início do século XX.

⁹ Tendo como base o deslocamento operado por Normand (2000), para quem o CLG se configura não como um texto difícil, mas como um texto “estranho”, Silveira estabelece uma distinção entre *dificuldade* e *enigma* e a

[...] não teriam a função de reestabelecer o *verdadeiro* Saussure, mas de ser uma possibilidade de ler Saussure, sempre dependente da posição do sujeito que o lê, e a partir dessa leitura dialogar com a leitura feita pelos editores (SILVEIRA, 2007, p. 36, grifo da autora).

Ao mencionar o legado de Saussure à ciência linguística, no ato de produzir um conhecimento científico que não pode ser simplesmente medido, avaliado ou até mesmo superado, Normand (2011, p. 12) defende: “sempre algo desse pensamento escapa que necessita ser retomado, reinterpretado. Saussure é, também, a história dessas redescobertas”. Saussure era, de fato, demasiadamente preocupado com a terminologia empregada em suas reflexões.

Uma carta do mestre genebrino endereçada a Meillet revela o incômodo que tinha com o pouco de rigor de seus antecessores no uso dos termos: “essa inépcia da terminologia corrente, a necessidade de reformá-la, e de mostrar; assim, que espécie de objeto é a língua em geral, sempre termina estragando meu prazer histórico [...]” (Carta a Meillet, 1894 apud Normand, 2011, p. 14-15). Desprazer este que fez com que ele publicasse muito pouco e, também, revisitasse constantemente tudo o que escrevia: “F. de Saussure ia destruindo os borradores provisórios em que traçava, a cada dia, o esboço de sua exposição!”, exclamaram os editores no prefácio do *Cours*.

É de supor que, tendo em vista o lado extremamente crítico de Saussure para com seus escritos, o CLG se configurasse, também, como o lugar da dúvida, do inconcluso. Situação esta que se acentuou mais ainda a partir da descoberta dos manuscritos tardios, fato que, conforme viemos pontuando a partir de Normand e Silveira, não invalida o papel do CLG na constituição da linguística moderna.

Ideias tão instigantes não passariam ilesas, sem esbarrarem com a “severa” crítica de seus leitores, sobretudo daqueles tendenciosos, que reliam o CLG, amparados pelos manuscritos, mais em busca do “verdadeiro” Saussure do que das “novidades” que ele apresentava. Contrariamente a essa tendência, insistamos, Normand posiciona-se:

Não se trata evidentemente de ignorar os trabalhos filológicos, mas de deixar a eles um papel de complemento e correção eventual, recusando que eles funcionem como uma tela para uma primeira reflexão sobre o Curso enquanto texto, texto este que é único a ser facilmente legível de maneira linear, para se ler como tantos outros fizeram para seu maior proveito (NORMAND, 2000 apud SILVEIRA, 2007, p. 29).

relação destas com a leitura que se pode fazer do CLG: “o enigma diferencia-se da dificuldade porque essa é causada por uma falta que pode ser suprida. Falta informação ao leitor para ler esse texto ou falta clareza ao autor para que o leitor compreenda o texto. No caso do enigma, pode haver dificuldade, mas ela se refere à posição do sujeito. Em geral, a resposta está no próprio texto e à vista” (SILVEIRA, 2007, p. 36).

Portanto, não descartamos nem desqualificamos as polêmicas em torno do CLG (obra de “segunda mão”, a busca por um “falso” Saussure, etc.), uma vez que elas enriquecem e dão fôlego às discussões em torno de Saussure. Mas, diante delas, assim como das possíveis soluções para resolvê-las, resta-nos assumir uma “escolha de leitura”: assumimos com Normand a legitimidade do Saussure reconstituído e exposto no *Cours* por seus editores.

Destacamos, ainda, o papel seminal dessa obra na medida em que estabeleceu novos rumos para a linguística e para outras áreas do conhecimento. Seguindo a perspectiva de Normand (2011, p. 13), centraremos nossa atenção “naquilo que desempenhou um papel histórico na pesquisa Linguística, o Curso de 1916, durante muito tempo o único texto acessível aos linguistas em seu trabalho ordinário”, o que não significa ignorar as fontes manuscritas. O retorno a essa obra tem um papel relevante não só por sua herança histórica, mas também por uma necessidade metodológica deste trabalho.

Acreditamos que, considerando os propósitos desta pesquisa, partir do CLG seja a decisão mais adequada, tendo em vista que, segundo Arrivé (1994, p. 22, grifo do autor), por razões cronológicas evidentes, Hjelmslev só conhecia, além do *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, “a edição *standard* do CLG”. Destacamos, ainda, o fato de a leitura do CLG feita por Hjelmslev não ter sido influenciada por uma postura de julgamento contra os editores, tampouco pela busca de um “verdadeiro” Saussure. Foi o “Saussure texto”¹⁰ representado no CLG, e não o “Saussure autor”, para usar os termos propostos por Trabant (2005), num texto curiosamente intitulado *Faut-il défendre Saussure contre ses amateurs? Notes item sur l'étymologie saussurienne*, o ponto de partida das inovações teóricas apresentadas pelo linguista dinamarquês.

Inovação é, como veremos no decorrer deste trabalho, um termo que caracteriza a leitura hjelmsleviana do CLG, de modo que julgá-la como correta ou incorreta é, também, um equívoco. Os desdobramentos teóricos dessa leitura não correspondem necessariamente às ideias saussurianas, embora delas partam. Nesse sentido, no texto mencionado acima, na seção “Le malheureux destin d’un classique”, Trabant argumenta:

Avoir construit un structuralisme sévère, un formalisme radical, une sémiologie linguistique sur la base du *Cours*, par exemple, n’a pas été une erreur de Hjelmslev. Sur la base du *Cours*, la lecture hjelmslevienne est complètement légitime. Hjelmslev n’a jamais affirmé que ce qu’il disait était la dernière volonté ou

¹⁰ A respeito do CLG, Trabant (2005, p. 114) defende: “Saussure est un texte. Radicalement. Ce texte est doublement orphelin, il n’a ni père ni beaux-pères. Ceci n’empêche pas, d’un autre côté, qu’il y ait un auteur qui s’appelle Saussure, qui a écrit des livres, des articles et qui a laissé des manuscrits. Mais c’est tout de même un écrivain lointain de ce texte qu’on a écrit en son nom”.

l'intention essentielle du vrai Saussure, citoyen de Genève, mais il a interprété et radicalisé ce qu'il trouvait dans le *Cours* (TRABANT, 2005, p. 120, grifo do autor).

Portanto, não é nossa intenção mensurar o quanto os conceitos saussurianos, tais como os de *língua*, *signo*, *sistema*, *valor*, *forma* e *substância* condizem ou não àquilo que está nos manuscritos e demais fontes saussurianas. Nossa proposta é compreender, minimamente, como esses conceitos, fixados e veiculados no *Cours*, foram reformulados ou ressignificados por Hjelmslev.

2.2 A Oralidade e a Escrita na Linguística Pré-Saussuriana: da Gramática Comparada ao Movimento Neogramático

Atentemos, agora, para o tratamento dado à oralidade e, especialmente, à escrita alfabética na linguística do século XIX. À primeira vista, uma diferença se impõe: se na Gramática Comparada a escrita alcançou um lugar privilegiado, no movimento neogramático ela foi fortemente rejeitada. Paveau & Safarti (2006, p. 31) afirmam que os neogramáticos foram os primeiros a denunciarem o caráter ilusório da escrita e a “[...] elegerem os sons como verdadeiros objetos de suas análises”. Desta feita, qual a razão para essa diferença quanto ao tratamento da oralidade e da escrita em tais momentos?

Antes de nos determos à questão acima, recordemos brevemente um estudo que antecedeu e influenciou, de certa maneira, a Gramática Comparada: a Filologia. O interesse pelo estudo de textos antigos, em especial, de textos sacros e literários, foi o principal gatilho para o desenvolvimento das pesquisas filológicas. Mobilizados pela correta interpretação e pela necessária preservação desses textos, os hindus, por exemplo, realizaram um estudo sobre sua língua, a fim de que “[...] os textos sagrados reunidos no *Veda* não sofressem modificações no momento de ser proferidos”, explica Fiorin (2010, p. 12). Ou seja, por um viés prioritariamente religioso, a escrita configurou-se, nos estudos filológicos, como um objeto de análise que demandava um tipo de decifração¹¹.

Na Filologia, o texto, seja ele sacro ou literário, é soberano, e, com ele, a escrita; a língua, por sua vez, “[...] não é o único objeto da Filologia, que quer, antes de tudo, fixar,

¹¹ Auroux (1992) estabelece uma distinção importante entre a escrita da tradição ocidental, originária dos gregos, e a escrita da civilização hindu, cujo caráter mnemônico do oral se presta, sobretudo, para a recitação dos textos sagrados, que devem ser decorados e não propriamente lidos. Não nos deteremos, por ora, nesse aspecto particular da escrita.

interpretar, comentar os textos” (CLG, p. 7) a partir de seu método próprio, que é a *crítica*, afirma Saussure. A falha dessa disciplina é, segundo ele, o fato de que ela “apega-se muito servilmente à língua escrita e esquece a língua falada; aliás, a Antiguidade grega e latina a absorve quase completamente.” (CLG, p. 8).

O que assistimos nos estudos filológicos, então, é a supervalorização da escrita e do saber religioso que ela possibilitou conhecer. Havia, ainda, um extremo cuidado para que os textos sagrados fossem proferidos adequadamente, por razão de sua divindade. Nessa perspectiva, a escrita guiava a oralidade, ou, melhor dizendo, aquela era o referencial para que os textos sagrados fossem oralizados corretamente.

A linguística do século XIX foi prioritariamente marcada pelo estudo comparativo e histórico das línguas, sobretudo das línguas indo-europeias. É esse, pois, o contexto da corrente que ficou tradicionalmente conhecida como Linguística Comparatista ou Linguística Histórica, ou, ainda, Gramática Comparada, termo que Saussure faz alusão no CLG. Não parece ocasional o fato de, etimologicamente, a palavra *gramática* vir de *grámma*, do grego, que remete à *letra*. Essa referência é bastante significativa e, por essa razão, iremos nos referir, a partir de agora, como Gramática Comparada somente. Nela, o estudo dos textos antigos deu lugar ao estudo da mudança linguística e das relações de parentesco entre as línguas através da *escrita*.

Robins (1983) aborda a história da linguística, especificamente da linguística europeia, e, nesse caminho, cujas origens remontam à Antiguidade clássica, trouxe ao público cenas da Gramática Comparada e de seu vigoroso desenvolvimento, bem como do movimento neogramático e sua reação aos comparatistas. Neste momento, assumiremos a discussão histórica sobre o lugar da oralidade e da escrita nessas escolas, tendo por base, prioritariamente, a *Pequena história da linguística* de Robins, originariamente lançada em 1967. Segundo o autor, a história da linguística era, em seu tempo, reconhecidamente, matéria digna de ensino e pesquisa, incorporada aos currículos de diversas universidades da Grã-Bretanha e de outros países.

Koerner (2014), num artigo intitulado *História da linguística* (originalmente publicado em *The encyclopedia of language and linguistics*, de 1994), situa Robins (1967) no conjunto de autores que nos anos 1960 empreenderam esforços no sentido de desenvolver estudos mais profundos sobre a história da linguística, embora não tenham, em sua maioria, assumido uma perspectiva crítica, baseando-se em relatos anteriores, sem o desenvolvimento de um método historiográfico propriamente dito.

Entretanto, entendemos que o livro de Robins, notadamente o capítulo *A linguística comparativa e histórica do século XIX*, de que nos ocuparemos mais detidamente, ao basear-se em obras clássicas voltadas para o registro histórico da ciência da linguagem como Benfey (1869), Steinthal (1883), Pedersen (1931), Arens (1955), Leroy (1963), Ivič (1965), Sebeok (1966), dentre outros, constitui-se em fonte importante de consulta. Além disso, convém destacar, trata-se de uma obra sistematicamente referida por uma grande quantidade de autores estrangeiros e nacionais como Aurox, Lyons, Desbordes, Parret, Mattoso Camara, Faraco, Fiorin, dentre muitos outros, o que lhe confere, minimamente, um lugar de obra “recomendada”.

Dito isto, começemos pelas considerações do autor acerca da Gramática Comparada e, depois, do Movimento Neogramático.

2.2.1 A Gramática Comparada

Segundo Robins, antes dos comparatistas, havia estudos históricos baseados na comparação entre as línguas (como, por exemplo, o trabalho do italiano Dante [1265-1321], *De vulgari eloquentia*, que já considerava o aparecimento de diferentes línguas ligadas a uma fonte comum). No entanto, o que há de novo em relação aos antigos trabalhos esporádicos de linguística histórica é que, segundo ele, o século XIX “assistiu ao desenvolvimento de modernos conceitos, teóricos e metodológicos, no terreno histórico-comparativo e à concentração neste domínio linguístico da maior parte dos esforços e talento dos linguistas” (ROBINS, 1983, p. 132). Ou seja, o mérito da Gramática Comparada em relação aos estudos anteriores foi o de ter estabelecido um desenvolvimento científico para os estudos linguísticos a partir de um parâmetro teórico e metodológico que guiou diversos trabalhos na época.

Entendemos que a melhor forma de abordar essa escola é trazer à baila alguns de seus linguistas mais representativos. Dentre eles, estão o dinamarquês Rask (1787-1832), os alemães Bopp (1791-1867), Grimm (1785-1863), e Humboldt (1767-1835), com destaque para os nomes de Rask, Grimm e Bopp, tradicionalmente reconhecidos como os fundadores da linguística histórica científica (ROBINS, 1983, p. 137). Nesse quadro, não poderíamos deixar de mencionar, também, um dos linguistas que, já na metade do século XIX, mais contribuíram para o desenvolvimento da Gramática Comparada: Schleicher (1821-1868).

Retomaremos, aqui, algumas das contribuições de Rask, Bopp e Schleicher, dando ênfase ao tratamento dado à oralidade e à escrita nesses autores. Em razão dos limites deste trabalho, não abordaremos as contribuições de Grimm e Humboldt, sem, contudo, deixar de mencionar a importância desses autores para o estudo histórico das línguas.

Iniciemos pelo trabalho do linguista pertencente à tradição linguística dinamarquesa¹². Segundo Robins, Rask foi o primeiro linguista a estudar ordenadamente as relações etimológicas entre as palavras, “realizando comparações sistemáticas entre formas de palavras e estabelecendo correspondências entre os sons de uma língua e os de outra, utilizando para isso farta exemplificação.” (ROBINS, 1983, p. 138). Nessa comparação entre *formas de palavras*, as letras interviam como as correspondentes dos sons das línguas comparadas e como as testemunhas da relação entre elas. Assim,

Se se puder descobrir alguma correlação entre as formas de palavras fundamentais de duas línguas, ao ponto de se poderem estabelecer *regras de mudanças de letras* que expliquem a passagem de uma para outra, então existe um relacionamento básico entre essas línguas (RASK, 1818 apud ROBINS, 1983, p. 138, grifo nosso).

Nessa perspectiva, a letra é entendida como a correspondente direta do som. A passagem de uma língua para outra era visível graças às mudanças de letras, e era possível explicá-la na medida em que as *regras de mudanças de letras* fossem estabelecidas. Tal característica pode ser explicada se considerarmos que, na época, “[...] o estudo da evolução fonética ainda se confundia com estudo de letras” (ROBINS, 1983, p. 138). No entanto, Robins faz uma ressalva: embora os trabalhos de Rask (e também de Grimm)

[...] continuassem a falar em ‘mudanças de letras’ e cometessem em função disso alguns enganos, representam um avanço definitivo diante das confusas hipóteses até então vigentes sobre as possibilidades de substituição de um som (letra) por outro na história das línguas (ROBINS, 1983, p. 138).

O nome de Bopp é, certamente, um dos mais citados quando o assunto é a Gramática Comparada. Seu trabalho, o *Über das Konjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen, und germanischen Sprache*, publicado em 1816, cem anos antes da publicação do *Cours*, é considerado um marco para os estudos comparatistas. Nele, o comparatista “[...] demonstrou, pela comparação

¹² Hjelmslev faz menção a essa tradição no texto *Uma introdução à linguística* (1937). O nome de Rask é citado com bastante apreço pelo autor, uma vez que, segundo ele, “[...] são as qualidades do caráter de Rasmus Rask que se converteram em luminoso exemplo para todos os estudos linguísticos dinamarqueses subsequentes” (HJELMSLEV, 1991[1937], p. 21), incluindo o seu próprio.

detalhada da morfologia verbal de cada uma dessas línguas, as correspondências sistemáticas que havia entre elas, fundamento para se revelar empiricamente seu efetivo parentesco”, afirma Faraco (2007, p. 32).

Robins (1983, p. 139) afirma que, para Bopp, a mudança linguística era entendida como “[...] a fragmentação de um estado linguístico originário visto como um todo uniforme”. Isso explica o prestígio dado ao sânscrito na época, uma vez que sua estrutura morfológica era a que “[...] mais se aproximava da protolíngua da família a que pertencia”.

A importância do sânscrito no âmbito da linguística do século XIX foi abordada recentemente por Garay (2016). Em seu trabalho sobre os aspectos históricos e linguísticos em torno da construção do conceito de fonema, o autor menciona a época de redescoberta da língua sagrada hindu, no século XIX, pelos viajantes das explorações marítimas, no Ocidente: “diversos viajantes, incluindo os exploradores e os padres jesuítas portugueses documentaram a semelhança da língua sagrada hindu com o grego, o latim e outras línguas europeias” (GARAY, 2016, p. 96). A partir daí, segundo o autor,

[...] o estudo da linguagem ocidental passou a desenvolver gradualmente as duas tendências metodológicas que iriam finalmente definir a abordagem linguística mais proeminente do início do séc. XIX: a comparação e a genética das línguas (GARAY, 2016, p. 98).

Outro fato interessante sobre o sânscrito diz respeito ao caráter mnemônico de sua escrita, já mencionado anteriormente, quando abordamos os estudos filológicos. Os textos presentes nos *Vedas* eram, na realidade, textos sacros, compostos de milhares de versos que deveriam ser memorizados e transmitidos oralmente pelos gurus aos discípulos. Ou seja, eram textos cujo aprendizado se dava “[...] por meio do trabalho da audição e da memória, sem o recurso da escrita” (GARAY, 2016, p. 18).

A escrita mnemônica do sânscrito era, então, o guia para a correta memorização e a necessária preservação dos textos sagrados hindus. Ademais, “[...] o nascimento da fonética e da fonologia modernas como prática científica sistematizada pode ser encontrado na ciência-religião dos Vedas e dos seus textos complementares”, acrescenta Garay (2016, p. 20). É essa escrita peculiar que servirá de base para as comparações sistemáticas entre o sânscrito, o grego e o latim, ou seja, para o estabelecimento do método da Gramática Comparada.

Saussure, que também desenvolveu trabalhos na linha da Gramática Comparada, reconhece o pioneirismo de Bopp quanto ao estabelecimento de que a relação entre línguas aparentadas poderia tornar-se tema de uma ciência autônoma: “esclarecer uma língua por

meio de outra, explicar as formas duma pelas formas de outra, eis o que não fora ainda feito.” (CLG, p. 8), afirma o genebrino.

De fato, a convivência com o latim, com o grego e com o germânico, por si só, não tornaria possível a explicação da semelhança deles em relação ao sânscrito: somente a comparação entre essas línguas tornou claro o parentesco entre elas, comparação esta possibilitada pelo recurso à escrita. Nesse sentido, Bopp pode ser reconhecido como o autor que iniciou a tradição dos estudos comparatistas a partir do sânscrito, língua esta que, segundo Saussure, estava “[...] em condições excepcionalmente favoráveis de aclarar semelhante comparação” (CLG, p. 8).

Como vimos anteriormente, o reconhecimento do parentesco do sânscrito com o grego, com o latim e com outras línguas europeias não era um fato novo; os próprios viajantes das explorações marítimas no Ocidente testemunharam essas semelhanças em suas cartas. O que Bopp fez foi tornar esse fato conhecido o combustível para o estabelecimento de uma ciência autônoma.

Nessa direção, Milner (2012, p. 51) assume que Saussure não é o fundador da ciência linguística, mas um continuador da ciência linguística inaugurada por Bopp: para o genebrino, “[...] a linguística existe – é a gramática comparada –, o problema é que ela ignora aquilo que a possibilita”, destaca o autor.

E o que autoriza à Gramática Comparada o status de ciência? A ciência moderna pós-galileiana “[...] substitui o objeto por letras e por símbolos a partir dos quais ela raciocina” (MILNER, 2012, p. 30). O mérito da Gramática Comparada em relação aos estudos linguísticos anteriores é, pois, a “edificação de uma escrita”:

[...] o que é importante não é que ela [a gramática comparada] determine sucessões históricas – se notará, aliás, que ela jamais data suas formas e se restringe a estabelecer relações de ordem –, mas, sim, que ela possa *notar* formas por definição não observáveis, desempenhando a função matriz para um conjunto de formas observadas (MILNER, 2012, p. 31, grifo do autor).

E que escrita é essa? A *escrita de uma ciência*. Recordemos que as comparações realizadas por Bopp e seus seguidores tinham como objetivo a reconstrução de um “estado linguístico originário”. Esse estado nada mais era do que uma *reconstrução teórica* desprovida de sons, cuja realidade só podia ser atestada por uma escrita do “indizível”.

Embora os limites deste trabalho não nos permitam avançar na discussão de Milner acerca do “pioneirismo” da Gramática Comparada quanto ao estabelecimento de uma ciência linguística moderna e da legitimação que Saussure deu a essa ciência, cumpre destacar essa

“escrita surda”, uma vez que ela nos revela o papel da escrita para além da qualidade de instrumento metodológico necessário. Nessa perspectiva, a escrita é a condição própria da constituição da Gramática Comparada enquanto ciência.

Um dos lingüistas que mais se destacou nos estudos comparatistas foi, sem dúvida, Schleicher. O autor publicou vários trabalhos sobre linguística histórica e ficou notadamente conhecido por seu caráter naturalista¹³ ao compreender a língua como um organismo natural. Um de seus trabalhos mais conhecidos é o *Compêndio de gramática comparada das línguas indo-germânicas*, que, segundo Saussure, representa uma sistematização da ciência que Bopp fundou (CLG, p. 9).

Segundo Robins (1983, p. 144), Schleicher está entre os autores que, até meados do século XIX, amadureceram a ideia de que cada grupo de famílias linguísticas derivava de uma língua já extinta (denominada *Ursprache*), e não de um idioma conhecido (por certo tempo e por razões distintas o sânscrito, como vimos, e o hebreu se configuraram como as línguas mais próximas da protolíngua).

Schleicher acreditava que o antepassado comum das línguas indo-europeias poderia ser reconstruído a partir da comparação de formas escritas documentadas nas diversas subfamílias de línguas. Feito isto, estabeleciam-se as relações históricas de todo o sistema de línguas a partir de sua disposição num modelo de árvore genealógica – a *Stammbaumtheorie* – adotado das ciências botânicas. Cumpre destacar que essas formas reconstruídas “eram, naturalmente, distintas das formas documentadas [...] e foi Schleicher quem iniciou a prática de marcá-las com um asterisco” (ROBINS, 1983, p. 144).

O caráter hipotético dessa língua reconstruída¹⁴ foi uma das razões que levaram os neogramáticos a tecerem duras críticas à Gramática Comparada: eles, numa reação contrária aos comparatistas, concebiam as formas indo-europeias “mais como fórmulas do que como palavras ou morfes reais” (ROBINS, 1983, p. 149). Era impossível, com base nessas *fórmulas*, decidir que tal letra era pronunciada desta ou daquela maneira. Sua reconstrução configurava-se na escrita de uma ciência, sem precedentes orais. Aqui, talvez, fosse possível o ato de se aventurar naquilo que Hjelmslev apontou como uma falta na linguística. Em nota de

¹³ Sobre Schleicher, Faraco (2007, p. 33) acrescenta: “Botânico de formação e influenciado pelo pensamento evolucionista proeminente à época, Schleicher formulou uma concepção que tomava a língua como um organismo vivo, com existência própria independente de seus falantes, sendo sua história vista como uma ‘história natural’ [...]”.

¹⁴ Uma das excentricidades de Schleicher mais criticada por seus contemporâneos foi o fato de o linguista, por acreditar muito nas fórmulas reconstruídas, ter publicado “[...] uma fábula escrita com base na *Ursprache*, como se isso fosse o mesmo que escrever uma passagem usando uma língua morta” (ROBINS, 1983, p. 144-145).

rodapé, o autor declara: “[...] ainda não foi feita uma análise da escrita que faça abstração dos sons” (HJELMSLEV, 2013 [1943a], p. 112).

Apesar de tais fórmulas serem caracterizadas pela ausência de qualidades sonoras, elas eram o resultado de comparações feitas entre formas escritas tomadas como representantes fieis dos sons. O documento escrito intervia como o lugar onde as evidências morfológicas e lexicais entre as línguas legitimavam o parentesco entre elas e a existência de um ancestral comum, algo que a oralidade não permitia, já que quase sempre era impossível ter acesso a dados orais de línguas mais antigas.

A intervenção da escrita na análise da mudança linguística era, pois, inevitável. Chiss e Puech (1983, p. 13), em *La linguistique et la question de l'écriture: enjeux et débats autour de Saussure et des problématiques structurales*, na seção “L’écriture et l’émergence de la ‘parole’”, acentuam o fato de que “[...] pour le meilleur et le pire, le document écrit constitue le matériau principal de la pratique du linguiste”. Ademais, os autores insistem na relação fundamental entre ‘os elementos fonéticos’ e a escrita, uma vez que:

[...] comme l’écrit M. Foucault [...] ‘pour la première fois avec Rask, Grimm, Bopp, le langage est traité comme un ensemble d’éléments phonétiques’, c’est encore fondamentalement à partir de l’écrit que s’accomplit cette mutation (CHISS; PUECH, 1983, p. 14).

A evolução fonética era descrita a partir da mudança das letras, e é aí que reside um dos erros da Gramática Comparada, segundo Saussure. De fato, o prestígio da escrita nos estudos comparatistas foi fortemente criticado pelo genebrino. Segundo ele, nem mesmo Bopp escapou do engano que a escrita proporcionava, já que o comparatista não fez “[...] diferença nítida entre a letra e o som; lendo-o, acreditar-se-ia que a língua fosse inseparável do seu alfabeto” (CLG, p. 35). Os linguistas que sucederam Bopp foram igualmente “enganados” pela escrita: “[...] a grafia *th* da fricativa *p* fez crer a Grimm, não somente que esse som era duplo, mas, inclusive, que era uma oclusiva aspirada [...]” (CLG, p. 25), acrescenta Saussure.

Em que consiste exatamente esse engano que a escrita proporciona ao linguista? De acordo com Saussure, há um desacordo contínuo entre grafia e pronúncia porque “a língua evolui sem cessar, ao passo que a escrita tende a permanecer imóvel” (CLG, p. 37). Isso explica o entendimento de que muitos fatos linguísticos registrados pela escrita não traduzem ou não acompanham as mudanças que acontecem na língua oral: “assim, por que escrever *mais* (‘mas’) e *fait* (‘fato’) quando pronunciamos *mè* e *fè*? Por que o *e* tem amiúde em francês o valor de *s*? Porque conservamos grafias que não tem mais razão de ser.” (CLG, p. 37-38 –

grifos do autor). Por essa razão, para Saussure, a escrita não servia fielmente às análises linguísticas, embora os comparatistas acreditassem nisso e dela dependessem.

Além desse erro de ordem metodológica, Saussure fez crítica a outros três cometidos pela Gramática Comparada: a ausência de uma reflexão sobre a natureza de seu objeto de estudo; o fato de essa corrente ter sido exclusivamente comparativa ao invés de histórica; e, por fim, a concepção naturalista de língua (sobretudo na perspectiva de Schleicher), entendendo-a como um quarto reino da Natureza.

A preocupação em torno da natureza do objeto de estudo foi uma característica dos linguistas do século XX, diferentemente dos comparatistas. Segundo Saussure, “[...] sem essa operação elementar [a de determinar a natureza do objeto de estudo], uma ciência é incapaz de estabelecer um método para si própria” (CLG, p. 10). Noutro momento, mais especificamente quando o genebrino estabelece a oposição entre sincronia e diacronia, ele afirma que, no método comparativo, “os estados não intervêm senão por fragmentos, e de modo muito imperfeito”; e completa: “tal é a tendência inaugurada por Bopp; também *sua concepção de língua é híbrida e vacilante*” (CLG, p. 97 – grifo nosso). Sem determinar a natureza do objeto linguístico, a *língua*, para os comparatistas, não se apresentava como um objeto coeso e delimitado, mas, antes, como fragmentos de língua registrados pela escrita no tempo.

Além disso, a dimensão histórica não foi satisfatoriamente contemplada pela Gramática Comparada porque essa corrente “jamais se perguntou a que levavam as comparações que fazia, que significava as analogias que descobria” (CLG, p. 10), sendo, nesse sentido, “exclusivamente comparativa”. Esse método acarretou uma série de conceitos errôneos, “que não correspondem a nada na realidade e que são estranhos às verdadeiras condições de toda linguagem” (CLG, p. 10), alertou Saussure.

Isso nos leva ao terceiro erro, o de conceber a língua como um quarto reino da Natureza. Entender a língua a partir desse contexto era o mesmo que colocar a Linguística ao lado das ciências naturais (como a ciência botânica, por exemplo) e afastá-la das ciências humanas, o que, para Saussure, era inadmissível. Para ele, a Linguística é parte da ciência geral dos signos no seio da vida social, denominada *Semiologia*, e, por essa razão, está vinculada a um “domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos” (CLG, p. 24). E complementa: “se, pela primeira vez, podemos assinalar à Linguística um lugar entre as ciências foi porque a relacionamos com a Semiologia” (CLG, p. 24).

A ciência linguística que Saussure propôs legitimar encarou todos esses problemas mencionados acima. Para nós, cumpre destacarmos um ponto fundamental nessa legitimação:

a eleição do *ponto de vista do sujeito falante*, noutras palavras, a *sincronia*. Normand (2009, p. 45) afirma que “a inversão operada por Saussure é a de definir o campo da linguística, colocando-se desde o começo na prática da língua, naquilo que consiste a experiência cotidiana de qualquer locutor”. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Podemos, agora, tecer algumas considerações sobre o tratamento da oralidade e, particularmente, da escrita, na Gramática Comparada, bem como a concepção de oral e de escrito que subjaz esse tratamento.

Vimos que o papel da escrita foi fundamental para essa corrente, quer seja pelo fato de que os documentos escritos eram, quase sempre, o único meio possível para obter dados de línguas não atestadas oralmente, quer seja pelo fato de que o estabelecimento de uma escrita científica deu à Gramática Comparada o status de ciência moderna. Ou seja, de um lado, a escrita é um instrumento metodológico indispensável; do outro, ela é a condição própria de uma ciência linguística, de modo que pensar a língua como um conjunto de elementos fonéticos foi um efeito da escrita.

No entanto, se o recurso à escrita alfabética foi privilegiado nos estudos comparatistas, o foi pelo fato de ela fornecer (acreditava-se) dados sobre a oralidade, ainda que estes fossem imprecisos. A escrita testemunhava as semelhanças entre línguas *faladas*, em sua maioria, indo-europeias¹⁵, mesmo que os dados orais fossem inacessíveis. Os comparatistas tomavam as letras como os próprios elementos sonoros; elas proporcionavam o encontro entre o linguista e o passado das línguas.

Nesse sentido, o tratamento dado à escrita e à oralidade pelos comparatistas parece revelar a concepção de representação do oral pelo escrito. Ainda que a escrita tenha se destacado na Gramática Comparada, era a oralidade que estava em questão, ou melhor, as mudanças fonéticas congeladas pelo registro escrito. Para os comparatistas, essa ideia de representação não foi vista como negativa, o que não irá acontecer com os neogramáticos, como veremos na próxima seção.

2.2.2 O Movimento Neogramático

¹⁵ Normand atesta uma limitação quanto ao método da Gramática Comparada. Segundo a autora, “a classificação genealógica pelas ‘famílias – objetivo inicial – deu um princípio de ordem, mas ela não é geral e convém, sobretudo, às línguas indo-europeias, nas quais os testemunhos escritos abundam; é pouco aplicável às línguas sem escrita das quais não se pode reconstituir a história, e é insuficiente para se dar conta da diversidade” (NORMAND, 2009, p. 25).

A essência do Movimento Neogramático está resumida num artigo publicado na revista criada por dois de seus principais fundadores: H. Osthoff e K. Brugmann. Parte desse artigo, que representa bem o espírito desses jovens linguistas, foi citada por Robins e está reproduzida abaixo:

Todas as mudanças fônicas, como processos mecânicos, ocorrem de acordo com leis que não admitem nenhuma exceção dentro do mesmo dialeto, e o mesmo som, em contextos idênticos, evoluirá sempre da mesma maneira; porém as criações e modificações analógicas de determinadas palavras como entidades lexicais ou gramaticais constituem também componente universal da mudança linguística em todos os períodos históricos e pré-históricos (ROBINS, 1983, p. 148).

Ou seja, para explicar as variações sonoras no processo de mudança das línguas, os neogramáticos defenderam a regularidade das leis fonéticas, de modo que seria possível não apenas descrever, mas, sobretudo, explicar as mudanças que afetariam a mesma unidade fônica em todas as suas ocorrências e no mesmo ambiente, não admitindo exceções; caso houvesse alguma exceção, eles explicavam-na com base na analogia, compreendendo-a, também, como um “componente universal da mudança linguística”.

Para legitimar as leis fonéticas e sua relação com a história da mudança linguística, os neogramáticos defenderam que, se as mudanças na forma das palavras estivessem sujeitas ao acaso, a “variações fortuitas, inexplicáveis e imotivadas [...] os relacionamentos linguísticos só poderiam ser historicamente estabelecidos por meio de testemunhos extralinguísticos” (ROBINS, 1983, p. 148), e essa não era a intenção deles.

Um pronunciamento de Leskien, de 1876, traduz bem as implicações da linguística histórico-comparativa do século XIX e, conseqüentemente, a insistência no caráter regular da mudança fonética pelos neogramáticos: “Se admitirmos que as mudanças são facultativas, contingentes e desconexas, estaremos afirmando que o nosso objeto de pesquisa, a linguagem, não pode receber um tratamento científico” (LESKIEN, 1876 apud ROBINS, 1983, p. 149). Nesse sentido, afirma Robins (1983, p. 148), “[...] a existência da linguística histórico-comparativa como ciência estava firmemente assentada na hipótese da regularidade das mudanças sonora”.

A questão levantada pelos neogramáticos era justamente o que sustentava as comparações entre as línguas tão distantes cronologicamente. Para eles,

são as correspondências sistemáticas existentes entre os planos fônicos das línguas que demonstram estarem elas relacionadas, e não simplesmente o fato de haver semelhanças reais entre as formas fonéticas” (ROBINS, 1983, p. 149).

O Movimento Neogramático divergiu da Gramática Comparada em vários aspectos. Mencionaremos, aqui, apenas dois. O primeiro deles diz respeito aos objetivos de ambas. Enquanto os comparatistas estavam centrados na reconstrução do passado das línguas, os neogramáticos estavam focados nas línguas vivas.

A divisão proposta por Schleicher em um período de mudança pré-histórico e um período de mudança histórico, por exemplo, foi criticada pelos neogramáticos. Para eles, não havia nenhuma diferença significativa nesses períodos, a não ser pelo fato de eles lidarem com “fatos que não têm a mesma evidência” (ROBINS, 1983, p. 149). Por essa razão, abandonaram a atenção dada ao indo-europeu pelos comparatistas, já que esta era uma realidade supostamente pré-histórica, e deram ênfase ao estudo das línguas vivas, aos dialetos falados.

O segundo refere-se ao seguinte fato: ainda que a maioria das línguas vivas possuísse um número expressivo de documentos escritos, era a oralidade que era privilegiada pelas análises neogramáticas. Para os neogramáticos, a escrita era “incapaz de fornecer informações adequadas sobre a pronúncia real das línguas mortas. Desde então já não era mais perdoável confundir letra com som de fala” (ROBINS, 1983, p. 151), tal como os comparatistas faziam. Foi nesse período, também, que “as pesquisas dialetais e a publicação de atlas começaram a ser feitas com seriedade”, destaca Robins (1983, p. 151).

Dadas as informações acima, somos levados a crer que a noção de representação da oralidade pela escrita esteve, também, associada ao modo como ambas foram abordadas no Movimento Neogramático, com a diferença de que, agora, tal noção é vista como algo negativo, diferentemente do modo como os comparatistas a concebia. A exclusão da escrita em favor dos dialetos falados denuncia não apenas a intenção dos neogramáticos de afastarem-se dos comparatistas, mas também o fato de eles conceberem a letra como a representação ilusória do som. Sendo a escrita uma ilusão, ela deveria ser abandonada pelos linguistas comprometidos, já que as análises nela baseadas não forneceriam reflexões seguras acerca das mudanças fonéticas.

Podemos, agora, finalizarmos as considerações que propomos fazer acerca dos dois grandes momentos na história da linguística situados no período oitocentista. A análise da mudança linguística era central nas duas escolas, com a diferença de que, na Gramática Comparada, o olhar voltou-se para o passado e, conseqüentemente, a escrita teve um papel

metodológico fundamental. Já na escola neogramática, o foco estava no presente, nas línguas vivas (que possuíam dados orais), e a escrita, nesses termos, além de desnecessária, era problemática, uma vez que não era capaz de acompanhar fielmente as mudanças sonoras que acometiam as línguas quaisquer que fossem.

Independentemente do ponto de vista considerado (se o dos estudos comparatistas ou o dos estudos neogramáticos), esbarraremos na concepção milenar de que a escrita representa a oralidade, seja esta representação encarada como algo positivo ou negativo. A ausência de uma reflexão sobre o fato da manifestação linguística (oral ou escrita), a nosso ver, acentua essa interpretação representacionista da escrita alfabética uma vez que a mudança sonora era o foco das análises dos linguistas.

Nesse sentido, a ideia comum é a de que a oralidade, por ser anterior, autoriza a escrita, embora a relação entre ambas tenha sido encarada como algo defeituoso pelos neogramáticos. Essa mesma ideia de representação reaparecerá no CLG, com a diferença de que a noção saussuriana de *valor linguístico* parece render consequências outras para a oralidade e, sobretudo, para a escrita. Esse será o assunto da próxima seção.

2.3 A Oralidade e a Escrita no CLG

Ao resgatarmos as lições de Saussure, encontramos nelas marcas da linguística de seu tempo. É sabido que o genebrino possuía formação neogramática e seu primeiro trabalho, o famoso *Mémoire* (já mencionado anteriormente), publicado em 1879, quando ele tinha apenas 21 anos, segue orientações do método comparatista, embora já apresentasse novidades que seriam retomadas no CLG¹⁶. Assim, ler Saussure é, de certa maneira, estabelecer um diálogo (nem sempre consensual) com seus antecessores. Como bem nos ensina Robins:

O pensamento histórico sobre a ciência ou sobre qualquer outro tema relacionado à atividade humana consiste no estudo da sucessão temporal de pessoas e acontecimentos, bem como no exame das relações causais, influências e tendências que neles se podem descobrir e que nos possibilitam melhor compreendê-los (ROBINS, 1983, p. 2).

¹⁶ Segundo Silveira (2007, p. 53), De Mauro defende que o *Mémoire* “marcou profundamente a formação de Saussure, pois por meio dele entrou em contato com os problemas de reconstrução de um sistema linguístico necessariamente a-substancial, já que sua realização em palavras não era conhecida”.

Tendo em vista o contexto de formação de Saussure, que se caracterizava pela influência do método comparatista em matéria de linguística, de um lado, e pelas novidades trazidas/reivindicadas pelos neogramáticos, do outro, qual seria o tratamento dado pelo autor à oralidade e à escrita? A mesma concepção de representação do oral pelo escrito se repete em Saussure?

Antes de abordarmos essas questões, é válido retomarmos um ponto importante já levantado neste trabalho: a eleição da *sincronia*, ou do *ponto de vista do sujeito falante*. Essa eleição marca a distinção entre os estudos comparatistas e Saussure, assim como direciona o olhar do linguista para a língua enquanto um *sistema de signos*.

Vimos anteriormente que Saussure considerava a concepção de língua da Gramática Comparada *híbrida e vacilante*. Segundo Normand, na época em que Saussure lecionava linguística geral, os linguistas se ocupavam com a *linguagem* e com as *línguas* sem se questionarem sobre os pormenores que esses termos apresentavam:

[...] assim o afirmam, sem estabelecer uma relação clara entre esses dois termos, e sem que jamais se saiba se o termo *linguagem* representa o conjunto de línguas, uma língua qualquer que se estime valer por todas as línguas, uma faculdade (social e/ou natural) comum a todos os homens, nem qual estatuto possui uma língua concreta em relação a essa generalidade (NORMAND, 2009, p. 35-36, grifo da autora).

Diante desse impasse terminológico, mas, sobretudo, metodológico, havia uma difícil tarefa a ser cumprida: a de “proporcionar a consciência de que qualquer descrição se faz segundo um ‘ponto de vista’ [...]” (NORMAND, 2009, p. 39).

Foi Saussure quem primeiro se aventurou nessa tarefa ao propor que é “o ponto de vista que cria o objeto” (CLG, p. 15). Isso significa dizer que, dependendo do ponto de vista adotado, o objeto linguístico é outro, ou que o objeto linguístico não é dado anteriormente, mas construído a partir de um referencial. Além disso, tal enunciado se configura como uma advertência: “[...] se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si” (CLG, p. 16).

Para dar conta das dualidades em torno da linguagem sem cometer o erro de tomar dois pontos de vistas distintos concomitantemente, Saussure defende que é necessário “colocar-se primeiramente no terreno da língua e torná-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (CLG, p. 16-17). Mas o que é a língua? Em que ponto de vista ela se revela como “um todo por si e um princípio de classificação” (CLG, p. 17)?

A língua é, para Saussure, um *sistema de signos* e é na sincronia que ela se revela como tal. Normand afirma que “a definição pelo sistema de signos, antes mesmo de ser esclarecido como é necessário entender esse tão velho termo *signo*, é assim estreitamente ligada à célebre demarcação *sincronia/diacronia*” (NORMAND, 2009, p. 53, grifo da autora).

Já vimos que a sincronia é definida a partir do ponto de vista do *sujeito falante*; ela se encontra num *estado de língua*, no qual “todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica” (CLG, p. 102). A diacronia, por sua vez, é definida a partir do ponto de vista do *conhecedor*¹⁷; ela representa uma *fase de evolução* da língua, na qual as mudanças se aplicam apenas a elementos isolados, e não ao sistema como um todo.

Ao abordar a trajetória da formulação dos conceitos de *sincronia* e *diacronia* por Saussure, Depecker (2012) aponta a relevância da distinção entre os dois:

Distinção tão importante que Saussure vincula ‘*estado de língua*’ e ‘*transformação no tempo*’ a duas atividades que o conduziram a se questionar sobre a importância do tempo no estudo das línguas: a morfologia e a fonética. A morfologia trata prioritariamente das formas e, acrescenta Saussure, de seu ‘valor’; a fonética trata da evolução dos ‘*sons*’ (DEPECKER, 2012, p. 52, grifos do autor).

Ou seja, a fonética está para a diacronia, assim como a morfologia está para a sincronia. Mais adiante, o autor esclarece o que são os pontos de vista fonético e morfológico para o genebrino: “[...] é preciso pelo menos fazer a distinção entre a abordagem fonética que, para Saussure, considera essencialmente o aspecto material da língua, e abordagem morfológica, que coloca em cena o ‘sujeito falante?’” (DEPECKER, 2012, p. 150).

E quais as características desse sujeito falante, fundamental para a demarcação do estado sincrônico da língua? Primeiramente, esse sujeito “[...] ignora o passado de sua língua e, sobretudo, seus parentescos mais ou menos longínquos com outras línguas; ignora até mesmo as regras que ele aplica, mas sabe aplicá-las” (NORMAND, 2009, p. 46). Noutras palavras, ele ignora aquilo que a diacronia revela e não tem consciência sobre as regras de sua língua, embora saiba aplicá-las com sucesso.

O objetivo do linguista é, pois, dar conta desse conhecimento que o falante possui, inconscientemente, sobre sua língua. E onde está situado esse conhecimento? Na sincronia: “é no estado de língua em que se encontra o locutor comum – que não tem necessidade, para falar, de conhecer a história da língua que utiliza –, que se pode apreender o funcionamento do sistema” (NORMAND, 2009, p. 53).

¹⁷ O *conhecedor* é o linguista, o *estudioso*, aquele que possui um *saber sobre a língua*, diferentemente do *locutor*, que apresenta um *saber da língua* (NORMAND, 2009, p. 45).

As consequências disso são inúmeras: a linguística pós-saussuriana foi prioritariamente sincrônica, como nos mostram os trabalhos desenvolvidos por muitos nomes ligados ao *Estruturalismo*¹⁸, sobretudo o de Hjelmslev. Na ânsia de dar conta do sistema da língua, Saussure (e, posteriormente, os estruturalistas) foi levado a separar desse sistema tudo o que lhe seja *externo*. Não significa negar o papel desses elementos externos, mas *homogeneizar* a língua a fim de descrever seu mecanismo.

É a partir dessa necessária homogeneização da língua que podemos situar a questão do tratamento dado à oralidade e à escrita por Saussure. O CLG revela dois momentos distintos em relação a tais concepções. Há dois capítulos que expressam bem esse fato: o capítulo VI da Introdução, chamado *Representação da língua pela escrita*, e o capítulo IV da Segunda Parte (que versa sobre *Linguística Sincrônica*), intitulado *O valor linguístico*. Isso não significa dizer que as noções do oral e do escrito, em Saussure, estejam fixadas apenas nesses dois capítulos, mas é verdade que a comparação entre eles nos mostram um deslocamento significativo de tais conceitos, sobretudo em relação à escrita.

No capítulo que aborda a representação da língua pela escrita, Saussure, tal como os neogramáticos, exclui a escrita alfabética da linguística. O autor sustenta a tese de que a escrita é “estranha ao sistema interno” (CLG, p. 33) e que é necessário conhecer “a utilidade, os defeitos e os inconvenientes” (CLG, p. 33) desse processo no qual a língua é *representada*. Porém, o estudo dessas “deformações fônicas” não pertence à Linguística, mas a outro compartimento denominado “casos teratológicos” (CLG, p. 41), por não resultarem do funcionamento *natural* da língua, declara o autor.

O que está em jogo é o lugar que a escrita ocupa frente à língua: aquela é apenas a *representação* desta. E mais: dada sua condição de mera representação da língua, a escrita, para Saussure, não deve ser tomada como fonte de análise do fenômeno linguístico. Vimos que, para ele, o recurso à escrita presente nos estudos históricos sobre a língua, embora necessário, falhava em muitos aspectos: a escrita engana, não reproduz fielmente as transformações da língua no tempo:

Primeiramente, a imagem gráfica das palavras nos impressiona como um objeto permanente e sólido, mais adequado do que o som para constituir a unidade da língua através dos tempos. Pouco importa que esse *liame seja superficial* e crie uma unidade puramente factícia: é muito mais fácil de apreender que *o liame natural, o único verdadeiro, o do som* (CLG, p. 35, grifo nosso)

¹⁸ Na próxima seção, discutiremos algumas das características do *Estruturalismo europeu*, uma das correntes mais importantes na história da Linguística.

Por essa razão, a escrita (*liame superficial*) desfrutava, com os filólogos e com os comparatistas, de um prestígio que não lhe pertencia por direito. Saussure denuncia: “ainda hoje, homens esclarecidos confundem a língua com a sua ortografia” (CLG, p. 35),

No decorrer do capítulo, Saussure aborda as imperfeições da representação da língua pela escrita alfabética. A partir de exemplos de diversas línguas, especialmente do Francês, ele insiste no desacordo entre grafia e pronúncia, destacando os efeitos nocivos deste para o estudo da língua. Esse capítulo é carregado de um teor depreciativo à escrita, exemplificado a partir de termos tais como “grafias irracionais”, “ortografias flutuantes”, entre outros, presentes nele.

A disposição desse capítulo no CLG não nos parece aleatória. Ele aparece após a delimitação do objeto da linguística, a *língua (langue)*, distinta da *linguagem* e da *fala*. No capítulo imediatamente anterior, intitulado *Elementos internos e elementos externos da língua*, Saussure defende a necessidade de eliminar desta “[...] tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema, numa palavra: tudo quanto se designa pelo termo ‘Linguística externa’” (CLG, p. 29). Essa sequência linear proposta pelos editores nos sugere o fato da necessidade apontada por Saussure de retirar da língua tudo aquilo que é secundário para que, a partir daí, ela possa ser definida como “um sistema que conhece somente sua ordem própria” (CLG, p. 31).

Eis, pois, o trabalho de “higienização” da língua, do qual a escrita alfabética não escapou. O anúncio dessa atitude excludente aparece logo nas primeiras páginas do capítulo VI da Introdução:

Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; *a razão de ser do segundo é representar o primeiro*; o objeto linguístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última, por si só, constitui tal objeto. (CLG, p.34, grifo nosso).

Destacamos três pontos no trecho acima: 1) o fato de Saussure equiparar a escrita a um sistema de signos, ainda que numa posição inferior em relação à língua; 2) o esclarecimento quanto à independência da língua (de tradição oral), que existe em função da “palavra falada” e não da “palavra escrita”; e, por fim, 3) a definição do objeto da linguística a partir da *palavra falada*.

O primeiro ponto é bem curioso. Se a escrita é um sistema de signos, a letra é um signo? Se assim o for, que elementos estão em jogo no estabelecimento desse signo? É sabido que o signo saussuriano é definido como “[...] uma entidade psíquica de duas faces” (CLG, p.

80), a saber, o significante e o significado. Quando Saussure atribui à escrita o status de sistema de signos, a letra é potencialmente tratada como signo. Sendo o signo uma entidade psíquica, imaterial, incorpórea, como poderia a letra representar a língua/som? Nem mesmo o som confunde-se com a língua, como o próprio Saussure afirmou: “[...] é impossível que o som, elemento material, pertença por si à língua. Ele não é, para ela, mais que uma coisa secundária, matéria que põe em jogo.” (CLG, p. 137).

Há de se considerar, ainda, as colocações de Saussure acerca do estabelecimento da *Semiologia*, a “ciência geral dos signos”. Segundo Saussure, a língua, enquanto um “sistema de signos que exprimem ideias”, é comparável “à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., etc. Ela é apenas o principal desses sistemas” (CLG, p. 24). Quanto aos sistemas de signos derivados da língua, Arrivé (2010, p. 49) afirma: “[...] eles têm por função manifestar em outra substância, visível (as letras e os gestos) em vez de audível (os sons da voz)”.

Depecker destaca que a abordagem saussuriana se abre para “uma perspectiva geral dos signos” e, nessa direção, acrescenta:

De fato, para ele [Saussure], o suporte do signo é de pouca importância, pois ele permanece preso na materialidade, que seja voz, gestos, ou qualquer ‘instrumento’ suscetível de servir de signo (*Escritos*, p. 288). Mas para que serve analisar a língua em relação a outros sistemas de signos? Ora, para libertar aquilo que ela tem de próprio. E o suporte do signo, como a voz, não é uma característica própria (DEPECKER, 2012, p. 154, grifo do autor).

Percebemos, aí, que, na perspectiva semiológica de Saussure, o suporte material do signo (quer seja a voz, a grafia, os gestos, etc.) não é sua *característica própria*, de modo que o fato de um ser secundário em relação ao outro importa menos do que a possibilidade de manifestar materialmente os signos. Ainda que, num primeiro momento, o genebrino atribua ao som o ‘liame natural da língua’, a comparação dos sistemas de signos revela aquilo que é “próprio à ‘língua’: sua ‘essência’” (DEPECKER, 2012, p. 154, grifo do autor).

Ademais, a oscilação do termo *signo* no texto saussuriano¹⁹ coloca, ainda, um problema em relação à definição da escrita enquanto sistema de signos. Tanto no CLG quanto nos *Escritos de linguística geral* (2012[2002]), doravante ELG, editados e organizados por Bouquet e Engler, o termo *signo* remete ora à totalidade significante/significado, ora ao significante apenas. Para exemplificar o último caso, consideremos os trechos abaixo:

¹⁹ Arrivé (2010) discute essa imprecisão terminológica em Saussure no capítulo *O Curso de linguística geral: modesto ensaio de releitura* de seu livro, *Em busca de Saussure*.

- 1- Quando se trata de uma língua viva, o único método racional consiste em: [...] b) *observar o sistema de signos que servem para representar – imperfeitamente – os sons* (CLG, p. 47 – grifo nosso);
- 2- Poder-se-ia chamar a língua o domínio das articulações, tomando esta palavra no sentido definido na p. 18: cada termo linguístico é um pequeno membro, um *articulus*, em que uma idéia se fixa num som e em que *um som se torna o signo de uma idéia* (CLG, p. 131 – grifos do autor e nosso)
- 3- Ou *SIGNO e sequência de tempo*, mas, nesse caso, nenhuma idéia no signo. É isso que se chama fonética [diacronia] Ou *SIGNO E IDÉIA*: mas, neste caso, inversamente, nada de sequência de tempo [...] [sincronia] (ELG, p. 51-52 – grifos do autor).

Em 1, podemos depreender a noção de escrita como significante do som, seu significado (Jakobson posiciona-se de maneira semelhante, como veremos adiante); em 2, o som é o significante da ideia; e, por fim, em 3 temos que signo é significante, com a observação de que, na diacronia, somente os significantes atuam (neste caso, a escrita seria pensada como puros significantes). Vemos, a partir dessas observações, que o estatuto da escrita enquanto um sistema de signos em Saussure é problemático, seja em função da definição de signo, seja em razão da oscilação do próprio termo nos textos saussurianos.

A ideia de representação da língua/som pela escrita, a nosso ver, está fortemente presente no segundo ponto que destacamos acima, a saber, a insistência de Saussure no fato de a língua possuir uma tradição oral que independe da escrita, embora, como vimos, o som, em si mesmo, não seja aquilo que há de *essencial* na língua. A este fato subjaz a lógica da anterioridade da oralidade em relação à escrita (rebatida, posteriormente, por Hjelmslev); segundo Saussure, “[...] acabamos por esquecer que aprendemos a falar antes de aprender a escrever, e inverte-se a relação *natural*” (CLG, p. 35 – grifo nosso). A relação natural é, pois, a da língua com a oralidade, da qual a escrita seria somente a cópia imperfeita.

No entanto, se, por um lado, a prioridade do oral sobre o escrito justifica a noção de representação inexata de um pelo outro, por outro, essa mesma noção revela, segundo Chis e Puech (ao discutirem Gleason [1955]), que

[...] la ‘*vraie fonction* d’un système d’écriture’, ce n’est pas de ‘représenter tous les sous-systèmes phonologiques de la langue parlée sur laquelle il est fondé, c’est plutôt *d’enregistrer une langue écrite*... à certains égards différente de la langue parlée’ (CHISS: PUECH, 1983, p. 8, grifo dos autores).

Ou seja, a incongruência entre o oral e o escrito questiona a própria ideia de representação de um pelo outro, de modo que a inexatidão no deslocamento do som para a letra evidencia não uma ‘incapacidade’ da escrita, mas tão somente suas diferenças em relação à oralidade.

O terceiro ponto, o da definição do objeto da linguística a partir da *palavra falada*, foi mencionado por Derrida (1973), em *Gramatologia*. Em seu projeto de desconstrução da tradição ocidental, denominada por ele como *logofonocêntrica*²⁰, o filósofo encontra em Saussure uma filiação a essa tradição, que justifica a exclusão da escrita pelo genebrino, como veremos.

O autor faz a seguinte afirmação acerca da unidade *palavra*: “a palavra já é, pois, uma unidade constituída, um efeito ‘do fato’, de certo modo misterioso, de o ‘pensamento-som’ implicar divisões” (DERRIDA, 1973, p. 38). Nesse trecho, faz alusão a uma passagem do capítulo do *valor linguístico*, que será tratado a seguir, para explicar em que Saussure se apoia para dar à palavra falada maior importância. Por essa razão, prossegue o autor

A escritura será fonética, o fora, a *representação exterior da linguagem e deste ‘pensamento-som’*. Deverá necessariamente operar a partir de unidades de significação já constituídas e em cuja formação não tomou parte (DERRIDA, 1973, p. 38, grifo nosso).

Já vimos que, em Saussure, a escrita entra no rol daquilo que é secundário e é entendida por ele, inicialmente, como a representação da língua. Derrida avalia essa atitude saussuriana afirmando ser ela a condição para que a linguística pudesse determinar suas fronteiras e estabelecer um sistema “regido por uma Necessidade interna”. Desse modo, o autor conclui: “se a escritura não é mais que a ‘figuração’ da língua, temos o direito de excluí-la da interioridade do sistema (pois seria necessário crer que existe aqui um dentro da língua) [...]” (DERRIDA, 1973, p. 40, grifo do autor).

Esse “dentro” da língua, em Saussure, define-se apenas pelas regras internas ao sistema e, por essa razão, dispensa quaisquer elementos de natureza substancial, quer seja o som quer seja a letra. A questão é que, no CLG, a exclusão da escrita da chamada “Linguística interna” é muito mais evidente: o capítulo VI da Introdução é dedicado exclusivamente ao assunto, como vimos. A oralidade, por sua vez, é convocada, sobretudo, para explicar o caráter imaterial do significante, como podemos ver no trecho a seguir:

Ademais, é impossível que o som, elemento material, pertença por si à língua. Ele não é, para ela, mais que uma coisa secundária, matéria que põe em jogo [...] Isso é ainda mais verdadeiro no que respeita ao *significante linguístico; em sua essência, este não é de modo algum fônico; é incorpóreo, constituído, não por sua substância*

²⁰ Essa tradição baseia-se na filosofia do *ser como presença*. Ou seja, o signo linguístico seria “representativo do sentido presente no pensamento ou da coisa mesma” (BORGES, 2006, p. 71). O privilégio da voz seria o de se encontrar mais próximo do pensamento, sendo a palavra sonora o mais ideal dos signos.

material, mas unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras (CLG, p. 137-138, grifo nosso).

Cabe, aqui, um questionamento: por que Saussure defende enfaticamente a exclusão da escrita apenas? Parece-nos que essa decisão justifica-se não apenas pelos “inconvenientes” causados pela escrita aos estudos linguísticos anteriores, mas também e, sobretudo, pela necessidade de demarcar o “dentro” da língua retirando dele aquilo que se apresenta como o “fora”, nesse caso, a escrita.

No entanto, Saussure reconhece o impacto que a escrita tem sobre a língua. Para ele, “a tirania da letra vai mais longe ainda; à força de impor-se à massa, influi na língua e a modifica” (CLG, p. 41). Ou seja, a escrita, ainda que superficial, é capaz de mudar a língua, de atingir seu sistema. E conclui: “essas deformações fônicas pertencem verdadeiramente à língua, apenas não resultam de seu funcionamento *natural*” (CLG, p. 41).

A conclusão do capítulo sobre a representação da língua pela escrita leva-nos a crer que o som é o liame natural da língua, embora essa tese não se sustente em todas as partes do CLG. As comparações entre os diferentes sistemas de signos bem como o caráter imaterial do significante revelam que nada do que é substancial define a língua enquanto um sistema, em sua “ordem própria”, nem mesmo o som.

Ademais, no capítulo III da Introdução, já citado anteriormente, Saussure afirma que não era unanimidade entre os linguistas da época a ideia de que “[...] nosso aparelho vocal tenha sido feito para falar, assim como nossas pernas para andar” (CLG, p. 17). Convoca, então, o nome de Whitney, um de seus contemporâneos, mais especificamente a definição de língua do autor, para exemplificar esse debate:

Assim, para Whitney, que considera a língua uma instituição social da mesma espécie que todas outras, é por acaso e por simples razões de comodidade que nos servimos do aparelho vocal como instrumento da língua; os homens poderiam também ter escolhido o gesto e empregar imagens visuais em lugar de imagens acústicas (CLG, p. 17).

Discordando da ideia de a língua ser uma instituição social semelhante às outras, o genebrino, por outro lado, concorda com Whitney no seguinte ponto: “a língua é uma convenção e a natureza do signo convencional é indiferente. A questão do aparelho vocal se revela, pois, secundária no problema da linguagem” (CLG, p. 18). Desse modo, acreditamos que a ideia de a oralidade ser a substância natural da língua não se sustenta em Saussure, ainda que o autor tenha afirmado ser o som o liame natural da língua.

O esvaziamento substancial da língua, que questiona a naturalidade da substância sonora, dá-se, de fato, no capítulo IV da Segunda Parte do CLG, intitulado *O valor linguístico*. Essa concepção se funde na noção de sistema, regendo as relações intralinguísticas no campo do signo.

Algumas considerações acerca desse capítulo são importantes. Silveira recorda que ele foi originalmente um manuscrito das últimas aulas do terceiro curso que Saussure ministrou em Genebra, entre 30 de junho e 4 de julho de 1911. Segundo a autora, há, nele, marcas de Saussure e marcas da edição, e que, por essa razão, há uma *tensão* no texto, caracterizada da seguinte maneira:

O jogo inscrito nesse capítulo é um jogo de significantes que resistem à significação, dando lugar, portanto, à interpretação. Daí as paradoxais conclusões a respeito da teoria saussuriana que, não obstante, gerou todo um movimento na teoria do conhecimento que é o estruturalismo (SILVEIRA, 2007, p. 51).

De acordo com a autora, o referido capítulo é digno de atenção, pois, concordando com Gadet e Pêcheux (1981), “[...] ali encontramos o que eles nomeiam de *a novidade de Saussure na teoria do valor*” (SILVEIRA, 2007, p. 57, grifo da autora). Com efeito, é nele que Hjelmslev encontra a célebre afirmação saussuriana de que “a língua é uma forma não uma substância”, base de sua teoria imanente sobre a linguagem. Seu *valor* histórico é verdadeiro, embora muitas vezes esquecido pela linguística atual.

Esse capítulo, tal como se apresenta no CLG, está dividido em quatro partes: na primeira, Saussure aborda a delimitação dos signos nas massas amorfas do pensamento e do som; na segunda e na terceira, o valor linguístico é abordado em seu aspecto conceitual e material, respectivamente; e, por fim, na quarta parte, o valor é considerado a partir da totalidade do signo.

O que é o *valor linguístico*? Esse conceito é central na teorização saussuriana e foi amplamente discutido por autores nacionais e internacionais²¹. Para este trabalho, porém, centraremos na discussão apresentada no CLG e dos desdobramentos desta para pensarmos a relação entre oralidade e escrita.

De maneira geral, a concepção de valor linguístico pressupõe que as partes dos signos, o significante e o significado, sejam definidas não pela positividade de suas propriedades, mas pelas relações de diferença com as demais partes. Para Saussure, “[...] *na língua só existem diferenças*” (CLG, p. 139, grifo do autor). E mais: quer se considere o significado ou o

²¹ Cf. Normand (2009), Arrivé (2010[2007]) e Silveira (2007), por exemplo.

significante, “[...] a língua não comporta nem idéias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema” (CLG, p. 139). Essa definição, contrariamente à perspectiva convencionalista, recorre a explicações intralinguísticas do fenômeno linguístico, sem apelo à exterioridade.

Ao abordar o valor linguístico no aspecto material, Saussure provoca o que Arrivé (2010, p. 84) chama de “reabilitação da escrita”, consequência da problemática da materialidade ou da não materialidade do significante. Entendamos o porquê.

Nessa parte do capítulo, Saussure compara mais uma vez a língua à escrita, e afirma existir neste sistema de signos “um idêntico estado de coisas” (CLG, p. 138). Novamente nos deparamos com o status de *sistema de signos* atribuído à escrita e, conseqüentemente, com o problema da oscilação do termo *signo* no texto saussuriano. De todo modo, retomar a escrita é, para o genebrino, uma forma de “esclarecer toda a questão” referente ao caráter a-substancial do significante.

Eis a comparação a que chega Saussure:

- 1° os signos da escrita são arbitrários; nenhuma relação existe entre a letra *t* e o som que ela designa;
- 2° o valor das letras é puramente negativo e diferencial; assim, a mesma pessoa pode escrever *t* com variantes [...]. A única coisa essencial é que este signo não se confunda em sua escrita, com o do *l*, do *d* etc.;
- 3° os valores da escrita só funcionam pela sua oposição recíproca dentro de um sistema definido, composto de um número determinado de letras [...];
- 4° o meio de produção do signo é totalmente indiferente, pois não importa ao sistema [...]. Quer eu escreva as letras em branco ou preto, em baixo ou alto relevo, com uma pena ou com um cinzel, isso não tem importância para a significação (CLG, p. 138-139, grifo do autor e nosso).

Ou seja, o valor linguístico, inerente ao sistema da língua, atinge as letras, que são, nessa perspectiva, *arbitrárias, negativas, diferenciais e opositivas*, definidas, assim, pela *pura diferença*. Nesse ponto, “sobrevém a desmaterialização do significante: ele deixa de se confundir com a substância sonora”, afirma Arrivé (2010, p. 84). Ainda segundo o autor, as conseqüências dessa desmaterialização são imediatas:

a escrita não é mais a serva (dócil ou indócil) do som. Ela chega até a perder todo contato imediato com ele, dado que o significado que ela assume não é mais o som, mas o significante incorpóreo (ARRIVÉ, 2010, p. 84).

Quanto ao primeiro ponto da comparação entre valor e escrita apresentada no CLG, o autor faz uma breve ressalva. Há, segundo ele, uma “discordância” significativa entre as “notas homogêneas” dos ouvintes de Saussure e o da edição do Curso. Neste, lemos:

“nenhuma relação existe entre a letra *t* e o som que ela designa”, o que nos conduz ao modelo anterior das relações entre som e grafia, destaca o autor. Nas notas dos alunos, por sua vez, “Saussure não falou do ‘som que ela designa’, mas da ‘coisa a designar’” (ARRIVÉ, 2010, p. 85). Nesse sentido, assume o autor:

não é o som que deve ser assumido a título de significado pela letra, mas uma ‘coisa’. Coisa inominável por alguma outra palavra que não seja ‘coisa’: reconhecemos aqui, sem a menor dificuldade, o significante incorpóreo, efetivamente difícil de subtrair de seu resíduo fônico ou gráfico (ARRIVÉ, 2010, p. 85).

Portanto, as notas dos alunos revelam outro status para a letra: a de *significante incorpóreo*, cujo significado não é o som, mas a “coisa” a designar. Desse modo, “a escrita alcança a plena dignidade de sistemas de signos”, complementa o autor.

No entanto, para Saussure, há uma diferença significativa entre esses dois sistemas (o da língua e o da escrita) em relação ao quantitativo de unidades:

Um sistema de escrita composto de vinte e quatro letras pode, a rigor, ser substituído por outro. O mesmo poderia suceder à língua se ela encerrasse um número limitado de elementos; mas os signos linguísticos são inumeráveis (CLG, p. 87).

Vemos, nesse trecho, a reafirmação de que, para o genebrino, a língua é um sistema de signos, signos, estes, infinitos. Já o sistema da escrita apresenta unidades limitadas, o que facilita a substituição deste sistema por outro. Veremos, na Seção 3, que Hjelmslev, ao mesmo tempo em que reconhece a língua enquanto um sistema de signos (como o fez Saussure), reconhece nela, também, a existência de um número limitado de “elementos” que possibilita um número ilimitado de signos.

É importante destacar, ainda, que, ao recuperarmos a diferença apontada por Arrivé entre o texto do CLG e o das notas dos alunos de Saussure, não queremos desmerecer os editores, nem tão pouco invalidar a obra póstuma. Nosso objetivo foi o de problematizar a questão da relação de representação do som pela letra, que, como vimos, ora se sustenta, ora não se sustenta na reflexão saussuriana.

Dando continuidade aos outros pontos em que Saussure compara o valor à escrita, vimos que as letras assumem as propriedades do *valor linguístico*, a saber, “puramente negativo e diferencial”, “oposição recíproca dentro de um sistema definido” e indiferença quanto ao meio de produção.

É preciso, antes de tudo, apontar a distinção entre *diferença* e *oposição*. É Saussure quem primeiro esclarece essa questão: “Conquanto o significado e o significante sejam considerados, cada qual à parte, puramente diferenciais e negativos, sua combinação é um fato positivo [...]” (CLG, p. 140). Ou seja, na relação entre significantes e entre significados, há apenas diferença; já na relação entre signos, tomados em sua totalidade, há oposição. Silveira (2007, p. 65) acrescenta que, embora a diferença e a oposição constituam o signo, “[...] não são da mesma natureza”. Desse modo, “a primeira [diferença] sustenta-se no princípio da negatividade (é o que os outros não são); a segunda requer *alguma positividade* para que haja oposição” (SILVEIRA, 2007, p. 65, grifo nosso).

Considerando que os dois tipos de relações comportam o sistema da escrita, pensemos. Se a letra é o significante incorpóreo, passível de se relacionar com a “coisa a designar”, ela mantém com as demais letras uma relação de pura diferença e negatividade: a letra *t* é o que o *d* e o *l*, por exemplo, não são. Na relação com a “coisa designada”, seja esta coisa o som, teríamos, aí, não a pura diferença, mas a oposição, que requer “alguma positividade” e, de certo modo, pode se pensar numa representação de um pelo outro.

Por exemplo, temos uma relação de representação entre som e letra quando, não compreendendo muito bem o nome de determinada pessoa, pedimos para que ela, gentilmente, *soletre-o* devagar. Aqui podemos reconhecer uma relação de um pra um, em que cada letra (ou letras) corresponde ao som “designado”. No entanto, no funcionamento do sistema linguístico, essa relação elementar de representação precisa ser “esquecida” para que a letra possa relacionar-se com as demais. Assim, a letra *a* é definida não por ser *a*, não por designar este ou aquele som, mas por não se confundir com *b*, *c*, *d*, etc., se considerarmos as letras do alfabeto. É nesse sentido que, na concepção saussuriana, o signo não é, mas *vale*.

Com efeito, ao exemplificar as propriedades do valor linguístico através da escrita (entendida enquanto um sistema de signos distinto da língua), Saussure deu a ela um novo lugar. Ainda que a concepção de representação da oralidade pela escrita apareça várias vezes no *Cours*, não podemos desconsiderar que a noção de valor desloca a escrita do lugar subalterno ocupado por ela no capítulo VI da Introdução, submetendo-a a outro tipo de relação, tal como acontece com os fonemas: a de *pura diferença*.

Desta feita, se, para Saussure, a língua é um sistema de signos regido unicamente pelo valor linguístico (pura diferença), é possível afirmar que não há hierarquia entre som e letra. Em razão da simultaneidade, característica do estado sincrônico, as unidades linguísticas não são definidas pelo que elas foram (na diacronia), mas pelo que elas são, dados os valores que emanam do sistema. Independentemente das razões lógicas e/ou cronológicas que justificam a

precedência de um pelo outro, o oral e o escrito são, nessa perspectiva, substâncias igualmente disponíveis nas quais a língua – mais especificamente, o significante incorpóreo - pode manifestar-se.

Dado o deslocamento operado no CLG no que se refere ao tratamento dado à oralidade e, especialmente, à escrita, cabe, ainda, um questionamento: como compreender essa aparente contradição em Saussure, que submete a escrita ora ao encargo de representar a língua (*naturalmente* falada), ora ao funcionamento linguístico?

Derrida, já mencionado neste trabalho, discute essa questão e associa a exclusão da escrita presente no CLG como resultado da filiação de Saussure a uma tradição filosófica que concebe o som como o “significante natural”. A escrita seria, nessa perspectiva, o significante do significante, ou seja, o exterior. Nas palavras do autor: “Saussure retoma a definição tradicional da escritura que já em Platão e em Aristóteles se estreitava ao redor do modelo da escritura fonética e da linguagem de palavras” (DERRIDA, 1973, p. 37).

Para o filósofo, Saussure atribui à escrita, inicialmente, uma função *estrita e derivada*. Essa função diz respeito à representação da oralidade pela escrita: a voz seria o significante primeiro, representação natural e imediata do sentido, sendo a escrita secundária, “[...] o fora, a representação exterior da linguagem ou deste pensamento-som” (DERRIDA, 1973, p. 38), explica Derrida. É justamente contra essa função estrita e derivada da escrita, que tem como pressuposto a ideia de a linguagem ser, *naturalmente*, falada, que Hjelmslev irá se posicionar.

Ademais, Derrida destaca que o signo em Saussure é *linguístico*, isto é, ele não representa ideia ou coisa, e conclui que a tese do arbitrário rege as relações entre significante e significado, assim como entre *fonema* e *grafema*²².

Endruweit (2009), ao abordar o movimento de exclusão da escrita no CLG, também reconhece a filiação saussuriana à tradição filosófica, especialmente ao pensamento de Rousseau, assim como fará Derrida. Além disso, reconhece no linguista a preocupação com a delimitação do objeto da “nova” ciência linguística.

A autora defende, ainda, que a ideia de representação da oralidade legada à escrita é inviável quando se considera as características do signo apresentadas no capítulo sobre o *valor*, atribuídas, também, à letra, tais como a *arbitrariedade*, a *linearidade* e a *imaterialidade*, como vimos.

Os signos são: imotivados, tendo em vista que não há nenhuma relação entre a letra *t* e o som relacionado a ela; são dispostos linearmente; e, por fim, são imateriais, incorpóreos, ou

²² Dubois et al (1998[1973], p. 312) definem grafema como sendo o “[...] elemento abstrato de um sistema de escrita que se realiza por formas chamadas alografes cujo traçado depende dos outros elementos do sistema [...]”.

seja, não se confundem com o suporte (sonoro ou visual) no qual são materializadas as regras do sistema. Nesse sentido, Endruweit conclui:

Essa noção de escrita como representação, como símbolo, não poderia ser sustentada no decorrer do Curso pela própria tese da arbitrariedade do signo. [...] A prioridade do oral em relação à escrita está relacionada com a precedência temporal do primeiro em relação ao último, isto significaria, portanto, entender a escrita como representação da fala (ENDRUWEIT, 2009, p. 22).

Em suma, o que Derrida e, mais recentemente, Endruweit nos mostram é que a ideia de representação do oral pelo escrito está presente em Saussure, mas é, ao mesmo tempo, superada por ele a partir da noção de *valor lingüístico* e de seus desdobramentos, mais especificamente, a *arbitrariedade* do signo. A herança de uma tradição que concebe a escrita como o ‘significante do significante’ autoriza o genebrino a conceber a escrita como um sistema de signos (e, aqui, não se sabe exatamente se o termo signo remete à totalidade ou apenas ao significante) que representa (imperfeitamente) a língua, que é *naturalmente* falada.

No entanto, com a desmaterialização do signo, sustentada pela noção de valor, a escrita e a oralidade estão submetidas igualmente ao jogo simbólico da língua, entendida enquanto um *sistema de signos*. Dito de outro modo, com o valor, a escrita é submetida a uma nova abordagem, que a vincula à língua enquanto uma possibilidade de materialização, ao lado da materialidade sonora, sem qualquer submissão ou exclusão de uma em relação à outra.

Logo, há tradição e inovação em Saussure no que se refere ao tratamento dado à oralidade e, especialmente, à escrita. Esses dois momentos estão bem marcados no CLG, como vimos nos capítulos VI da Introdução e IV da Segunda Parte, respectivamente.

Certamente, há muito que explorar sobre esse paradoxo materializado no *Cours*, sobretudo se considerarmos a presença da escrita nos estudos diacrônicos, tal como foram propostos por Saussure. No entanto, para este trabalho, nos interessa mais o modo como esse impasse quanto ao tratamento dado à oralidade e à escrita, presente no CLG, aparece nos estudos linguísticos do século XX, dos quais Hjelmslev fez parte. A esse respeito, Chiss e Puech afirmam:

Plus précisément, sans reprendre les termes de la discussion interne au *Cours* lui-même, on ne peut séparer l'assimilation ou la dissimilation du *linguistique* et de l'oral de la position même du problème de l'écriture dans le dispositif propre au structuralisme européen où s'opposeraient, selon l'hypothèse de Jacques Derrida *deux lignées linguistiques*: l'une formaliste, « algébriste », représentée essentiellement par Hjelmslev et l'École de Copenhague; l'autre, phonologiste,

développée particulièrement par Jakobson et l'Ecole de Prague (CHISS;PUECH, 1983, p. 16, grifo dos autores).

Ou seja, tanto Hjelmslev quanto Jakobson são inseridos naquilo que Chiss e Puech chamam de ‘l’*éritage saussurien*’, com a diferença de que cada um deles irá partir de uma das duas acepções sobre a escrita presentes no CLG: o primeiro partirá da noção de escrita submetida ao valor linguístico, radicalizando-a; já o segundo se apoiará na concepção de escrita enquanto representação da língua falada. Retomaremos essa discussão na Seção 3.

Resta, ainda, problematizarmos o caráter natural atribuído à oralidade em função de sua anterioridade em relação à escrita, argumento principal no qual se baseia a noção de representação. É, pois, no algebrismo radical de Hjelmslev, resultado da leitura atípica que o autor fez do CLG, que buscaremos caminhos para pensarmos a possibilidade de uma escrita que “não precisa ser transposta em ‘substância’ sonora a fim de ser percebida ou compreendida” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 111).

Portanto, discutiremos, na próxima seção, o projeto hjelmsleviano enquanto efeito de (uma) leitura do CLG e, também, aprofundaremos alguns dos conceitos saussurianos que foram reformulados por Hjelmslev.

3 O PROJETO HJELMSLEVIANO ENQUANTO EFEITO DO CLG

Nesta seção, discutiremos, inicialmente, o projeto hjelmsleviano enquanto efeito do CLG, partindo do pressuposto de que a teoria glossemática apresenta-se como uma *inovação* de algumas das ideias saussurianas. Depois, serão aprofundadas as noções de *expressão*, *conteúdo*, *forma* e *substância* em Hjelmslev, dando ênfase ao tratamento dado pelo autor à *substância da expressão*, que, acreditamos, comporta mais diretamente a oralidade e a escrita.

Na Seção 2 e a partir dos conceitos saussurianos de *língua* e *valor*, vimos que a escrita alfabética se desloca do lugar elementar de *representação* da oralidade. Continuaremos a explorar tal deslocamento a partir das formulações de Hjelmslev.

É importante ressaltar que o linguista dinamarquês não se propôs a discutir especificamente a escrita. No entanto, ela surge inúmeras vezes nos textos do autor ao lado da substância sonora e de outras *possibilidades materiais* de manifestação da língua. Ademais, o reconhecimento do que se configurava como uma falta na linguística (a ausência de um estudo sobre a escrita que faça abstração dos sons) revela que a escrita, para o autor, é algo além do que a representação gráfica dos sons da língua.

Derrida faz, nessa direção, um reconhecimento importante acerca da “Escola de Copenhague” liderada por Hjelmslev. Nas palavras do filósofo:

Indubitavelmente a Escola de Copenhague libera [...] um campo de pesquisas: a atenção torna-se disponível não só para a pureza de uma forma desligada de qualquer liame ‘natural’ a uma substância, mas também para tudo o que, na estratificação da linguagem, depende da substância de expressão gráfica. Uma descrição original e rigorosamente delimitada pode assim ser prometida (DERRIDA, 1973, p. 72, grifo do autor).

Tal originalidade apresenta-se, sobretudo, na terminologia adotada pelo autor. O termo *Glossemática*, por exemplo, foi escolhido com o intuito de “[...] marcar seu desacordo com os estudos linguísticos anteriores e sua independência de princípio em relação à substância extralinguística” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 82). Hjelmslev (2013[1943a], p. 5) assume categoricamente uma oposição aos estudos anteriores, com exceção de Saussure, o único que, segundo ele, “[...] merece ser citado como pioneiro indiscutível”.

Recuperar conceitos associados à linguística moderna traz à baila uma questão antiga, que jamais foi esgotada: *qual é a natureza da linguagem?* Essa pergunta guiou o trabalho dos linguistas modernos, sobretudo o de Hjelmslev, como um traço que separa a linguística do

passado (prioritariamente diacrônica) e a do presente (prioritariamente sincrônica). No primeiro capítulo dos *Prolegômenos*, ao fazer referência aos empreendimentos da Gramática Comparada, o autor afirma:

Mais uma vez, a linguagem deveria desapontar seus admiradores científicos, pois a história e a comparação genética das línguas, que se tornaram o objeto essencial da linguística tradicional, não se atribuíam nem por objetivo nem por resultado o *conhecimento da natureza da linguagem*, a qual não passava de um meio para chegar-se ao estudo das épocas histórica e pré-histórica (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 3, grifo nosso).

Uma linguística que não busca o conhecimento sobre a *natureza* da linguagem faz dela apenas um meio de se alcançar objetivos outros. O método de comparação entre as línguas, segundo Hjelmslev, pode trazer contribuições sociológicas, históricas, entre outras, mas nunca alcança “a própria língua” e seus mecanismos. Assim, para que se constitua uma nova linguística, deve-se procurar apreender a linguagem “como um todo que se basta a si mesmo, uma estrutura *sui generis*” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 3, grifo do autor). Dar conta da estrutura da linguagem é, então, compreender sua *natureza*.

Sem nos estendermos, agora, no espírito estruturalista de Hjelmslev, insistiremos na atualidade do problema acerca da natureza da linguagem. Isso porque, questionar a relação de *representação* entre a oralidade e a escrita é questionar a própria natureza da língua/linguagem. Sendo assim, uma das perguntas que nos propomos a discutir no decorrer desta seção é: o que o conceito hjelmsleviano de *forma* revela sobre a natureza da relação entre a oralidade e a escrita, aqui compreendidas, inicialmente, como *substâncias da expressão*?

Para abordarmos essas questões, partiremos de duas obras do linguista dinamarquês: os *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (2013[1943a])²³ e os *Ensaio lingüísticos* (1991). A primeira apresenta os resultados de mais de dez anos de pesquisa e dá corpo à teoria glossemática; já a segunda reúne quinze artigos (datados de 1937 a 1956), selecionados pelo próprio autor e que refletem a evolução de seu pensamento²⁴. Há, portanto, uma complementaridade entre as duas obras que não deve ser ignorada. Cañizal e Lopes, autores

²³ No decorrer do texto e sempre que necessário, nos referiremos a essa obra apenas como *Prolegômenos*.

²⁴ No prefácio aos *Ensaio Lingüísticos*, Hjelmslev afirma a respeito da obra: “Um círculo de amigos – colaboradores, colegas, alunos – teve a encantadora gentileza de oferecer-me a publicação de um volume de artigos científicos provenientes de minha pena, editados anteriormente, mas em grande parte difíceis de encontrar [...] A escolha deveria refletir os caracteres e a *evolução de meu pensamento em matéria lingüística*. Espero, por outro lado, possa ela servir ao mesmo tempo para ressaltar uma parte dos problemas fundamentais que ocupam e agitam o campo atual dos linguistas” (HJELMSLEV, 1991, p. 13, grifo nosso).

do prefácio à edição brasileira dos *Prolegômenos*, sugerem que a leitura dessa obra seja complementada com a dos *Ensaio*.

Serão convocados, também, autores tais como Ducrot (1972) e Fiorin (2003), que, no decorrer de suas investigações científicas, refletiram sobre a teoria hjelmsleviana e algumas de suas contribuições para a Linguística.

Já mencionamos o comentário feito por Fiorin acerca de Hjelmslev: para ele, o linguista dinamarquês é um autor pouco lido e muito criticado em função de alguns estereótipos que se perpetuaram no tempo: “é excessivamente formalista, desdenha a História, é cego para as determinações culturais que incidem sobre a linguagem, nega a dimensão do sujeito, e assim por diante” (FIORIN, 2003, p. 20). Não é nossa intenção discutir cada um desses estereótipos e se eles são fiéis ou não à figura de Hjelmslev. Mas, concordamos com Fiorin quando nos alerta sobre a dimensão histórica do projeto hjelmsleviano.

Segundo o autor, “não se pode analisar um projeto científico fora do espaço discursivo em que se constitui” (FIORIN, 2003, p. 20). Portanto, para dar conta desse espaço discursivo, é necessário conhecer, minimamente, quem foi Hjelmslev, sua formação acadêmica, bem como seus interesses científicos. É o que abordaremos na seção 3.1.

Na seção 3.2, abordaremos a *inovação hjelmsleviana* e a leitura atípica que o dinamarquês fez do CLG, tendo como base o contraste entre Jakobson e Hjelmslev no que se refere à concepção de escrita, bem como a reformulação, feita pelo dinamarquês, do conceito saussuriano de *língua*.

Na seção 3.3, por fim, aprofundaremos as noções hjelmslevianas de *forma*, *substância*, *expressão* e *conteúdo*, reunidas na reformulação do conceito saussuriano de *signo* proposta pelo autor, dando ênfase às *substâncias da expressão* que, conforme pontuamos acima, comportam a oralidade e a escrita.

3.1 Hjelmslev: um Linguista de seu Tempo

Para entender os pressupostos da teoria glossemática, é preciso conhecer, primeiramente, quem foi seu autor, o que significa considerar, além de informações biográficas, seus interesses enquanto um profícuo estudioso da linguagem. As formulações de Hjelmslev revelam, além disso, o quanto ele estava situado na linguística de seu tempo e, ao

mesmo tempo, dela se afasta ao estabelecer reflexões originais sobre ideias que circularam a partir do CLG, sobretudo em relação às noções de *língua, signo, forma e substância*.

Louis Trølle Hjelmslev nasceu dia 3 de outubro de 1899 na cidade de Copenhague, na Dinamarca. Seu pai, Jonhannes Hjelmslev, foi professor de matemática na Universidade Técnica de Copenhague (de 1905 a 1917) e na Universidade de Copenhague (de 1917 a 1942). Interessante pensarmos que o contato com a ciência matemática, por intermédio do pai, se reflete, de certa maneira, na própria teoria hjelmsleviana sobre a linguagem. Hjelmslev entendia a Glossemática como uma “álgebra da língua que operaria com grandezas não denominadas”²⁵ (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 82), ou seja, como pura combinatória.

Por sua pertinência na teoria hjelmsleviana, façamos algumas considerações acerca do termo *álgebra*. A Álgebra, área fundamental da Matemática, é, segundo Fernandes e Ricou (2003, p. 9), o “estudo das operações, regras de cálculo e procedimentos para a solução de equações”. A expansão dessa área, segundo os autores, deu-se na medida em que “se compreendeu que é possível estudar propriedades de qualquer operação algébrica *sem especificar a natureza dos objetos sobre os quais essa operação actua [...]*” (FERNANDES; RICOU, 2003, p. 10, grifo nosso).

Nesse sentido, a Álgebra pode ser entendida como um cálculo geral aplicado a diferentes objetos, uma vez que a referência externa é completamente apagada. Nesse sentido, a simples fórmula $a + b$, enquanto uma operação algébrica puramente formal, é aplicável, por exemplo, a quaisquer elementos externos, independentemente de sua natureza: gato + cachorro, bola + boneca, livro + caderno, etc. Não se coloca em questão as propriedades individuais de cada um deles, mas apenas a regra aplicada.

Em seus estudos sobre a álgebra, Simis (1977) afirma:

A natureza é pródiga em sistemas que guardam entre si, por diferentes que sejam, certos atributos comuns. A fim de expressar o que há de comum entre tais sistemas, é conveniente estabelecer alguma linguagem matemática mediante a qual possa-se abstrair certas propriedades ‘mínimas’ que permanecem válidas qualquer que seja o sistema particular em questão. Chega-se então à ideia de *estrutura* (ou conjunto estruturado) em Matemática (SIMIS, 1977, p. 1, grifo nosso).

A noção de *estrutura* adotada por Hjelmslev é semelhante a que fora descrita na citação acima. Para o autor, uma teoria que busca a estrutura específica da linguagem deve

²⁵ No capítulo sobre o *valor linguístico*, Saussure afirma que “a língua é, por assim dizer, uma *álgebra* que teria somente termos complexos” (CLG, p. 141, grifo nosso). Embora o genebrino não tenha desenvolvido essa assertiva tal como o fez Hjelmslev, a presença do termo *álgebra* no capítulo sobre o valor linguístico, que foi fundamental para a reflexão hjelmsleviana, não é mera coincidência.

procurar uma *constância* “[...] que faça com que toda língua seja linguagem, seja qual for a língua, e que uma determinada língua permaneça idêntica a si mesma através de suas manifestações mais diversas” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p.7). São essas “propriedades mínimas”, pois, que compõem uma estrutura, seja ela matemática ou linguística.

Logo, a referência à ciência matemática na formulação hjelmsleviana é significativa, quer seja pelo termo “álgebra”/“algebrismo” para se referir à glossemática, quer seja pela maneira como a noção de estrutura foi delineada pelo autor. Dar conta da *estrutura* de uma língua significa fazer o “cálculo de todas as possibilidades”. Esse é, segundo Hjelmslev, um dos objetivos do linguista:

Baseando-se em certos fatos da experiência – necessariamente limitados, embora seja útil que sejam tão variados quanto possível – o teórico empreende, num campo preciso, o *cálculo de todas as possibilidades*. Ele baliza arbitrariamente esse campo isolando propriedades comuns a todos os objetos a respeito dos quais se está de acordo em denominá-los de línguas, a fim de, em seguida, generalizar essas propriedades e estabelecê-las por definição [...] (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 21, grifo nosso).

Limitar-se aos dados empíricos é desconsiderar o cálculo das possibilidades (aquilo que pode vir a existir); é, também, limitar-se às línguas particulares, impedindo, assim, que uma *linguística geral*, que dê conta das *propriedades comuns* a todas elas, seja estabelecida. Por essa razão, Hjelmslev evita tanto quanto possível explicações metafísicas sobre o objeto da linguística; sua teoria “[...] procura um *conhecimento imanente da língua* enquanto estrutura específica que se baseia em si mesmo” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 23, grifo nosso), o que justifica o olhar do linguista para as relações intralinguísticas.

Lima (2010) apresenta um estudo sobre a teoria glossemática nos moldes da Historiografia Linguística²⁶. O autor reúne informações históricas sobre a formação e os interesses científicos de Hjelmslev. Destas informações, destacamos algumas das quais consideramos mais significativas para compreendermos os passos dados pelo autor até apresentar sua teoria glossemática, em 1943.

Afirma Lima que o interesse de Hjelmslev pelos estudos da linguagem floresceu em 1913, quando o dinamarquês fez a leitura de *Sprogets Logic* (Lógica da Linguagem), de Otto

²⁶ Para dar conta do aparato teórico-metodológico da Historiografia linguística, Lima baseia-se em Koerner (1996), Altman (1998), entre outros. Baseado nesses autores, ele entende a Historiografia linguística como uma área que “lida com questões de periodização, de contextualização e com temas relacionados à prática linguística efetiva, com o intuito de identificar diferentes fases de desenvolvimento da língua, sintetizar conceitos e de restaurar as fontes construtoras de uma obra ou teoria em questão” (LIMA, 2010, p. 11).

Jespersen, e, também, quando traduziu contos de fadas da obra *The story of a Mother* [*A história de uma mãe*], de Hans Christian Andersen, para diversas línguas (LIMA, 2010, p. 18).

Quanto à prática de tradução, cabe uma breve observação. Grimm, notadamente conhecido por ter formulado a primeira das leis fônicas, e seu irmão, Wilhelm, trabalharam juntos na “[...] compilação dos contos populares alemães, o que constituiu a base dos chamados ‘contos de fadas de Grimm’, conhecidos e amados pelas crianças do mundo inteiro” (ROBINS, 1983, p. 139).

Ainda segundo Robins (1983, p. 139), Grimm e Bopp foram “filhos do seu próprio tempo, inspirando-se ambos no historicismo e no nacionalismo característicos do movimento romântico com que conviveram e simpatizaram”. Não por acaso, Hjelmslev se aventurou na tradução de contos dinamarqueses para diversas línguas e, também, nos estudos comparatistas; esta atitude revela o quanto o autor estava envolvido no espírito e nas atividades da linguística de seu tempo.

Em 1917, Hjelmslev ingressou na Universidade de Copenhague para estudar linguística comparada que, na Dinamarca, seguiu a tradição iniciada por Rask, a quem ele tinha profunda admiração e respeito. Durante o tempo de sua graduação, o dinamarquês cumpriu rigorosamente as lições de seus professores e estudou línguas indo-europeias e ugro-fínico, mas a sua monografia de conclusão de curso, apresentada em 1921, apresentou um estudo sobre a fonética lituânia (LIMA, 2010, p. 18-19). Cumpre mencionar que o lituano, língua da família báltica, tinha a feliz vantagem de apresentar uma estrutura mais próxima a do indo-europeu e, por isso, era de interesse comum entre os linguistas da época, a exemplo do comparatista Schleicher²⁷ e do próprio Saussure.

Hjelmslev obteve o grau de mestre ao apresentar, em 1923, um estudo sobre a fonologia lituânia. De 1923 a 1924, ele morou em Praga, financiado por uma bolsa de estudo concedida pelo governo tcheco, para estudar a sintaxe do indo-europeu e do sul persiano. De 1926 a 1927, o dinamarquês esteve em Paris e estudou linguística geral e filologia eslava sob a orientação dos linguistas franceses Antoine Meillet e Joseph Vendryes (LIMA, 2010, p. 19).

Em 1928, os estudos sobre a sintaxe indo-europeia intensificaram-se e, a partir daí, Hjelmslev desenvolveu, em Paris, um trabalho sob o título de *Princípios de gramática geral*. Este foi submetido por ele a uma banca examinadora, na tentativa de obter, com isso, o título de doutor em linguística comparativa, “[...] mas, sem atender aos critérios de originalidade, o trabalho não foi aceito como tese” (LIMA, 2010, p. 19).

²⁷ Schleicher, ainda jovem, escreveu um *Manual da língua lituana* que, segundo Robins, “[...] foi a primeira descrição científica desse idioma e ainda continua sendo uma das melhores” (ROBINS, 1983, p. 144).

Em 1931, Hjelmslev, J. H. Uldall e outros linguistas fundaram o Círculo Linguístico de Copenhague com o objetivo de desenvolver um novo tipo de investigação linguística. Os primeiros trabalhos desse grupo incidiram sobre a fonologia²⁸ e, mais tarde, sobre a linguística geral.

Em razão da crescente participação de linguistas no grupo e dos inúmeros trabalhos realizados, houve a necessidade de criar o *Boletim do Circulo Linguístico de Copenhague* e, em seguida, a revista internacional de investigação estrutural, a *Acta Linguística*, a fim de que os trabalhos desenvolvidos pelos participantes do grupo fossem publicados (LIMA, 2010, p. 19-20). O impacto da *Acta* foi tão grande que ela foi definida por Mounin como “o ato de batismo oficial do estruturalismo como tendência na Europa²⁹”.

Hjelmslev e Uldall escreveram, em 1935, as ideias embrionárias que, mais tarde, dariam origem à Glossemática. Por razões desconhecidas, eles não apresentaram, no Congresso de linguística realizado em Copenhague, em 1936, a teoria que, na época, foi denominada *Synopsis of an outline of Glossematics*. Lima afirma que somente a primeira parte desse texto, de autoria de Uldall, foi publicada. A parte de Hjelmslev intitulada *Sproteori: Résumé*, composta por 187 páginas, foi preparada para ser publicada somente em 1943:

Essa parte [a de Hjelmslev] foi compreendida, preliminarmente, como uma apresentação resumida do método formal glossemático a ser reformulado e ampliado em colaboração com Uldall. Seria aparentemente a esperança de um retorno que juntaria a parte de Hjelmslev com a de Uldall numa única publicação, mas Hjelmslev se decidiu contra a ideia e publicou sozinho, em 1943, *Omkring sprogteoriens grundlaeggelse* (OSG) como introdução geral de sua teoria (LIMA, 2010, p. 20).

No primeiro capítulo dos *Prolegômenos*, Hjelmslev menciona o trabalho desenvolvido em colaboração com os linguistas do Círculo Linguístico de Copenhague, particularmente com Uldall, entre 1934 e 1939, como um preparatório para a teoria glossemática, mas, declara-se o “único responsável por esta obra” (2013[1943a], p. 5). No entanto, é preciso reconhecer que Uldall foi “[...] o parceiro que mais contribuiu para a constituição da base epistemológica, teórica e metodológica da teoria Glossemática” (LIMA, 2010, p. 17).

Por fim, Lima destaca que, depois de 1943, o trabalho de Hjelmslev foi “[...] particularmente direto para exploração do plano de conteúdo da língua” (LIMA, 2010, p. 22),

²⁸ Os estudos fonológicos do Círculo Linguístico de Copenhague desenvolveram-se de uma maneira diferente daquela apresentada pelo Círculo Linguístico de Praga, como veremos a seguir.

²⁹ Citação retirada da Introdução do livro *Os pensadores: Saussure, Jakobson, Hjelmslev, Chomsky*, datado de 1978. Não há identificação de sua autoria, mas há uma consultoria assinada por Ada Natal Rodrigues.

fato que se justifica pela seleção, dentre os quinze artigos que compõem os *Ensaio*s, de nove artigos que abordam exclusivamente o plano do conteúdo.

Conforme dito acima, o objetivo de reunir essas informações a respeito da formação e da produção de Hjelmslev era o de compreender, minimamente, o contexto no qual a teoria glossemática foi desenvolvida, refletido nos interesses científicos do dinamarquês. Vimos que o caráter extremamente formal da teoria hjelmsleviana, que desconsidera toda e qualquer referência externa em função da imanência linguística, deve-se, em parte, às influências da ciência matemática, particularmente à noção de álgebra incorporada aos fenômenos da linguagem.

Depois, vimos como a inquietude de Hjelmslev seguiu em direção aos problemas de linguística geral. Tal como os linguistas de sua época, ele enveredou pela linguística comparatista até posicionar-se a favor de uma linguística geral, preocupada em apreender o fenômeno linguístico “como um todo que se basta em si mesmo”.

Seu espírito inovador, o contato com linguistas franceses, especialmente com Meillet (ex-aluno de Saussure) e a criação do Círculo Linguístico de Copenhague são alguns dos acontecimentos que conduziram o dinamarquês a uma investigação linguística reconhecida hoje como revolucionária. Era necessário, segundo ele, um “[...] esforço por esquecer o passado e de fazer tabula rasa de tudo aquilo que nada forneceu de positivo e que pudesse ser utilizado” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 5), com exceção de Saussure. Se o genebrino é uma referência importante para Hjelmslev, resta-nos, agora, saber o que o dinamarquês conserva e/ou ressignifica das ideias saussurianas veiculadas pelo CLG. É o que faremos a seguir.

3.2 Do CLG à Glossemática: a inovação Hjelmsleviana

A relação entre a proposta teórica de Hjelmslev e as ideias saussurianas é notadamente reconhecida por diversos teóricos. Ducrot (1972, p. 31) afirma que a Glossemática é “a explicitação das intuições profundas de Saussure”. Para Arrivé (1994, p. 22), “Hjelmslev manifesta explicitamente o seu estatuto de continuador de Saussure”. Robins (1983, p. 163) entende a Glossemática como “um desenvolvimento extremado de certos princípios saussurianos”. Já Cañizal & Lopes, autores do prefácio à edição brasileira dos *Prolegômenos*,

concebem a teoria glossemática como “[...] uma reformulação coerentizadora das principais dicotomias da teoria linguística elaborada por Saussure”.

Conforme dito anteriormente, o CLG foi a única fonte de que Hjelmslev dispunha para reformular algumas das teses saussurianas, a saber, a de *língua*, de *signo* e a de *forma* e *substância*. Os Prolegômenos, publicado em 1943, foi anterior às publicações de *Les Sources manuscrites du CLG* (1957), de R. Godel, e de *Les Mots sous les mots* (1964), de Starobinski. Logo, a leitura de Hjelmslev sobre as ideias de Saussure foi feita quase que exclusivamente a partir da versão de 1916 do *Cours*.

Hjelmslev fez do CLG uma leitura original, distinta da de seus contemporâneos, primeiramente, pelo fato de o autor estar situado numa tradição linguística marcada pelo espírito independente e inovador dos linguistas dinamarqueses. Conforme destacou Hjelmslev, em sua aula inaugural ao ensejo da nomeação para a cadeira de linguística da Universidade de Copenhague, em 1937, esses linguistas possuem

[...] na base de suas qualificações pessoais, um ponto de vista independente, uma abordagem especial e por vezes métodos também especiais. Da mesma maneira, não se poderia apontar um só linguista dinamarquês que tenha aceitado cegamente uma escola estrangeira e adotado sem críticas as suas doutrinas. (HJELMSLEV, 1991[1937], p. 19).

Nesse quadro de linguistas eminentes, Hjelmslev destaca o nome de Rask que, segundo ele, foi o primeiro linguista da Dinamarca a alcançar reputação internacional, já que é considerado, ao lado de Grimm e de Bopp, um dos fundadores da linguística histórica científica. Para Hjelmslev, Rask representa bem esse espírito independente e inovador que caracteriza os teóricos dinamarqueses: primeiramente, é impossível enquadrá-lo em qualquer corrente linguística que lhe seja anterior; além disso, Rask foi capaz de criar e experimentar seus próprios métodos, tornando-se, assim, “o precursor e pioneiro, com consequências futuras praticamente incalculáveis, não apenas da pesquisa acerca das relações entre as línguas-europeias [...] mas também da teoria linguística geral” (HJELMSLEV, 1991[1937], p. 21).

Outro destaque que Hjelmslev faz a respeito da tradição linguística dinamarquesa é a relação produtiva entre filologia e linguística. Esclarece o autor que foi a partir do interesse pela história que Rask, absorvido na antiguidade perdida dos povos do norte, viu-se motivado para debruçar-se em estudos puramente linguísticos. Ele pontua, ainda, o fato de que Copenhague talvez seja o lugar que mais concentra filólogos que estudaram linguística pura.

Herdeiro de uma tradição cujo ato de inovar o campo do saber linguístico foi uma constante, Hjelmslev fez das ideias de Saussure uma leitura particular, original. Já mencionamos que a Glossemática não se configura meramente como uma tradução do pensamento saussuriano, mas, antes, como uma *inovação*. Esse é um dos aspectos da originalidade do dinamarquês.

Por outro lado, a divergência entre o tipo de leitura que Hjelmslev e Jakobson fizeram do CLG nos revela que o linguista dinamarquês absorveu do *Cours* aquilo que se mostrava como uma novidade, sobretudo em relação à concepção de escrita. Desse modo, embora ambos possam ser situados numa “herança saussuriana”, as leituras que fizeram do CLG os levaram a caminhos opostos: de um lado, o *Fonologismo* de Jakobson, do outro, o *Algebrismo* de Hjelmslev. Entendamos o porquê.

Jakobson foi um dos fundadores e participantes mais assíduos do Círculo Linguístico Praga³⁰ (doravante CLP), ao lado de Trubetzkoy e de outros praguenses, responsável por trazer valiosas contribuições para o conceito de *fonema* e, conseqüentemente, para as áreas de Fonética e Fonologia.

Movido pela necessária distinção entre som e fonema, Jakobson afirma ser a significação uma propriedade do fonema. Essa significação, segundo ele, não é qualidade do fonema em si, mas é fruto de distinções fonemáticas feitas pelos falantes no exercício da fala.

Teorizar sobre o fonema fez com que Jakobson se aproximasse da escrita e, sobre ela, tecesse algumas considerações, ainda que momentaneamente. E, nesse ponto, o autor explica o que considera um equívoco em Saussure:

Saussure tem tãda razão quando vê o fonema como um elemento puramente distintivo. Já não tem razão, porém, quando generaliza essa sua conclusão e ensina que na língua só há distinções e nunca unidades elementares positivas. Êle afirma, por exemplo, que o valor das letras é puramente negativo e diferenciador; o que há unicamente de essencial, segundo ele, é que um signo coexiste com outro; [...]
 Ê certo que a coexistência das letras, no sistema alfabético, é uma condição necessária para o valor de cada letra, mas não se trata apesar disso da condição mais relevante no caso. A letra α tem necessariamente de se diferenciar da letra β , γ etc.: mas *o fato essencial é que a letra α designa o fonema /a/ e cada letra de per si funciona como significante e o fonema correspondente como significado* (JAKOSON, 1967[1939], p.30, grifo nosso).

³⁰ O Círculo Linguístico de Praga foi criado em outubro de 1926, vinte anos após a publicação do CLG, por uma iniciativa de Vilém Mathesius, que convidou vários linguistas, a maioria de formação neogramática, para assistirem a uma palestra do linguista alemão H. Becker intitulada *O Espírito Europeu da Linguagem*.

Ou seja, Jakobson discorda de Saussure quando este atribui à letra o valor de signo³¹; para o autor, ela cumpre tão somente o papel de *significante* do fonema, seu *significado*. Nessa perspectiva, a letra assume uma *positividade* quando se relaciona com o fonema, ou seja, quando ela se desloca do sistema alfabético e passa a designar o fonema. Dito isto, questionamos: o que está por trás dessa interpretação do autor sobre a relação entre letra e fonema?

Noutro texto, Jakobson faz uma crítica ao “ponto de vista algébrico”, que defende o “afastamento maior possível entre fonema e som” e cita o nome de Hjelmslev como o “campeão dessa corrente” (JAKOBSON, 1978[1957], p. 66). Segundo ele, a tentativa de reduzir a língua a suas invariantes últimas “está votada de antemão ao fracasso”, haja vista que:

A comparação de duas sequências inglesas - /ku/ e /uk/ - não será capaz de fornecer qualquer informação sobre a identidade entre o primeiro segmento de uma das séries e o segundo segmento da outra série, se não trouxermos à colação propriedades sônicas comuns ao /k/ inicial e ao final e aos dois /u/ em ambas as posições (JAKOBSON, 1978[1957], p. 66).

Embora o ponto de vista algébrico, que tem como pressuposto a oposição entre forma e substância, entenda esta como uma *variável* em relação à forma, para Jakobson, a substância sonora não é uma “simples variável”. A fala, segundo ele, é um “fenômeno universal”, mas a grafia fonética ou fonêmica “é um código ocasional e acessório que normalmente pressupõe a habilidade dos que o usam [...] Só depois de dominar a fala é que se pode aprender a ler e escrever” (JAKOBSON, 1978[1957], p. 67). Logo, vemos em Jakobson, de um só golpe, a reiteração da concepção de representação do oral pelo escrito encontrada no CLG e baseada no argumento da anterioridade da primeira em relação à última.

Ainda segundo Jakobson (1978[1957], p. 67), “os signos gráficos que servem para interpretar os fonemas ou outras unidades linguísticas figuram em lugar dessas unidades, como se diria em lógica”. Essa figuração é problemática graças às dissemelhanças entre letras e fonemas: “as letras nunca, ou só parcialmente, reproduzem os diferentes traços distintivos em que se baseia a estruturação fonêmica”, afirma o autor.

Nesse momento, é oportuno mencionar a observação feita por Fontaine (1978) ao modo como os linguistas de Praga fizeram uso das ideias saussurianas em seus trabalhos.

³¹ Cabe mencionar, mais uma vez, a oscilação do termo *signo* no texto saussuriano, o que, de certa maneira, problematiza a crítica que Jakobson fez a Saussure.

Afirma a autora que, apesar de terem seu empreendimento teórico situado na herança de Saussure, os praguenses

“[...] menosprezaram a originalidade da reflexão saussuriana: não se dedicaram a análise desse pensamento em si mesmo, limitando-se a colher nele apenas o que lhes era necessário para refutarem [...] as posições dos neogramáticos” (FONTAINE, 1978, p.35).

Assim, segundo Fontaine, o CLG foi para os praguenses mais uma “bandeira” contra os neogramáticos, sem que houvesse por parte deles uma leitura mais atenta às novidades saussurianas. Nesse sentido, a autora conclui que, embora a crítica dos praguenses ao CLG tenha sido “bastante superficial”, “foi o pensamento de Saussure assim esquematizado que para eles desempenhou o papel de iniciação à pesquisa”. Desta forma, é correto situar seu empreendimento na herança saussuriana (FONTAINE, 1978, p. 54).

Em se tratando especificamente da herança saussuriana quanto à concepção de escrita, vimos, acima, que Jakobson se fixou na ideia de representação (Capítulo VI da Introdução do CLG), ou seja, da escrita enquanto representação da língua naturalmente falada. Chiss e Puech (1983, p. 17, grifo dos autores) constataam este fato: “C’est cette argumentation saussurienne que R. Jakobson poursuit en radicalisant tout à la fois la spécificité de la langue comme *langue des phonèmes* et la secondante représentative de l’écriture”. E se, em vários aspectos, Jakobson explicitamente se afasta dos neogramáticos, na concepção de escrita, por sua vez, o praguense é idêntico a eles.

Hjelmslev, por sua vez, conforme pontuou o próprio Jakobson, defende uma Fonologia totalmente desvinculada dos sons. Para ele, a língua é uma *forma* (Capítulo IV da Segunda Parte do CLG) e, sendo assim, a seleção da substância é sempre arbitrária, daí a possibilidade de várias substâncias manifestarem uma mesma forma. Nessa perspectiva, a letra não é o “significante do fonema”, mas figura como uma possibilidade material de manifestação das invariantes linguísticas.

Numa crítica ao CLP, Hjelmslev afirma que há um desacordo entre a fonologia de Saussure e a que foi desenvolvida em Praga, causado, sobretudo, pelo fato de que, no CLG, “o termo *langue* possui mais de um sentido” (HJELMSLEV, 1991[1948a], p. 41, grifo do autor). Segundo o dinamarquês, o que os praguenses aceitavam do *Cours*

“[...] era principalmente as partes da obra de Saussure onde a *langue* não estava identificada com a forma pura, sendo a língua concebida antes como uma forma no interior da substância, e não independente da substância (HJELMSLEV, 1991[1948a], p. 41).

Para nós, isso explica o apelo de Jakobson à presença do som ao lado do fonema. Chiss e Puech fazem um comentário semelhante ao de Hjelmslev. Para eles, o fonologismo de Jakobson é entendido “non pas comme une version théorisée de « la primauté de l'oral » mais comme l'impossibilité de penser la *spécificité* de la langue sans référence à la substance phonique [...]” (CHISS; PUECH, 1983, p. 17, grifo dos autores).

Sem nos aprofundarmos nos diferentes destinos a que levaram as leituras do CLG realizadas por Jakobson e Hjelmslev, concluímos, por ora, que essa divergência deve-se ao fato de que cada um deles se apoiou numa das duas concepções de escrita veiculadas no *Cours*: Jakobson partiu da concepção de escrita enquanto representação da língua falada; Hjelmslev, no entanto, partiu da concepção de língua enquanto *forma*, o que, conseqüentemente, o fez entender tanto a oralidade quanto à escrita como possibilidades de manifestação da língua.

Enquanto Jakobson, em sua refutação às colocações de Saussure e ao “ponto de vista algébrico” a respeito da letra, reproduz a ideia já bem aceita de uma escrita escrava da tradição oral das línguas, Hjelmslev inaugura uma forma de conceber a escrita ao libertá-la de sua condição inferior em detrimento da oralidade já que, para ele, ambas são compreendidas enquanto substâncias que manifestam a forma.

Embora, para nós, Hjelmslev tenha feito uma leitura original das teses saussurianas, é preciso ressaltar que a Glossemática difere de tais teses em alguns aspectos e por razões diversas. O próprio autor faz esse alerta ao afirmar que “[...] a teoria da glossemática não deve ser identificada com a teoria de Saussure” (HJELMSLEV, 1991[1948a], p. 42).

Isso porque, segundo Hjelmslev, era difícil saber pormenorizadamente quais eram as reais concepções que Saussure tinha em mente. Além disso, ele afirma ter elaborado sua abordagem teórica antes mesmo de tomar conhecimento da teoria saussuriana; no entanto, as leituras e releituras das conferências de Saussure confirmaram muitas de suas opiniões, complementa o linguista dinamarquês (HJELMSLEV, 1991[1948a], p. 42). Nesse sentido, o Saussure a que se refere Hjelmslev, coincide com o “Saussure texto” proposto por Trabant, já discutido neste trabalho.

Hjelmslev menciona, também, o fato de o pensamento saussuriano não ter se apresentado de forma regular, homogênea e definitiva. Segundo ele, as conferências de Saussure, realizadas em diferentes ocasiões e com certos intervalos, “são os resultados de seu empenho no sentido de conseguir um ponto de apoio no novo campo por ele *descoberto*, e não uma afirmação definitiva de suas opiniões” (1991[1948a], p. 40, grifo nosso).

Um campo que fora descoberto por Saussure, em meio ao seu pensamento inacabado e às contradições que se seguiram, abriu lacunas que foram elas próprias caminhos para reflexões acerca da linguagem; um reconhecimento importante que Hjelmslev fez questão de recordar no texto *A estratificação da linguagem*, do qual a citação abaixo foi retirada:

Não se poderia, mesmo de maneira rudimentar, compreender a linguística de hoje – nem mesmo, de modo geral, a ciência do homem de que ela faz parte sem atribuir um considerável lugar à dupla distinção entre *forma* e *substância* e entre *conteúdo* (*significado*) e *expressão* (*significante*) (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 47, grifo do autor).

Nesse mesmo texto, Hjelmslev reconhece sua atitude inovadora em relação à “descoberta” saussuriana, colhendo dela o que ele chamou de “consequências extremas”:

De nossa parte, pensamos fazer uma obra útil ao *extrair experimentalmente as consequências extremas da dupla distinção saussuriana*, pois isso permitirá à linguística evidenciar com nitidez as vantagens e as dificuldades comportadas por tal axiomática (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 48, grifo nosso).

Desse modo, insistamos, há *inovação* das ideias saussurianas por parte de Hjelmslev. As considerações que viemos pontuando no decorrer deste trabalho anterior acerca do tipo de leitura que Hjelmslev fez do CLG nos levam a afirmar que não era intenção do linguista dinamarquês a busca de um “verdadeiro” Saussure; das novidades saussurianas veiculadas no *Cours*, ele fez *uma* leitura possível, sem que esta deva ser necessariamente fiel às “reais concepções” de Saussure.

Uma vez reconhecida a leitura atípica do CLG feita por Hjelmslev, discutiremos em que medida o dinamarquês conserva e/ou ressignifica as teses saussurianas, mais especificamente as que contemplam os conceitos de *língua*, *signo*, *forma* e *substância*. Começemos pelo conceito de *língua*.

No capítulo *Signos e Figuras*, Hjelmslev define a língua/linguagem enquanto um *sistema de figuras*. Antes de prosseguirmos, cabe uma ressalva em relação aos termos *língua* e *linguagem* nos Prolegômenos. Em algumas passagens da obra, eles aparecem de maneira indistinta.

No capítulo 12, por exemplo, Hjelmslev afirma: “A *linguagem*, portanto, é tal que a partir de um número limitado de figuras, que podem sempre formar novos arranjos, pode construir um número ilimitado de signos” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 51, grifo nosso); e, adiante, no mesmo capítulo, afirma: “As *línguas* não poderiam ser descritas como simples sistemas de signos [...] conforme sua estrutura interna, elas são sobretudo algo de diferente:

sistemas de figuras que podem servir para formar signos” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 52, grifo nosso).

Assim, a característica de ser um sistema de figuras é atribuída ora à *linguagem*, ora à *língua*. O livro que utilizamos para esta pesquisa foi traduzido para o português a partir da versão em inglês *Prolegomena to a theory of language* (2003), o que nos permite supor que os termos oscilantes possam ter sido ocasionados por algum problema de tradução, uma vez que o termo *language*, no inglês, pode ser utilizado para se referir tanto à língua quanto à linguagem. Dado esse impasse terminológico, procuraremos compreender o que é o sistema de figuras em Hjelmslev sem nos atermos, por ora, à discussão sobre qual dos termos – língua ou linguagem – é o mais adequado.

Um dos princípios de análise da Glossemática é partir do *texto*³² (ou processo), enquanto aquilo que se apresenta como uma *totalidade*. A noção de *texto* em Hjelmslev tem uma acepção diferente daquela formulada na Linguística Textual no final da década de setenta; para ele, “o texto é uma cadeia e todas as partes (proposições, palavras, sílabas etc.) também são cadeias [...]” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 34).

A *análise dedutiva* de cada estágio do texto (frases, palavras, sílabas e assim por diante) conduz, por sua vez, a um número cada vez menor de grandezas. Nas palavras do autor:

Se o texto é ilimitado, isto é, se for possível acrescentar-lhe algo constantemente, como é o que acontece com uma língua viva, pode-se registrar um número ilimitado de frases, de proposições e de palavras. Cedo ou tarde, no curso da dedução, encontra-se no entanto um ponto em que o número das grandezas inventariadas é limitado, e a partir daí, em termos gerais, ele diminui (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 48).

A partir da divisão da palavra em sílabas e, em seguida, das sílabas em fonemas, por exemplo, chega-se a um número muito menor do que o das palavras numa determinada

³² Não cabe, nos limites deste trabalho, discutir pormenorizadamente a noção hjelmsleviana de *texto*. Mencionamos, no entanto, dois autores que a discutem: Badir, para quem o *texto*, em Hjelmslev, especificamente nos Prolegômenos, apresenta duas acepções: “[...] se uma dessas acepções responde a necessidades de aplicação aos estudos lingüísticos, a outra tem, verdadeiramente, um destino epistemológico” (BADIR, 2005, p. 2). Essa ambiguidade, segundo ele, se configura como um “desespero” hjelmsleviano; é, pois, “[...] um inevitável compromisso entre a ambição de uma total coerência teórica e a preocupação de adequação aos fatos ordinariamente restabelecidos pelos estudos lingüísticos” (Ibid., p. 5). Costa, em sua dissertação de mestrado intitulada *O fazer texto: reflexões sobre o conceito de texto a partir de Hjelmslev e da Aquisição de Linguagem*, buscou, a partir de sua experiência com textos enigmáticos produzidos por seus alunos de EJA e da noção hjelmsleviana de *texto*, “[...] não respostas, mas reflexões que possam problematizar e iluminar o que constitui texto a partir do lugar onde, em geral, ele é colocado como sendo manifestação de aprendizagem: a produção escrita de alunos” (COSTA, 2010, p. 8).

língua. Hjelmslev menciona a importância da “invenção³³” da escrita para a teoria da linguagem, tendo em vista que, nessa atividade, datada dos tempos pré-históricos, a ideia de “[...] fazer uma análise que conduza às grandezas de extensão mínima e em menos número possível” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 48) já tinha sido praticada.

Vemos aqui, de início, que o autor não atribui à escrita meramente o papel de representar sons, como fez Saussure ao definir o sistema de escrita fonético. O destaque para a escrita está no fato de ela propiciar, desde a pré-história, uma *análise* da linguagem em unidades mínimas, princípio bastante explorado por Hjelmslev e determinante para o conceito de sistema de figuras.

Hjelmslev destaca o fato de a análise em grandezas mínimas conduzir a um número cada vez mais limitado de elementos a partir do número ilimitado de signos. E é a partir daí que a distinção entre signos e não-signos torna-se mais clara.

Segundo a concepção tradicional do signo (que detalharemos na próxima seção), este é, “de início e acima de tudo, signo *de* alguma outra coisa [...]” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 49, grifo do autor). Logo, o ‘signo’ designa, significa. Opondo-se a um não-signo, ele é sempre portador de uma significação. Ou seja, a diferença fundamental entre o signo e o não-signo é a *significação*, ausente neste e presente naquele. Ao delimitar os signos em função de sua *significação*, a extensão é, para Hjelmslev, irrelevante. Dito de outra maneira, o signo, para o linguista dinamarquês, independe de sua extensão; frases, proposições (e não só as palavras) são signos, já que veiculam significação.

A significação, responsável por definir os signos, *é sempre contextual*: “toda grandeza, e por conseguinte todo signo, se define de modo relativo e não absoluto, isto é, unicamente pelo lugar que ocupa no contexto” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 50), afirma o autor. É o caso, por exemplo, do signo *a* que, em português, pode se apresentar como marca de feminino, se contrair função com um radical nominal, ou como marca de 1ª pessoa verbal, se contrair função com um radical verbal, como explica Fiorin (2003, p. 33).

Em decorrência da análise em grandezas mínimas, as palavras não são os últimos signos, tendo em vista que elas podem ser decompostas em unidades menores de significação, tais como os radicais, os sufixos de derivação e as desinências flexionais, ou seja, em morfemas. Para exemplificar a decomposição da palavra em unidades menores de significação no português, Fiorin utiliza a palavra *amássemos*, que pode ser dividida em quatro partes: “[...] *am* (idéia de amar), *a* (indicador da 1ª conjugação), *sse* (indicador do

³³ O termo *invenção* será problematizado na próxima seção.

pretérito imperfeito do subjuntivo), *mos* (indicador de 1ª pessoa do plural)” (FIORIN, 2003, p. 33).

Com base nas considerações feitas acima, Hjelmslev mostra que a análise, tal como é prevista na teoria glossemática, ultrapassa o limite dos signos mínimos. Segundo o autor, em todas as línguas conhecidas, chega-se a um estágio na análise em que as grandezas que surgem não são mais portadoras de significação e, por isso, não podem ser consideradas como signos. É o caso das sílabas e dos fonemas (no domínio da *expressão*) que não são signos, mas partes de signos.

Em relação à atuação das sílabas e dos fonemas, Hjelmslev esclarece: o fato de uma única sílaba ou de um único fonema, dadas as *condições contextuais*, se apresentarem enquanto signos não quer dizer que a sílaba e o fonema sejam signos. Por exemplo, o *s* de *in-act-iv-ate-s*, do inglês, pode ser, dependendo do ponto de vista, um signo ou um fonema, ou seja, dois objetos diferentes. E complementa:

Pode-se muito bem conservar a formulação segundo a qual a expressão de signo *s* compreende apenas um único fonema, mas isso seria coisa bem diferente do que o ato de identificar a expressão de signo com o fonema; com efeito, o fonema entra em outras combinações onde não aparece como expressão de signo (por exemplo, na palavra *sell*) (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 51).

Isso quer dizer que o fato de um fonema, como o *s*, no exemplo do inglês, poder atuar como signo (ou expressões de signo) em determinados contextos não é o suficiente para atribuímos essa característica a todos os fonemas e as sílabas. Os em *sell*, por exemplo, não é signo, mas parte do signo, ou, na terminologia proposta por Hjelmslev, *figura*. De novo, as relações contextuais são as que determinam o objeto, quer seja um signo ou uma figura. É a possibilidade de uma grandeza apresentar-se de maneira totalmente desprovida de significação que a caracteriza como uma *figura*. Essas considerações levaram o dinamarquês a abandonar a tentativa de uma análise em termos de “signos”; para ele, a análise deve tomar o *conteúdo* e a *expressão* separadamente, isolando um número limitado de *figuras* em cada uma delas.

Antes de prosseguirmos, cabe uma rápida observação acerca do termo *figura*. Nos Prolegômenos, Hjelmslev emprega o termo *figura*. Mas no livro *Sproget* (A linguagem), publicado em 1963, o autor utiliza o termo *elemento* no lugar de *figura*. Um fato interessante é que, segundo Greimas (1966, p. 10), no prefácio à versão francesa de *Sproget*, os dois textos são contemporâneos: “C'est pendant les années de guerre et d'occupation que furent rédigées en danois, presqu'en même temps, les deux dernières oeuvres de Hjelmslev: les Prolégomènes

à une théorie du langage (1943) et *Le Langage* (publié seulement en 1963)”. Para um autor que prezava pelo rigor terminológico, o fato é, no mínimo, curioso. Reconhecida a oscilação terminológica, optaremos pelo termo *figura* daqui por diante, exceto nos casos em que o termo *elemento* esteja presente em algumas citações retiradas de *Le Langage*.

O dinamarquês chega, então, à seguinte conclusão: a finalidade da linguagem é, antes de tudo, ser um sistema de signos; mas, para que ela possa cumpri-la, deve ser capaz de produzir novos signos de uma maneira ilimitada e, ao mesmo tempo, prática, fácil de ser aprendida e utilizada (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 51). Para ele, numa análise mais profunda, como a que se propõe a Glossemática, a definição de linguagem como sistema de signos não se sustenta, ou, podemos dizer, não esgota aquilo que há de *essencial*, e só dá conta “[...] das funções externas da linguagem, das relações da língua com seus fatores extralinguísticos, e não de suas funções internas” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 52).

Logo, a concepção de língua/linguagem enquanto um sistema de figuras/elementos é distinta da de sistema de signos em Saussure. É aqui que podemos constatar que Hjelmslev, guiado pela descrição daquilo que seja o *essencial* da língua, a saber, daquilo que permite a formação de signos, explora, de maneira mais complexa, a análise da estrutura linguística.

Harris (2003), apoiado em autores como Fischer-Jørgensen e Siertsema, faz uma crítica à interpretação hjelmsleviana e declara que Hjelmslev negligencia o aspecto social presente na definição saussuriana de língua; segundo ele, o linguista dinamarquês fez uma leitura do CLG que excede as ideias do mestre genebrino:

To what extent Hjelmslev thought he was merely making explicit and rigorous ideas that were implicit, or at least latent, in the *CLG* is a delicate question. From one reliable witness who knew Hjelmslev well, we can infer that he was sometimes inclined to ‘read too much of his own ideas into Saussure’ [...] There seems to be general agreement that Hjelmslev’s interpretation of Saussure’s *langue* was ‘one-sided’ and neglected entirely its social aspects [...] (HARRIS, 2003, p. 93, grifos do autor).

No entanto, se considerarmos a autenticidade da leitura do CLG feita por Hjelmslev, como viemos pontuando no decorrer do trabalho, não há negligência por parte do autor, há, apenas, uma leitura possível. Assim, o fato de seu conceito de língua divergir do de Saussure não é um erro, porque, como já dissemos, não era intenção do linguista dinamarquês traduzir o “verdadeiro” pensamento saussuriano; o destino das ideias do genebrino no projeto hjelmsleviano é de inteira responsabilidade de Hjelmslev, bem como as “consequências extremas” delas retiradas.

Porém, se há divergência entre os conceitos de língua de Saussure e de Hjelmslev, cumpre pontuar as diferenças a fim de entendê-las. Segundo Harris, o dinamarquês “negligenciou” os aspectos sociais da noção saussuriana de língua. O que nos parece – e esse ponto é, também, levantado por Harris – é que a distinção entre os dois autores quanto à definição de língua é que, no primeiro, a presença do *sujeito falante* é fundamental, enquanto que, no segundo, é, aparentemente, dispensada.

Já discutimos, na Seção 2 deste trabalho, que, para Saussure, a sincronia está associada ao ponto de vista do sujeito falante: a sincronia “[...] conhece somente uma perspectiva, *a das pessoas que falam*” (CLG, p. 106, grifo nosso). Em nenhum momento, a língua “[...] existe fora do fato social, visto ser um fenômeno semiológico” (CLG, p. 92), defende Saussure. Ela é um sistema de signos, cujas “[...] partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica” (CLG, p. 102).

Na solidariedade sincrônica, os signos definem-se mutuamente. É justamente a partir desse estado sincrônico, provisoriamente equilibrado (pois a língua está predisposta à mudança, na medida em que se constitui, na visão de Saussure, como um fato social), que o sujeito reconhece signos, ou seja, unidades portadoras de significação. Por isso Saussure insiste na afirmativa de que o sujeito falante é o “verdadeiro nicho” da língua/linguagem (ELG, p. 115-116).

Ora, as figuras são desprovidas de significação e, por isso, não são reconhecidas pelo sujeito. Ele não reconhece, por exemplo, *a* enquanto *figura*, mas, no exercício da língua, quer seja em sua manifestação oral ou escrita, sobressai-se a interpretação de *a* enquanto um *signo* que, em diferentes posições na cadeia, pode exprimir diferentes significações. O reconhecimento de *a* enquanto figura cabe não ao falante, mas ao *linguista*, o que não significa dizer que este não deva se interessar pela descrição dos signos de uma língua. A questão central para Hjelmslev é a de esgotar a análise do sistema de signos, retirar dele aquilo que há de essencial, sua *estrutura*.

Parece, pois, que a divergência entre as concepções de língua enquanto sistema de signos, para Saussure, e de figuras, para Hjelmslev, incide no apagamento do ponto de vista do sujeito falante nesta última. Ao reformular o conceito de língua, sob a pena de “exceder” as ideias do mestre genebrino, Hjelmslev eleva a análise a um nível de abstração acessível apenas do ‘ponto de vista do linguista’.

Para Saussure, a abstração a que chega o linguista deve ser guiada pelo “sentimento da língua”, ou seja, pelo sujeito falante: “*o que é real, é aquilo de que os sujeitos falantes têm consciência* em um grau qualquer; tudo aquilo de que eles têm consciência e apenas aquilo de

que eles podem ter consciência” (ELG, p. 158, grifo nosso). Para ele, “[...] *raiz, tema, sufixo*, etc., são puras abstrações, que não se deve imaginar que essas criações do nosso espírito tenham uma existência real” (ELG, p. 158, grifo do autor).

E o que é que faz parte da consciência do sujeito falante? Saussure explica: “[...] em todo estado de língua, *os sujeitos falantes têm consciência de unidades morfológicas* – ou seja, de *unidades significativas* – inferiores à palavra” (ELG, p. 159, grifo nosso). Ou seja, o limite do grau de abstração do linguista, para Saussure, é baseado no reconhecimento de unidades morfológicas (significativas) pelo falante. Nesse sentido, lança um alerta ao linguista quanto ao seu trabalho diário: “Não atribua aos períodos antigos da língua nenhum procedimento ou fenômeno além dos que são contestáveis na linguagem viva” (ELG, p. 158).

Ora, qual é o grau de abstração a que chega Hjelmslev ao propor o sistema de figuras? Onde se situa o humano nesse algebrismo hjelmsleviano? De fato, as *figuras* (fonemas e sílabas desprovidas de significação) não são reconhecidas pelo sujeito falante. Embora a língua em uso pressuponha, de imediato, a existência de um sistema de signos, reconhecidos pelos falantes, a análise da *estrutura* linguística feita pelo linguista revela, por sua vez, o sistema de figuras, cujas unidades são de natureza algébrica, caracterizadas pela ausência de qualquer referência externa. O esvaziamento da língua quanto à significação (e, com ela, o *sujeito falante*) parece ser, então, um desdobramento lógico do compromisso de Hjelmslev com a *estrutura*. Até que ponto esse esvaziamento se sustenta em Hjelmslev? Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Agora, a fim de compreendermos a noção de *estrutura*, tal como foi concebida por Hjelmslev, é pertinente nos reportarmos a um texto de Benveniste (1962), no qual o autor discute o referido termo e suas designações (estrutural, estruturalismo, estruturalista) na linguística do século XX.

Inicialmente, o autor faz um esclarecimento: embora Saussure seja amplamente reconhecido como o percussor do estruturalismo, graças aos impactos da recepção do CLG pelos linguistas da época, ele “jamais empregou, em qualquer sentido, a palavra *estrutura*. Aos seus olhos a noção essencial é a de *sistema*” (BENVENISTE, 1962, p. 98, grifo do autor). A ideia de *sistema*, em Saussure, prevê que “as unidades da língua não podem definir-se a não ser pelas suas relações [...]” (BENVENISTE, 1962, p. 100). Essa concepção, aliada à distinção *forma x substância*, são, segundo Benveniste, “os fundamentos da doutrina que iria, alguns anos mais tarde, pôr em evidência a *estrutura* dos sistemas linguísticos” (BENVENISTE, 1962, p. 100, grifo do autor).

O termo *estrutura*, segundo Benveniste, surgiu pela primeira vez nos estudos fonológicos do Círculo Linguístico de Praga com o sentido de “relação” no interior do sistema, como ilustra o trecho a seguir: “O conteúdo sensorial desses elementos fonológicos é menos essencial que as suas relações recíprocas no seio do sistema (*princípio estrutural do sistema fonológico*)³⁴” (BENVENISTE, 1962, p. 100-101). Após citar vários trechos de textos dos praguenses, o autor resume aquilo que se configurou como a postura estruturalista na época:

Trata-se, pois, propondo-se a língua como um sistema, de analisar-lhe a *estrutura*. Cada sistema, sendo formado de unidades que se condicionam mutuamente, distingue-se dos outros sistemas pela organização interna dessas unidades, organização que lhe constitui a estrutura [...] Encarar a língua (ou cada parte de uma língua – fonética, morfologia, etc.) como um sistema organizado por uma estrutura que é preciso desvendar e descrever é adotar o ângulo ‘estruturalista’ (BENVENISTE, 1962, p. 102, grifo do autor).

Logo, todo *sistema* pressupõe uma *estrutura*. O sistema prevê que as unidades são definidas mutuamente; a estrutura é justamente a relação entre elas. Cada língua possui, assim, um sistema cuja estrutura particular cabe ao linguista descrever.

A “onda” estruturalista, iniciada pelo Círculo Linguístico de Praga, ganhou força e invadiu a cidade de Copenhague com a criação, em 1939, da revista *Acta linguística*, já mencionada mais acima. O nome de Hjelmslev é mencionado por Benveniste como o continuador da revista dinamarquesa, nos moldes da linguística estrutural. Isso diz muito sobre o compromisso do dinamarquês com a *estrutura*.

No texto *Linguística Estrutural*, datado de 1948b, Hjelmslev discute a hipótese estruturalista que guia a Glossemática. Nela, a linguagem é uma “*entidade autônoma de dependências internas* ou, numa palavra, uma *estrutura*” (HJELMSLEV, 1991[1948b], p. 29, grifo do autor). O autor explica cada termo que compõe essa hipótese inicial (*entidade; autônoma; dependências internas*), bem como as consequências teórico-metodológicas que cada um pressupõe.

Segundo o linguista dinamarquês, na hipótese estruturalista, a linguagem é concebida essencialmente como uma *entidade* porque é constituída por certos princípios inerentes ou leis sincrônicas de natureza geral. Essa ideia opõe-se à prática que dominou a linguística do século XIX: a de considerar um estado de língua enquanto o resultado de forças cegas ou leis diacrônicas de natureza singular. Para ele, a linguística estrutural:

³⁴ Trecho de *Travaux du Cercle linguistique de Prague*, I, Praga, (1929, p. 10) citado por Benveniste (1962).

[...] não parte de grandezas fortuitamente encontradas e arbitrariamente isoladas que depois se adicionassem para obter o objeto integral que nada mais seria do que a soma de suas partes. *Toma por base, pelo contrário, o conjunto cujas partes estuda, levando sempre em conta a entidade de que emanam*” (HJELMSLEV, 1991[1948b], p. 32, grifo nosso).

Entender a linguagem como *essencialmente* uma *entidade* é, portanto, opor-se a qualquer concepção de que ela é um conglomerado de elementos isolados e heterogêneos. Segundo o autor, a hipótese estrutural não ignora as contingências e a variação, características das análises comparatistas; nega tão somente que elas “[...] constituam a essência de seu objeto” (HJELMSLEV, 1991[1948b], p. 31). A essência é, por sua vez, a *estrutura*, disponível apenas a partir do *texto* (totalidade absoluta). É por isso que, para Hjelmslev, as relações (leia-se *funções*) constituem o objeto da ciência linguística.

Já o caráter *autônomo* da linguagem, segundo o dinamarquês, opõe-se a qualquer hipótese que a concebe como sendo uma função meramente biológica, psicológica, fisiológica ou sociológica. É inegável, segundo ele, o fato de que a linguagem desempenha tais papéis, mas eles não esgotam a essência da linguagem e, por isso, “a linguística estrutural não aborda a linguagem de fora, mas de dentro” (HJELMSLEV, 1991[1948b], p. 32). Sendo assim, o objetivo dela é acrescentar às linguísticas exteriores uma *linguística imanente*, que estuda a linguagem nela e por ela mesma.

Entender a linguagem como uma entidade autônoma e buscar nela uma *constância*, ou seja, uma estrutura específica que “se basta em si mesmo”, é opor-se, ainda, ao que Hjelmslev chamou de *tradição humanista* na linguística. Segundo o autor, essa tradição

[...] quer que os fenômenos humanos, contrariamente aos fenômenos da natureza, sejam singulares, individuais, não podendo ser submetidos, como os da natureza, a métodos exatos nem generalizados” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 8).

Ele rebate essa tradição afirmando ser possível, através da análise do *texto*, estabelecer um *cálculo geral* exaustivo capaz de prever todas as combinações possíveis entre os elementos (figuras?), bem como as condições de realização dessas combinações.

Por fim, a linguagem é constituída essencialmente de *dependências internas*, segundo Hjelmslev, por apresentar partes que se condicionam reciprocamente, onde cada uma depende das outras, não sendo concebíveis separadamente. Em razão disso, a linguística estrutural “[...] nega a existência científica de uma *substância absoluta*, ou de uma realidade independente das relações” (HJELMSLEV, 1991[1948b], p. 32, grifo nosso). Aqui, a teoria se

opõe a toda hipótese que defenda a existência de fatos linguísticos que precedam as relações que os unem.

O trecho citado por Hjelmslev em *Por uma semântica estrutural*, texto datado de 1957, retirado do *Voculaire technique et critique de la philosophie* de A. Lalande, acerca da *teoria da forma* ou das *formas*, é elucidativo quanto aos termos contemplados na hipótese estruturalista (entidade, autonomia e dependências internas). Essa teoria

[...] consiste em considerar os fenômenos não mais como uma soma de elementos que é preciso antes de tudo isolar, analisar, dissecar, mas como conjuntos (*Zusammenhänge*) que constituem unidades autônomas que manifestam uma solidariedade interna e têm leis próprias. Segue-se que *a maneira de ser de cada elemento depende da estrutura do conjunto e das leis que o regem. Nem psicologicamente nem fisiologicamente o elemento preexiste ao conjunto: não é ele nem imediato nem mais antigo*; o conhecimento do todo e de suas leis não poderia ser deduzido do conhecimento separado das partes que o compõem (LALANDE apud HJELMSLEV, 1991[1957], p. 116, grifo nosso).

Feitas as considerações que dizem respeito à hipótese estrutural adotada pela Glossemática, podemos, agora, recuperar o conceito de língua/linguagem enquanto um sistema de figuras e entendê-lo como efeito da postura estruturalista de Hjelmslev.

Antes disso, vale a pena sublinhar que a postura *estruturalista* de Hjelmslev não é propriamente saussuriana. Conforme vimos, o termo *estrutura* para os estruturalistas assumiu uma acepção diferente da de *sistema* em Saussure. Na verdade, Hjelmslev, fortemente relacionado com o movimento estruturalista, sobretudo na França, tem seu nome associado ao de Saussure de forma enviesada. Isto é, a relação do movimento estruturalista francês com o genebrino, como assinala Puech (2004), foi mediada pelas reinterpretações de Jakobson e Hjelmslev. Nas palavras do autor:

What is undoubtedly not sufficiently underlined about this third phase, given the prestige of ‘French structuralism’ of the 1960s/1970s outside France, is the extent to which this return to Saussure was both belated and indirect, in that it was mediated by the reinterpretations of Jakobson and Hjelmslev. When one realises that the affiliation of structuralist linguists to Saussurean ideas dates back to 1929, and that the first general usage of the term ‘structuralism’ was in a 1945 article by Cassirer in the journal *Word*, one can gauge the degree of inertia on the French scene. It also becomes possible to appreciate why so many misunderstandings surrounded the ‘rediscovery’ of the Cours (PUECH, 2004, p.127).

Ou seja, embora o *Estruturalismo* tenha se configurado a partir de Saussure, suas ideias estão circunscritas nas formulações que Jakobson e Hjelmslev fizeram a partir de suas leituras particulares do CLG.

Vimos, anteriormente, que Hjelmslev não nega a existência do sistema de signos, mas que, mobilizado por sua hipótese estruturalista, ele chega aos elementos mínimos e finitos, as *figuras*, bem como à possibilidade de descrever o cálculo geral que rege as relações entre elas. A descrição desse cálculo revela que esses elementos internos são totalmente *arbitrários*, desprovidos de qualquer designação social e/ou substancial. Somente da perspectiva de uma língua/linguagem enquanto uma “entidade autônoma de dependências internas” é que é teoricamente possível prever essa álgebra da língua.

O esvaziamento substancial da língua em função de uma análise estrutural nos termos de Hjelmslev não se dá sem consequências. A primeira delas, como já apontamos, é o descarte do lugar teórico do sujeito falante, essencial na noção de língua saussuriana, haja vista que, para o linguista dinamarquês, não se trata apenas do reconhecimento do signo e de suas relações, mas principalmente da estrutura (cálculo) que permite a formação de signos e que prevê todas as combinações possíveis entre as figuras, tanto as já realizadas (por sujeitos), quanto as que ainda não o foram.

A segunda diz respeito ao modo como Hjelmslev concebe a mudança linguística. Na obra *Le Langage*, já mencionada anteriormente, o linguista dinamarquês propõe, segundo Greimas (1966[1963], p. 10), “une interprétation de la grammaire historique et l’intègre dans la problématique d’une typologie linguistique générale telle qu’elle apparaît à la lumière de la conception structurale du langage”. Ou seja, ele aplica ao estudo histórico das línguas sua concepção estrutural.

Nela, Hjelmslev faz menção ao *Memórie* de Saussure, destacando aquilo que nele havia de extraordinário. Nessa direção, ele afirma:

Justement parce que Saussure considere les formules communes comme un système et, en plus, comme un système libéré de déterminations phonétiques concrètes, bref comme une purê structure, il est amené dans cette oeuvre à appliquer à la langue originelle indo-européenne ele-même, citadelle pourtant des théories sur la transformation du langage, les méthodes qui seront exemplaires pour l’analyse de tout état linguistique, et qui peuvent servir de modele à qui veut analyser une structure linguistique (HJELMSLEV, 1966[1963], p. 163).

E, mais adiante, ao defender a independência da estrutura linguística face aos elementos externos, ele assume: “Nous supposons que la structure suit ses propres lois et qu’une transformation structurelle n’est pas due à des tendances propres à la communauté linguistique, mais à des dispositions du système en voie de transformation [...]” (HJELMSLEV, 1966[1963], p. 171-172). Desse modo, para Hjelmslev, a mudança linguística

é condicionada por um mecanismo interno da própria língua, sem que, para explicá-la, haja a necessidade de convocar a fala e, conseqüentemente, o sujeito falante.

Uma questão muito particular da teorização saussuriana foi justamente dar conta da mudança e da estabilidade da língua, ou seja, do fato de a língua ser, ao mesmo tempo, um produto do passado e do presente, uma história e um estado. Tal dualidade foi expressa por Saussure a partir da discussão sobre a relação entre sincronia e diacronia.

A presença do sujeito é, nessa perspectiva, fundamental, porque, segundo o genebrino, “é na fala que se acha o germe de todas as modificações [...]” (CLG, p. 115). Se tais modificações terão ou não “consequências sincrônicas”, não há como prever. Ademais, ainda que o sujeito (e, com ele, a fala) seja convocado para justificar a mudança e, ao mesmo tempo, a estabilidade da língua, Saussure esclarece: “[...] os indivíduos em larga medida, não tem consciência das leis da língua; e se não as percebem, como poderiam modificá-las?” (CLG, p. 87).

Não há espaço, neste trabalho, para aprofundarmos a interpretação estrutural da mudança linguística proposta por Hjelmslev e seus desdobramentos. Mas não poderíamos deixar de mencioná-la, ainda que brevemente, sobretudo porque o algebrismo hjelmsleviano parece encontrar suas raízes, também, nessa interpretação. Dito de outra maneira, parece-nos que Hjelmslev trouxe a análise feita por Saussure do sistema de vogais do indo-europeu (lidando apenas com formas puras desprovidas de sons) para a sincronia, a partir da definição de língua/linguagem enquanto um sistema de figuras.

Ademais, o esvaziamento substancial da língua, que se apresenta de uma maneira mais profunda em Hjelmslev, faz com que a questão da relação entre oralidade e escrita seja pensada de outro lugar que não o da representação. Partindo-se do pressuposto de que são as funções internas que definem a estrutura, é correto afirmar que nem psicologicamente (conteúdo), nem fisiologicamente (expressão) as unidades preexistem à língua.

Se uma língua manifesta-se por uma substância sonora, isso nos diz apenas que, dentre as substâncias possíveis, a língua manifestou-se pelo som, o que não impede que essa manifestação possa dar-se por uma substância gráfica ou por outra qualquer. A estrutura não comporta uma *substância absoluta*; a seleção da substância pela língua é, nessa perspectiva, arbitrária.

Por exemplo: no plano da expressão, o fonema /p/, que, na Glossemática, é definido unicamente a partir das relações internas, pode manifestar-se arbitrariamente por um som [p] ou pela letra *p*, ou, ainda, por um gesto, como no alfabeto em Libras. Nesse sentido, a oralidade não é a substância absoluta da língua. Esse esvaziamento substancial é tão forte na

Glossemática que, segundo Martinet³⁵, Hjelmslev utilizou os termos “cenema” e “cenemática” no lugar de “fonema” e “fonologia” a fim de “[...] eliminar toda referência à substância fônica”³⁶.

Portanto, se, de um lado, a noção de sistema de figuras enfraquece o lugar teórico do sujeito na definição de língua, por outro, o esvaziamento substancial nela contemplado – o algebrismo hjelmsleviano – dá abertura para que as substâncias, seja ela sonora, gráfica, gestual, etc., sejam entendidas igualmente enquanto possibilidades de manifestação da língua. A noção de língua, em Hjelmslev, é, de fato, distinta da de Saussure e, nesse sentido, podemos confirmar que se trata de uma das inovações hjelmslevianas, efeito da leitura particular que o autor fez do CLG.

Na próxima seção, aprofundaremos os conceitos de *forma*, *substância*, *expressão* e *conteúdo*, reunidos na reformulação do conceito saussuriano de *signo* proposta por Hjelmslev.

3.3 As Noções Hjelmslevianas de *Forma*, *Substância*, *Expressão* e *Conteúdo*: alguns desdobramentos

Ducrot (1972) afirma que, de Saussure, Hjelmslev conservou duas afirmações: 1) a de que a língua é uma forma e não uma substância (guardadas as devidas diferenças); e 2) a de que toda língua é, ao mesmo tempo, expressão e conteúdo. As duas afirmações, segundo ele, estão reunidas na concepção saussuriana do *signo*, afetada pela teoria do *valor*. No entanto, tais ideias do CLG, conservadas por Hjelmslev, são reformuladas pelo autor, de modo que “se Hjelmslev aprova a intenção que guia a oposição saussuriana entre forma e substância, ele quer ir, nessa distinção, mais longe do que Saussure” (DUCROT, 1972, p. 32).

As noções saussurianas de *forma* e *substância* foram apresentadas sistematicamente no capítulo sobre o *valor linguístico*. Segundo Saussure, diante das massas amorfas do pensamento e do som, que são, em si, meras substâncias, a língua seria o “intermediário”; o papel da Linguística é, pois, trabalhar “[...] no terreno limítrofe onde os elementos das duas

³⁵ (MARTINET apud DERRIDA, 1973, p. 68).

³⁶ Em seguida, Martinet menciona a recusa desse tipo de mudança terminológica, proposta por Hjelmslev, pela maior parte dos linguistas: “Todavia, compreender-se-á que a maior parte dos linguistas hesitem em modificar inteiramente o edifício terminológico tradicional pela única vantagem teórica de poder incluir no domínio de sua ciência os sistemas puramente hipotéticos. Para que consintam considerar uma tal revolução, seria necessário convencê-los que, nos sistemas linguísticos confirmados, não há nenhum interesse para eles em considerar a substância fônica das unidades de expressão como lhes interessando diretamente” (MARTINET apud DERRIDA, 1973, p. 68).

ordens se combinam; *esta combinação produz uma forma, não uma substância*” (CLG, p. 131, grifos do autor). No final desse mesmo capítulo, a *forma* é definida como o princípio que rege a relação entre o significante e o significado:

Mas sendo a língua o que é, de qualquer lado que a abordemos, não lhe encontraremos nada de simples; em toda parte e sempre, esse mesmo equilíbrio de termos complexos que se condicionam reciprocamente. Dito de outro modo, *a língua é uma forma e não uma substância* (CLG, p. 141, grifos do autor).

No capítulo *Expressão e Conteúdo* dos Prolegômenos, Hjelmslev retoma a distinção saussuriana entre forma e substância e aponta nela um equívoco: afirma que Saussure, de uma maneira bem didática, “[...] aventurou-se a considerar a expressão e o conteúdo, tomados separadamente, sem se ocupar com a função semiótica³⁷” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 55). O problema dessa formulação, segundo o autor, é que, a partir dela, “[...] nada autoriza que se faça preceder a língua pela ‘substância do conteúdo’ (pensamento) ou pela ‘substância da expressão’ (cadeia fônica) ou o contrário”, afirma Hjelmslev (2013[1943a], p. 55).

Ou seja, para o autor, o modo como Saussure distinguiu *forma* e *substância* dá margem para a ideia de que a substância da expressão e a do conteúdo existem independentemente da forma linguística, são anteriores a ela. Por isso, ainda que conserve a terminologia saussuriana, Hjelmslev distingue-se do genebrino ao defender que “[...] a substância depende exclusivamente da forma e que não se pode, em sentido algum, atribuir-lhe uma existência independente” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 55).

Se, para Hjelmslev, a substância só existe em função da forma, sobre o que esta opera para que aquela possa existir? Sobre o *sentido*, que é o *fator comum* de todas as línguas. Ele é, segundo o autor, “[...] ordenado, formado de modo diferente segundo as diferentes línguas” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 56). A esse respeito, Fiorin (2003, p. 35) afirma: “todos os homens são atingidos pelas mesmas sensações, pelas mesmas percepções e pelas mesmas impressões, que constituem uma massa amorfa”. Essa massa amorfa é o próprio *sentido*³⁸ sem a intervenção da forma.

Todos os homens percebem o mesmo espectro de cores (*sentido*), mas cada língua irá estabelecer, a partir da forma, suas fronteiras. O latim, por exemplo, nos diversos matizes de branco ou de preto, distingue as cores brilhantes das foscas: *ater* (preto fosco) vs *albus*

³⁷ A função semiótica, para Hjelmslev (2013[1943], p. 54), é a relação de interdependência entre os dois fúntivos: expressão e conteúdo; eles “[...] são solidários e um pressupõe necessariamente o outro”.

³⁸ *Sentido*, aqui, se distingue de *pensamento*. Como veremos adiante, esse termo, em Hjelmslev, possui uma acepção sensorial.

(branco fosco) e *niger* (preto brilhante) vs *candidus* (branco brilhante), enquanto as línguas românicas não fazem essa distinção.

Outra diferença diz respeito à zona temporal nas diversas línguas. Hjelmslev explica que, no dinamarquês, tem-se apenas um pretérito e um presente e que este compreende o domínio daquilo que seria o futuro em outras línguas; por outro lado, outras línguas estabelecem fronteira entre o presente e o futuro, e há ainda aquelas que distinguem várias formas de pretérito, como é o caso do latim, do grego antigo e do português. Essas diferentes fronteiras compõem paradigmas nas línguas, cujos termos se diferenciam por valores diferentes. Essas diferenças nos paradigmas das diversas línguas seriam a *forma do conteúdo* no domínio do sistema.

A *forma do conteúdo* no domínio do texto (cadeias) também acontece de maneira semelhante. Vê-se, por exemplo, que a frase negativa “eu não sei” é expressa de diferentes maneiras no dinamarquês (*jeg véd det ikke*), no inglês (*I do not know*), no francês (*je ne sais pas*), no finlandês (*em tiedä*) e no esquimó (*naluvara*), por exemplo. Hjelmslev recorre à seguinte metáfora para explicar esse fenômeno:

Assim como os mesmos grãos de areia podem formar desenhos dessemelhantes e a mesma nuvem pode assumir constantemente formas novas, do mesmo modo é o mesmo sentido que se forma ou se estrutura diferentemente em diferentes línguas (HJELMSLEV, 2013[1943a], 57, grifo nosso).

Embora o plano do conteúdo, composto pela *forma* e pela *substância do conteúdo*, não seja o foco desta pesquisa, cabe aqui o reconhecimento de que Hjelmslev deu a ele uma dimensão formal até então ausente na Linguística. Ele mostrou que, tal como a expressão (significante), o conteúdo (significado) é, também, estruturado diferentemente nas diversas línguas e, por essa razão, pode ser cientificamente descrito.

Sabe-se que tanto os estudos diacrônicos do século XIX quanto os estudos sincrônicos do século XX, já influenciados pela concepção saussuriana de língua, foram predominantemente voltados para o plano da expressão; a proposta teórico-metodológica de Hjelmslev, por sua vez, atende – satisfatoriamente ou não – aos dois planos, ressaltando não só a relação indissociável entre expressão e conteúdo, mas, também, o fato de o conteúdo ser regrado, ou seja, o de ser linguisticamente estruturado.

Segundo Hjelmslev, a *expressão* se comporta de maneira semelhante ao *conteúdo*. É possível falar de um *sentido da expressão*, “[...] e nada impede de fazê-lo, embora isso seja contrário ao habitual” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 60), afirma o autor. Mas o que é o sentido da expressão? É a massa amorfa dos sons, ou seja, o domínio fonético-fisiológico, no

qual “[...] encaixam-se arbitrariamente figuras (fonemas) em número variável segundo as línguas” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 59). O número de vogais, por exemplo, varia de uma língua para outra, bem como a fronteira entre elas:

[...] o esquimó distingue apenas uma região *i*, uma região *u* e uma região *a*; na maioria das línguas, a primeira se decompõe em uma região *i* mais estreita e uma região *e*; a segunda em uma região *u* mais estreita e uma região *o* [...] (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 60).

Essas delimitações que ocorrem no domínio fonético correspondem, segundo o dinamarquês, ao *sistema de expressão*, ou seja, aos paradigmas das línguas constituídos a partir de uma zona fônica. A mobilidade da língua prevê várias possibilidades de delimitações no aspecto fônico, mas “[...] permanece o fato característico de que cada língua coloca suas próprias fronteiras no interior dessa infinidade de possibilidades”, destaca Hjelmslev (2013[1943a], p. 60).

Hjelmslev afirma que, se de um lado as línguas se diferenciam com base na forma como delimita os fonemas, do outro elas também diferem quanto às relações possíveis dos fonemas na cadeia, ou seja, no *processo*. Exemplos desse modo particular de organização dos fonemas na cadeia são apresentados por Fiorin (2003), dos quais citamos apenas uma: no inglês há sílabas terminadas em *t* (*not*), enquanto que no português isso não é permitido. Desse modo, entende-se que a *forma de expressão*, ou seja, as distinções paradigmáticas e os modos de organização sintagmática da expressão, produz a *substância da expressão*, neste caso, os sons. A forma e a substância da expressão constituem, pois, o plano da expressão.

Hjelmslev chama a atenção, ainda, para um aspecto particular do *sentido*; afirma que “aquele para quem o sistema de funções de uma língua dada (sua língua materna, por exemplo) é familiar forma nessa língua um sentido de conteúdo ou um sentido de expressão que ele percebeu” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 61), o que explica determinadas variações no que dizem respeito à substância. Assim, o fato de um sujeito “falar com sotaque” significa que ele está formando um *sentido de expressão* a partir das condições funcionais dadas por sua própria língua materna. O autor não explora esse aspecto no texto, mas cabe aqui o registro daquilo que seria certa “individualidade” que o sujeito imprime a sua língua materna.

Do que fora exposto até aqui, vimos que tanto as noções saussurianas de forma e conteúdo quanto as de significante e significado foram ressignificadas por Hjelmslev. Significante e significado correspondem, na Glossemática, a *expressão* e *conteúdo*, respectivamente. Além disso, ambos apresentam uma forma e uma substância. Assim, tem-se *forma e substância da expressão* e *forma e substância do conteúdo*. Já em Saussure, “o

significado e o significante eram definidos substancialmente [...]”, destaca Fiorin (2003, p. 37), sem que para cada um deles existisse uma *forma*. Isso reforça aquilo que Hjelmslev considera um equívoco em Saussure, a saber, a abordagem da expressão e do conteúdo (enquanto substâncias) separadamente, sem considerar a função semiótica que une os dois.

Na Glossemática, a função semiótica é uma solidariedade (interdependência) entre a expressão e o conteúdo. Só há função semiótica quando há a presença simultânea dos dois *funtivos*, “[...] do mesmo modo como nem uma expressão e seu conteúdo e nem um conteúdo e sua expressão poderão existir sem a função semiótica que os une” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 54). Expressão e conteúdo são, também, solidários: uma expressão só é expressão quando ligada a um conteúdo, assim como um conteúdo só é conteúdo quando ligado a uma expressão. Assim:

Se se pensa sem falar, o pensamento não é um conteúdo linguístico e não é o funtivo de uma função semiótica. Se se fala sem pensar, produzindo séries de sons sem que aquele que os ouve possa atribuir-lhes um conteúdo, isso será um abracadabra e não uma expressão linguística, e tampouco será o funtivo de uma função semiótica (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 54)

A delimitação dos signos no texto, então, só acontece graças à função semiótica, entendida como a *forma*. É a forma que se projeta sobre o sentido, “[...] tal como um fio esticado projeta sua sombra sobre uma superfície contínua” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 61). É por isso que, para Hjelmslev, diferentemente de Saussure, a substância não precede a forma, mas só existe em função desta. Do ponto de vista da expressão, que é o mais nos interessa neste trabalho, diríamos, a partir da análise glossemática, que os fonemas (figuras) são a *forma da expressão* e os sons, a *substância da expressão*.

Ducrot explica, com base na discussão hjelmsleviana sobre a forma e a substância do *conteúdo*, que,

Se cada língua deve ser caracterizada não só no plano da EXPRESSÃO (pelos sons que ela escolhe para transmitir a significação), mas também no plano do CONTEÚDO (pela maneira como apresenta a significação), é que os signos de uma língua raramente tem equivalentes semânticos exatos (sinônimos) em outra [...] (DUCROT, 1972, p. 31, grifos do autor).

Ou seja, semanticamente, a diferença entre as línguas não está nas significações que permitem exprimir, já que elas podem ser traduzidas de uma para outra; a diferença reside, então, na constatação de que certas nuances, numa determinada língua e expressas por um determinado signo, devem ser, em outra língua, expressas por signo(s) diferente(s). Assim é que, para Saussure, “[...] se introduz na realidade semântica objetiva (= substancial), um corte

original, oriundo diretamente do sistema de signos”, afirma Ducrot (1972, p. 32). Esse “corte original” na realidade semântica e/ou sonora é o que Saussure chama de *forma*.

Porém, Hjelmslev reformula essa ideia inicial. Ducrot explica o raciocínio do linguista dinamarquês da seguinte maneira:

Sem dúvida, as unidades linguísticas introduzem um corte original no mundo do som e da significação. Mas, para poder fazê-lo, cumpre que elas sejam algo diferente desse corte, algo diferente dessas regiões do sentido e da sonoridade que elas julgam investir. *Para que possam projetar-se na realidade, é preciso que existam independentemente desta realidade* (DUCROT, 1972, p. 32, grifo nosso).

Como seria possível, para Hjelmslev, definir a unidade linguística fazendo abstração de sua realização, tanto intelectual (pensamento) quanto sensível (som)? Não seria a partir do princípio saussuriano de *opositividade*, uma vez que ele “[...] leva sempre a caracterizar a unidade de maneira positiva e exige apenas que a limitemos *àquilo em que* ela difere das outras” (DUCROT, 1972, p. 32, grifo do autor). O passo dado pelo dinamarquês para resolver esse impasse foi, segundo Ducrot, o de desenvolver ao máximo a concepção saussuriana de *valor*. Desse modo,

Se a língua é forma e não substância, não é mais, portanto, na medida em que introduz um corte original, mas na medida em que suas unidades devem definir-se pelas regras segundo as quais é possível combiná-las, pelo jogo que elas autorizam (DUCROT, 1972, p. 32).

Enfatiza-se, assim, o estudo da *forma* (tanto da expressão quanto do conteúdo) em detrimento da *substância*. O cálculo algébrico está previsto na *estrutura*, ou seja, no *sistema de figuras*, que diz respeito à *forma*. Robins (1983, p. 163), ao discutir os fundamentos da linguística moderna, afirma acerca do método glossemático: “a análise do conteúdo deve ser independente de qualquer critério fundado na realidade extralinguística, e a análise da expressão deve ser independente de critérios fonéticos [...]”.

Como já mencionado, as noções de *forma*, *substância*, *expressão* e *conteúdo*, bem como a relações entre elas, estão reunidas na de *signo*. Tal como Saussure, Hjelmslev se opõe à *concepção tradicional do signo*, que o entende como a expressão de um conteúdo que lhe é exterior. Nela, subentende-se a ideia de linguagem como instrumento de comunicação, isto é, como representação externa do que é interno.

Lahud (1977) questiona o que ele chama de “mistério da significação”, que surge a partir da *concepção ideacional do signo*³⁹. Nesta, o signo é entendido como uma “[...] relação de representação entre dois elementos totalmente heterogêneos – som ou letra (a *matéria* ou o *corpo* da linguagem), idéia ou pensamento (o *espírito* ou a *alma* da linguagem) [...]” (LAHUD, 1977, p. 29, grifos do autor). O “mistério” o qual o autor faz referência é, justamente, o modo como o signo se liga ao que ele significa.

Um dos problemas levantados por Lahud⁴⁰ em relação a essa concepção e que, segundo ele, suscita o “mistério da significação”, está descrito abaixo:

1) Se o signo é essa relação de constituintes diversos, cada qual possuindo uma existência independente e uma natureza perfeitamente heterogênea à do outro [...] Como pode a significação ser o resultado da associação de coisas tão pouco conciliáveis entre si? [...] (LAHUD, 1977, p. 29).

Segundo o autor, Saussure apresenta uma solução para esse problema: a resolução está nas noções de *sistema* e de *valor*.

Ao definir o signo como uma entidade psíquica de duas faces (o conceito e a imagem acústica), bem como o princípio de arbitrariedade que rege essa união, Saussure reproduz, ainda, a concepção ideacional do signo, considerando-o uma “[...] uma entidade dual de natureza essencialmente representativa” (LAHUD, 1977, p. 32). A situação começa a mudar quando o genebrino define o signo como uma “unidade indissolúvel”. Mas, a inovação conceitual só acontece, de fato, afirma o autor, com a introdução dos conceitos saussurianos de *sistema* e de *valor* porque,

[...] a partir daí, não se poderá mais pensar o signo como uma *entidade psíquica* de duas faces, nem simplesmente como uma *unidade* de duas faces, mas essencialmente como uma unidade *relacional* ou *diferencial* [...] (LAHUD, 1977, p. 33, grifos do autor).

Pensar o signo como uma entidade psíquica de duas faces, segundo Lahud, não era uma novidade. Mas, quando Saussure vai além de seus predecessores e discute as noções de sistema e de valor, ele dá ênfase ao caráter relacional e diferencial do signo. Com isso, desfaz-se o equívoco de “[...] considerar o vínculo por assim dizer interno do signo como *inicial* na língua, quando, na verdade, não passa de um produto secundário do valor” (LAHUD, 1977, p. 33). Ou seja, é o valor linguístico (presente na *forma*) que delimita os signos, e não o contrário.

³⁹ Terminologia de William Alston, a quem Lahud faz referência.

⁴⁰ O autor discute, ainda, o problema da *garantia da univocidade da significação entre os falantes*, bem como a solução saussuriana para este problema. Não abordaremos, por ora, essa discussão.

O mistério da significação reside na ideia de considerar o vínculo entre sons e conceitos como inicial; a noção saussuriana de *valor* “[...] faz desse vínculo o *resultado* de uma operação constitutiva cujo sujeito é o próprio sistema no qual os signos se acham inseridos” (LAHUD, 1977, p. 34).

No entanto, o autor adverte que não há uma solução saussuriana desse mistério, mas apenas um *deslocamento*, uma vez que “[...] agora é o próprio mecanismo responsável por esse vínculo, a operação de recorte arbitrário da experiência num sistema de valores, que aparece revestido de certo mistério [...]” (LAHUD, 1977, p. 34). O próprio Saussure reconhece esse mistério ao mencionar o “[...] fato, de certo modo *misterioso*, de o ‘pensamento-som’ implicar divisões e de a língua elaborar suas unidades constituindo-se entre essas duas massas amorfas” (CLG, p. 131, grifo nosso).

A discussão de Lahud sobre o “mistério da significação” é pertinente porque, de um lado, faz-nos compreender melhor a concepção tradicional/ideacional do signo, rebatida por Saussure e, posteriormente, por Hjelmslev; por outro, ressalta a importância das noções de *sistema* e de *valor*, tanto para o conceito saussuriano de signo quanto para as reformulações desse mesmo conceito propostas pelo dinamarquês.

Hjelmslev demonstrou que, do ponto de vista linguístico, a concepção tradicional/ideacional do signo é “insustentável”. Parece justo, para ele, que o signo é signo de alguma coisa que, de algum modo, seja exterior, tal como a concepção tradicional do signo propõe. No entanto, é preciso rever em que sentido um signo remete a algo que está fora dele.

A palavra francesa *bois*, por exemplo, se apresenta como o signo de um objeto determinado na paisagem (*madeira, lenha, bosque*), ou seja, é signo de algo exterior à própria linguagem. Mas, para Hjelmslev, esse objeto da paisagem é uma grandeza de substância do conteúdo, que se liga a uma forma do conteúdo “[...] sob a qual ela [substância do conteúdo] se alinha com outras grandezas da substância do conteúdo, por exemplo a matéria de que é feita uma porta” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 61). Do mesmo modo, a sequência de sons [bwa], sendo uma grandeza de substância da expressão, se relaciona com uma forma da expressão que reúne outras grandezas de substância da expressão, tais como “outras pronúncias possíveis, por outros elocutores ou em outras ocasiões, do mesmo signo” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 62).

Assim, um signo é, ao mesmo tempo, signo de uma substância do conteúdo e de uma substância da expressão, e é somente nessa perspectiva que, para o linguista dinamarquês, ele pode ser compreendido como o signo de alguma coisa exterior. Como a relação entre a *forma* e o *sentido* é arbitrária (e isso explica a diferença entre as línguas), e a *substância* depende da

forma, “a língua não é uma nomenclatura, uma reserva de etiquetas a serem coladas sobre objetos preexistentes”, complementa Fiorin (2003, p. 37).

As noções de *língua* e de *signo* em Hjelmslev nos mostram que, para ele, o que há de essencial na linguagem são as *funções* ou *relações* presentes: a significação é sempre contextual; deve-se partir do *texto* (totalidade) a fim de delimitar as *figuras*; o signo é a unidade constituída pela forma do conteúdo e a forma da expressão que se liga a uma substância do conteúdo e a uma substância da expressão, respectivamente.

Mas, um dos aspectos mais revolucionários da teoria hjelmsleviana, sobretudo para discutirmos a relação entre oralidade e escrita, foi, particularmente, a reformulação das noções saussurianas de *forma* e *substância*. Nos Prolegômenos, os esforços de Hjelmslev se deram no sentido de mostrar que a forma independe da substância e que esta não é anterior àquela. Por isso, para ele, nesse momento de sua reflexão, a substância é do domínio *extralinguístico*: a ciência linguística deve preocupar-se apenas com a *forma linguística* e o estudo do sentido deve ser feito por outras ciências, tais como a física (para o sentido da expressão) e a antropologia (para o sentido do conteúdo).

A formação linguística do *sentido*, ou seja, a projeção da forma sobre o sentido que dá origem à substância, é *arbitrária*, tendo em vista que ela não se baseia no sentido, mas “[...] no próprio princípio da forma e nas possibilidades que decorrem de sua realização” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 80, grifo nosso). A Glossemática lida, então, com grandezas não denominadas, isto é, denominadas arbitrariamente, “[...] sem que para elas existam designações naturais” (2013[1943a], p. 82), afirma Hjelmslev.

É particularmente a partir do desenvolvimento desses últimos pontos, a saber, a relação arbitrária entre *forma* e *substância* (sentido) e, conseqüentemente, o “descarte” inicial da substância em função da descrição da forma, que a *substância da expressão oral* perde seu status de substância *natural* e a *substância da expressão escrita* pode ser pensada de outro lugar que não seja o da *representação*.

Derrida, ao recuperar o texto *Princípios de gramática geral*, escrito por Hjelmslev em 1928, nomeia a Glossemática como uma “ciência formal da língua”. O autor afirma, ainda, que o dinamarquês “critica a ideia de uma linguagem *naturalmente* ligada à substância de expressão fônica” (DERRIDA, 1973, p. 70).

Sabe-se que a concepção de *língua falada* como sendo *natural* foi amplamente aceita pelos linguistas e, também, por Saussure. Para o genebrino, o “liame natural”, o “único verdadeiro” é o do som. Mas, para Hjelmslev, o texto escrito tem o mesmo valor que o texto

oral, “pois a escolha da substância não importa” para a teoria, conforme afirmou Martinet ao tecer críticas sobre Hjelmslev⁴¹. São, pois, as *relações formais* que importam.

Inicialmente, Hjelmslev partiu das premissas da linguística tradicional, que considerava a *língua falada* como sendo *natural*, mas advertiu-nos a respeito das mudanças que estariam por vir:

Escolheremos partir das premissas da linguística tradicional, e construiremos inicialmente nossa teoria a partir da *língua falada* dita *natural*, e apenas dela. A partir desta primeira perspectiva, os círculos irão se ampliando até que as últimas conseqüências sejam extraídas (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 24, grifos do autor).

O capítulo *Linguagem e não-linguagem* é fundamental para compreendermos essa abertura do campo anunciada pelo autor. A ideia central é a de ampliar o objeto da teoria da linguagem, lugar, antes, reservado apenas para as línguas ditas naturais. Hjelmslev afirma que as considerações gerais, bem como os termos elaborados pela Glossemática se aplicam não somente às línguas naturais, mas à linguagem em sentido amplo. A abertura dá-se como conseqüência do próprio descarte da substância:

É justamente porque a teoria está estabelecida de modo tal que a forma linguística é nela estudada sem levar em consideração a ‘substância’ (sentido), que o instrumental introduzido poderá ser aplicado a toda estrutura cuja forma é análoga à da linguagem natural (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 109-110).

A abertura que mais nos interessa neste trabalho é a da possibilidade de pensar as várias substâncias que podem manifestar a língua. Por mais paradoxal que pareça, ao excluir, inicialmente, a substância do âmbito da linguística em função da ênfase na *forma* (estrutura), Hjelmslev inclui, no mesmo ato, a possibilidade de pensarmos todas as substâncias (oral, gráfica, gestual, etc.) igualmente. O fato de haver substâncias radicalmente diferentes ligadas a uma mesma forma linguística é ilustrativo.

Pensar a substância oral como sendo a substância natural/absoluta da língua foi, para Hjelmslev, uma conseqüência do longo império da fonética na linguística. Em tom de protesto, Uldall (1944, p. 214), em *Speech and writing*, denuncia o fato de que a escrita “[...] has not received the same attention on the part of linguists that they have so lavishly bestowed on the substance of air”. O autor utiliza o termo “substance of ink” – “substância da tinta” para se referir à escrita, o que sugere um desapego ao vínculo aparentemente necessário entre oralidade e escrita.

⁴¹ (MARTINET apud DERRIDA, 1973, p. 67).

Considerar a substância sonora como sendo natural é negligenciar o fato de que “[...] a fala é acompanhada pelo gesto e pela mímica, com algumas de suas partes podendo mesmo ser substituídas por estes [...]” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 111), destaca Hjelmslev. Além disso, é desconsiderar que a substância sonoro-gesticulatória e gestual pode ser substituída por outras substâncias, desde que as circunstâncias modificadas se prestem a isso. Assim, “a mesma forma linguística pode manifestar-se por escrito, como acontece na notação fonética ou fonemática e nas ortografias ditas ‘fonéticas’, como a do finlandês”, afirma Hjelmslev (2013[1943a], p. 111).

Ao fazer referência à linguagem dos surdos, embora esta não seja uma discussão a que o autor se propõe, Hjelmslev vai mais longe ainda: afirma ser possível “[...] uma substância gráfica que se dirige apenas ao olho e que não precisa ser transposta em ‘substância’ sonora a fim de ser percebida ou compreendida” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 111). O fato de haver surdos alfabetizados em português é, nesse sentido, bastante exemplar: sendo impossibilitado a esses sujeitos o acesso direto à substância oral, restam apenas as relações linguísticas que as “letras surdas” manifestam.

No entanto, ainda que a variedade de substâncias revele o caráter arbitrário da forma, persiste o argumento da anterioridade da fala em relação à escrita e, com ela, a concepção de representação. Daí a ideia de *substância derivada*: a escrita (artificial) derivada da oralidade (natural). Hjelmslev rebate-a afirmando que “[...] o fato de uma substância ser ‘derivada’ de uma outra em nada muda o fato de que se trata de uma manifestação da forma linguística considerada” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 111, grifo do autor).

O autor vai mais além ao assumir, com Russel (1947), “[...] a ausência de qualquer critério para decidir qual é o mais antigo meio de expressão do homem, se a escrita ou a fala” (RUSSEL apud HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 111). Isso porque, segundo o dinamarquês, “a *invenção* do alfabeto remonta a pré-história, de modo que sustentar que ele repousa numa análise fonética nunca será mais do que adiantar uma das hipóteses diacrônicas possíveis” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 111-112).

Porém, na versão inglesa dos Prolegômenos, o termo *invenção* presente no trecho acima foi substituído por *descoberta*⁴². Essa tradução foi supervisionada pelo próprio Hjelmslev, o que nos autoriza afirmar a legitimidade do termo *descoberta*. Os desdobramentos causados por essa troca são significativos.

⁴² Na versão inglesa: “[...] the discovery of alphabetic writing is hidden in pre-history, so that the assertion that it rests on a phonetic analysis is only one of the possible diachronic hypotheses” (HJELMSLEV, 1963[1943], p. 104).

Pensar a escrita como uma *invenção* é associá-la a um ato de criação humana; é, ainda, entendê-la como uma realidade posterior à fala (ou, de uma maneira geral, à voz). É, portanto, reafirmar a ideia de representação do oral pelo escrito. Em contrapartida, pensar a escrita como uma *descoberta* é compreendê-la enquanto uma realidade predisposta, como uma das possibilidades materiais na qual a língua pode vir a manifestar-se. É colocá-la, pois, lado a lado com as demais substâncias, independentemente de fatores cronológicos.

O enfraquecimento do argumento cronológico para fundamentar a anterioridade da oralidade em relação à escrita dá-se, também, pela força que a sincronia apresenta na linguística moderna, sobretudo na teoria glossemática. Hjelmslev chega a afirmar que é um imperativo para a ciência linguística moderna o reconhecimento de que “[...] as considerações diacrônicas não são pertinentes para a descrição sincrônica” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 112). A estrutura linguística não se sustenta num antes ou num depois, mas apenas no agora.

Nessa direção e diante do problema de decidir qual o sistema mais antigo, se o da oralidade ou o da escrita, Uldall (1944, p. 215, grifo nosso) defende: “in my opinion it is illegitimate to consider either of them primary. *They simply coexist*”. Dada a situação de coexistência entre as substâncias que manifestam a forma, na sincronia, é possível dizer que “[...] if there have been of spelling-pronunciation, there have also been cases of pronunciation-spelling” (ULDALL, 1944, p. 215). Ou seja, pode haver deslizamento tanto da substância oral para a gráfica quanto da substância gráfica para a oral.

Um texto pronunciado num telejornal, por exemplo, é carregado de marcas da escrita: sua sintaxe é marcada por um tipo de apresentação característico da substância gráfica, e não da substância oral. Isso nos mostra, ainda, que a escrita é um fenômeno que vai além do estabelecimento de um alfabeto. Comparecem, no texto escrito, elementos de ordem gráfica que só existem em função de sua disposição no papel: parágrafos, espaços em branco, sinais de pontuação, entre outros. Ensinar o uso correto da vírgula com base nas pausas que ocorrem na fala é, nesse sentido, um ato fadado ao fracasso.

Ademais, mesmo quando consideramos os sons e as letras em si, encontramos diferenças entre eles. Uldall chama a atenção para o fato de que, numa mesma língua (no exemplo dado pelo autor, o inglês), o número de fonemas é diferente do número de grafemas:

the extraordinary thing is that we shall often find that the forms derived from an analysis of the phonic manifestation differ from the forms derived from an analysis of the graphic manifestation of what is known as the same language (ULDALL, 1944, p. 215).

Logo, se os sons e as letras são tão diferentes, heterogêneos e “pouco conciliáveis”, como sustentar a ideia de representação de um pelo outro?

Os desdobramentos dos conceitos de *língua* e *signo* em Hjelmslev problematizam a relação entre *forma* e *substância* e, por conseguinte, a ideia de que *a substância escrita é derivada da substância oral*, bem como *a noção de representação do oral pelo escrito*. Como vimos anteriormente, a história da linguística, dos comparatistas a Saussure, reproduz (de maneiras distintas) a ideia de escrita (artificial) derivada da oralidade (natural). Ainda que os comparatistas tivessem dado à escrita uma atenção especial, eles não faziam distinção entre letras e sons, repetindo, então, a tradição. Hjelmslev, por sua vez, embora não tenha desenvolvido um estudo específico sobre a escrita, talvez tenha sido o autor que mais se afastou dessa tradição.

A radicalidade com que Hjelmslev abordou as ideias saussurianas veiculadas no CLG fez o autor insistir na independência da forma em relação à substância e, também, na natureza extralinguística desta última. Nessa perspectiva, não há substância primeira: todas elas (sonora, gráfica, gestual, etc.) podem ser selecionadas pela *forma* da língua.

No entanto, posteriormente, Hjelmslev se deu conta “[...] de que a substância pode ser incluída no âmbito da Linguística como algo semioticamente formalizável” (1975, p. X), afirmam Cañizal e Lopes. Esse deslocamento nos conduz à próxima seção, quando da inclusão da substância no âmbito da linguística. É nesse momento que o dinamarquês introduz a noção de *matéria* e as de *forma pura* e *forma material*, fundamentais para este trabalho. Quais as implicações teóricas dessa mudança de perspectiva quanto à abordagem da substância? O que tais conceitos revelam sobre a relação entre a oralidade e a escrita? Essas e outras questões serão abordadas a seguir.

4 *FORMA PURA, FORMA MATERIAL E A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA, ORALIDADE E ESCRITA*

No Seção 3, situamos a teoria de Hjelmslev como efeito das ideias veiculadas pelo CLG e discutimos, pontualmente, alguns dos conceitos saussurianos ressignificados e/ou reformulados pelo linguista dinamarquês, a saber, os de *língua*, *signo* (*conteúdo e expressão*), e *forma* e *substância*, fundamentais para o aprofundamento das noções de *forma pura* e *forma material*, que iremos desenvolver de agora em diante.

A questão norteadora desta pesquisa é discutir a natureza da relação entre oralidade e escrita a partir dos conceitos de *forma pura* e *forma material*. Argumentamos que, desde Saussure, a concepção de que essa relação se dá por meio da representação é elementar. A noção saussuriana de *valor linguístico*, como vimos, desloca o lugar subalterno da escrita em relação à oralidade. No entanto, é Hjelmslev quem, a nosso ver, desenvolve essa ideia de uma maneira mais profunda em função de seu compromisso quase que dogmático com a *estrutura* da língua.

Vimos que a máxima saussuriana *a língua é uma forma e não uma substância* foi levada até as últimas consequências pela teoria glossemática. Desta feita, Hjelmslev insiste na dependência da substância em relação à forma e, por essa razão, define a substância, inicialmente, como uma grandeza extralinguística.

Ademais, Hjelmslev posiciona-se contra a ideia de substância primeira/natural, tendo em vista que, para ele, “as grandezas da forma linguística são de natureza ‘algébrica’ e não têm denominações naturais, podendo ser designadas arbitrariamente de diferentes maneiras” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 112, grifo do autor).

Em decorrência do algebrismo hjelmsleviano, surge, para nós, a seguinte questão: de que maneira se dá a manifestação da forma (pura álgebra) na substância? É Hjelmslev quem apresenta caminhos para elucidá-la no momento em que reformula sua própria concepção de substância, entendendo-a, anos mais tarde, como algo “semioticamente realizável”, e não mais como uma grandeza extralinguística.

A introdução da noção de *matéria* como um terceiro elemento na relação forma-substância é a razão para tal mudança no âmbito da substância, ao mesmo tempo em que, para nós, coloca em evidência a presença do *sujeito falante* como “palco” da transformação da matéria em substância linguística, um ponto importante que não teve destaque na reflexão de Hjelmslev.

Para darmos conta das questões colocadas acima, esta seção será dividida da seguinte maneira: na seção 4.1, abordaremos a inclusão do termo *matéria* e das concepções de *forma pura* e *forma material*, bem como algumas de suas consequências teóricas; em seguida e como desdobramento dessa introdução, discutiremos, na seção 4.2, a *transformação* da matéria em substância linguística ou forma material enquanto uma operação realizada necessariamente por/num *sujeito*; na seção 4.3, recuperaremos a discussão de Hjelmslev acerca da inexistência de uma substância primeira/natural para explorar os impasses da separação entre *forma* e *substância* na relação oralidade/escrita; e, por fim, para dar suporte à discussão aqui empreendida, faremos uma breve análise de um texto veiculado na *Internet*, que mescla letras e números em sua composição.

4.1 A Matéria e as Noções de Forma Pura e Forma Material

As noções hjelmslevianas de *matéria*, *forma pura* e *forma material* foram apresentadas nos *Ensaio linguísticos*. A primeira aparece pontualmente em *A estratificação da linguagem*, texto datado de 1954, embora o conceito de *sentido*, nos Prolegômenos, já apresentasse algumas características dessa noção. Já as duas últimas aparecem em dois momentos: no texto *Língua e fala*, publicado originalmente nos *Cahiers F. de Saussure* em 1943, e no texto *Por uma semântica estrutural*, apresentado por Hjelmslev no VIII Congresso Internacional de Linguistas em 1957, na cidade de Oslo.

São, pois, ensaios com objetivos diferentes, em contextos distintos e que abordam os referidos conceitos hjelmslevianos com diferentes enfoques. Além disso, o contraste nas datas de publicação dos textos (1943, 1954 e 1957) sugere um amadurecimento das ideias do autor, fato que ele mesmo ressaltou no prefácio dos *Ensaio* ao afirmar que a sua escolha de textos para a obra deveria refletir a evolução de seu pensamento em linguística⁴³.

Para iniciarmos, convocamos o texto no qual o termo *matéria* foi apresentado. *A estratificação da linguagem* é um trabalho denso, que exige conhecimento da teoria glossemática, sem o qual a leitura fica prejudicada. Seu principal objetivo é “extrair experimentalmente as consequências extremas da dupla distinção saussuriana”

⁴³ Nas palavras do próprio Hjelmslev (1991, p. 13): “A escolha deveria refletir os caracteres e a evolução de meu pensamento em matéria linguística. Espero, por outro lado, possa ela servir ao mesmo tempo para ressaltar uma parte dos problemas fundamentais que ocupam e agitam o campo atual dos linguistas”.

(HJELMSLEV, 1991[1954], p. 48), a saber, forma x substância e expressão x conteúdo (significante x significado, em Saussure). Hjelmslev entende essa distinção saussuriana como uma “descoberta”, um fio condutor cujas consequências só puderam ser delineadas “gradualmente e às apalpadelas” pela Glossemática (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 49).

Do cruzamento dessa dupla distinção, resultam quatro grandezas, que o autor chamou de *estratos*: forma do conteúdo, substância do conteúdo, forma da expressão e substância da expressão. A tese que Hjelmslev desenvolve a partir daí é a de que há, entre esses estratos, diferenças e analogias, e terminará por insistir nas analogias. De nossa parte, abordaremos mais de perto as considerações acerca das diferenças porque a partir delas o autor apresenta ideias interessantes a respeito da relação entre forma e substância, que nos interessa neste trabalho.

O primeiro ponto abordado no referido texto diz respeito às diferenças provenientes da dupla distinção saussuriana, que, segundo Hjelmslev, podem ser resumidas pela seguinte proposição: a distinção entre forma e substância subordina-se à de conteúdo e expressão. Por essa razão, “a distinção dos planos [conteúdo e expressão] se enxerta na distinção das substâncias” (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 55). Além disso, a simples distinção saussuriana entre forma e substância resulta em forma e substância do conteúdo, de um lado, e forma e substância da expressão, de outro. É interessante sublinharmos que a noção de *substância* sempre esteve associada à noção de *significante* e que Hjelmslev inova ao propor para o plano do *significado* (ou conteúdo) uma *forma* e uma *substância*.

As três classes de estratos (*conteúdo e expressão*; *forma e substância do conteúdo*; *forma e substância da expressão*) podem ser analisadas tanto do ponto de vista sintagmático (relações) quanto do ponto de vista paradigmático (correlações), embora as relações entre estratos ofereçam um interesse maior do que as correlações, afirma Hjelmslev (1991[1954], p. 56).

Considerando as relações entre estratos, a diferença entre as duas distinções saussurianas reside no seguinte fato: a relação semiótica, que une os dois planos (do conteúdo e da expressão) é uma solidariedade, enquanto a relação entre forma e substância é uma seleção, ou seja, “a substância selecionando (manifestando) a forma” (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 56). Por *solidariedade*, entende-se interdependência entre duas constantes, ou seja, entre duas *formas*, que, aqui, são as formas do conteúdo e da expressão. Por *seleção*, entende-se determinação entre uma constante e uma variável, ou seja, entre a forma e a substância do conteúdo e da expressão.

A relação semiótica é, pois, uma *função* entre as formas do conteúdo e da expressão apenas, fazendo-se, neste caso, abstração da substância (variável) nos dois planos. Mas Hjelmslev faz uma ressalva: dependendo do ponto de vista, se sintagmático ou paradigmático, a substância pode ser considerada uma variável ou pode estar ao lado da forma, sob o regime de uma complementaridade⁴⁴, respectivamente. Ou seja, “[...] a substância só pode fazer o papel de uma variável nos casos evidentes em que para a análise imediata esteja em causa apenas a sintagmática” (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 57).

O que essas considerações nos revelam é que, dependendo do ponto de vista, a substância se impõe e, em razão disso, a fronteira que separa o linguístico (forma) do extralinguístico (substância) já não é estanque. Além disso, elas nos mostram que, diferentemente da relação entre conteúdo e expressão, a relação entre forma e substância apresenta certas peculiaridades.

Parte dessas particularidades refere-se ao fato de que, para Hjelmslev, “os termos ‘forma’ e ‘substância’, tais como foram introduzidos por F. de Saussure, admitem talvez⁴⁵ uma aplicação mais geral” (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 58-59, grifo do autor). O autor chega, então, à conclusão de que forma e substância não são termos absolutos, mas *relativos*, tendo em vista que, “desde o momento em que se mude de ponto de vista e se proceda à análise científica da ‘substância’, essa ‘substância’, por sua vez, forçosamente se torna uma forma [...]” (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 59, grifo do autor). A fim de evitar confusões, sobretudo em função de a terminologia saussuriana prestar-se a isso, o autor reserva os referidos termos para designar apenas *forma e substância semióticas*, bem como os estratos daí derivados, a saber, forma e substância do conteúdo e forma e substância da expressão.

Outra marca das particularidades decorrentes da relação entre forma e substância é o fato evidente da *multiplicidade de substâncias* que manifestam a forma. Sabe-se, por exemplo, que “uma só e mesma forma de expressão pode manifestar-se através de substâncias várias: fônica, gráfica, sinalização por bandeiras, etc.” (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 60). Novamente, o autor chama a atenção para isso, com a diferença de que, desta vez, as consequências no que se refere à relação entre forma e substância por ele retiradas são diferentes daquelas apresentadas nos Prolegômenos.

⁴⁴ Termo utilizado por Hjelmslev para se referir à “interdependência entre termos num sistema” (2013[1943a], p. 138), ou seja, à função entre duas constantes no paradigma.

⁴⁵ Há uma diferença nas versões em português e em espanhol em relação a esse trecho. Na versão portuguesa, que é fonte de consulta deste trabalho, há “talvez”, enquanto na espanhola, há “sem dúvida”, o que denota uma diferença brusca de sentido. Não cabe, nos limites deste trabalho, interrogar qual seria o termo correto, mas tão somente alertar o leitor sobre essa diferença.

A primeira diferença é o entendimento de que a substância, na verdade, pertence ao domínio *linguístico* e não *extralinguístico*, como Hjelmslev acreditava. A esse respeito, o linguista dinamarquês faz a seguinte observação:

Em primeiro lugar, se dissermos que uma e mesma forma semiótica pode revestir substâncias diversas, importa compreender que, na terminologia glossemática de que nos servimos, substância quer dizer substância *semiótica* [...] A substância está sob o domínio da forma semiótica [...] É uma substância *semioticamente formada*. Ora, por paradoxal que possa parecer à primeira vista, é precisamente essa particular noção de substância que nos servirá para evidenciar a relação entre forma e substância (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 60-61, grifo do autor).

A substância é, pois, afetada pela forma semiótica e, por isso, a substância semiótica está além da condição de pura matéria. Isso explica, por exemplo, a diferença entre sons linguísticos e meros ruídos, se considerarmos apenas a substância da expressão. No caso da substância sonora, o falante sabe distinguir aquilo que é, de fato, som de sua língua (ou de uma língua possível) daquilo que é apenas ruído, que não remete a nenhum tipo de arranjo linguístico. A via de captação de ambos é a audição, mas a atribuição de *uma* ordem linguística não se dá em qualquer lugar, em qualquer som, mas apenas naquele em que se pode estabelecer/constatar a relação forma-substância.

Hjelmslev insiste que a condição para que haja uma multiplicidade de substâncias é a de que “a forma semiótica permaneça idêntica a si própria, sendo porém diferentemente manifestada” (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 61). Somente nesses casos é que se pode dizer que “várias substâncias *concorrem* para manifestar a forma” (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 61). O emprego do verbo “concorrer”, nesse trecho, é interessante, porque além de evidenciar o fato da multiplicidade das substâncias, revela uma simultaneidade, uma coocorrência entre elas. As substâncias (sonoras, gráficas, etc.) estão, nesse sentido, *igualmente* disponíveis e passíveis de serem selecionadas pela forma (língua). Na concorrência, apagam-se as marcas cronológicas, ou seja, aquilo que compete à diacronia, porque o que está em jogo são as possibilidades sincrônicas de que a forma semiótica dispõe para manifestar-se.

Conforme mencionamos acima, a noção de *substância semiótica* impõe uma distinção: aquilo que é substância semioticamente afetada daquilo que não é. É aí que Hjelmslev convoca o termo *matéria*, “para designar a manifestante sem implicar que seja semioticamente formada [...]” (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 61). Neste caso, pode-se afirmar que uma mesma matéria (fônica, gráfica, etc.) serve para manifestar formas semióticas diferentes, o que não é o mesmo que dizer que uma mesma substância pode

manifestá-las. A substância semiótica é, necessariamente, o resultado da incidência da forma sobre a matéria, ou seja, é dependente da forma semiótica.

Quando o autor introduz o termo matéria, afirma, em nota de rodapé, que este tem a mesma acepção de *sentido*, ou *purport*, em inglês. Tal termo, já discutido neste trabalho, é o que Hjelmslev chama de “fator comum” que será “formado de modo diferente segundo as diferentes línguas” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 56), tanto no plano do conteúdo quanto no plano da expressão. O resultado dessa formação sobre o sentido é a substância, ou, em outras palavras, “o sentido se torna, a cada vez, substância de uma nova forma e não tem outra existência possível além da de ser substância de uma forma qualquer” (HJELMSLEV, 1991[1943b], p. 57).

A acepção mais significativa do termo *sentido*, para nós, refere-se ao apelo sensorial que ele pressupõe. A língua, enquanto *forma*, projeta-se sobre o *sentido*, que, em princípio, pode afetar os sentidos do corpo (visão, audição e tato, por exemplo), iguais para todos os sujeitos (com exceção dos casos de indivíduos privados de algum sentido). Mas como se dá esse contato? Voltaremos a esse ponto mais adiante.

O que Hjelmslev chamou de *sentido* nos Prolegômenos é chamado de *matéria* posteriormente. Há, pois, três níveis para Hjelmslev, enquanto que para Saussure havia apenas dois. Para este, tem-se *forma* e *substância*, enquanto para aquele, *forma*, *substância* e *matéria*.

Ducrot (1972) explica cada um dos três níveis propostos pelo linguista dinamarquês em contraste com os níveis saussurianos: aquilo que, para Saussure, era substância, ou seja, a realidade semântica ou fônica extralinguísticas, Hjelmslev chamou de *matéria* (ou *sentido*, como vimos); a forma, entendida por Saussure como o corte original na realidade extralinguística, Hjelmslev chamou de *substância*; e, por fim, a rede relacional que define as unidades ele chamou de *forma*. Para relacionar os três níveis propostos, a Glossemática utilizou a noção de *manifestação*. Assim, “a substância é a manifestação da forma na matéria”, explica Ducrot (1972, p. 33).

A forma (língua) projeta-se na matéria (sons, grafias, gestos, etc.), produzindo uma substância. Essa distinção entre os três níveis hjelmslevianos revela que, embora a língua se manifeste numa matéria, dela se desprende. A língua é, como dizia Saussure, “[...] um todo por si e um princípio de classificação” (CLG, p. 17); de natureza diversa, a matéria se dispõe ao jogo da língua, de tal modo que só se torna linguisticamente interpretável quando é afetada pela forma semiótica e transforma-se em substância semiótica.

Conforme já anunciamos acima, a partir da reformulação de Hjelmslev quanto à relação forma-substância, a matéria, que é o terceiro elemento nessa relação, passa a ser o

nível extralinguístico, enquanto a substância e a forma correspondem ao nível linguístico. No entanto, a substância parece “exigir uma base de análise diferente da exigida pela forma semiótica própria” (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 71), alerta o dinamarquês. O fato da multiplicidade de substâncias é novamente convocado, desta vez sob o ângulo das particularidades que a análise substancial impõe. A forma da expressão, cuja “manifestação costumeira” é de ordem fônica, pode manifestar-se, também, por uma notação fonológica⁴⁶, tendo, neste caso, substâncias e matérias diferentes.

A despeito dessa multiplicidade, há outro fato interessante: “uma mesma substância comporta por sua vez vários aspectos ou, como preferimos dizer, vários níveis” (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 62). Esse fato ressalta a diferença entre as substâncias (sonora, gráfica, etc.), já que elas mobilizam estruturas distintas, embora sirvam igualmente para manifestar a forma semiótica. Reportar-nos-emos, agora, no modo como se dá essa análise da substância em níveis segundo Hjelmslev.

A distinção entre os níveis da substância corresponde aos tipos de descrição que cada um comporta. A substância fônica, por exemplo, exige pelo menos uma descrição fisiológica (ou articulatória), uma descrição puramente física (ou acústica) e, ainda, uma descrição auditiva (que diz respeito à percepção dos sons pelos sujeitos falantes). Em relação às outras substâncias da expressão (tais como as substâncias escrita e gestual, por exemplo), tem-se o mesmo princípio, tendo em vista que, para elas, há “[...] ao menos uma descrição física e uma descrição por percepção” (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 62).

Essa observação a respeito dos níveis de descrição vale também para a substância do conteúdo. Em razão de nosso trabalho ter como foco apenas a substância da expressão, dada a relação entre oralidade e escrita, optamos por não abordar a descrição dos níveis para a substância do conteúdo.

Há, segundo Hjelmslev, uma hierarquia entre os níveis da substância. É importante frisar que a hierarquia se dá entre os níveis das substâncias, e não entre as substâncias propriamente ditas. O primeiro deles é o *nível de apreciação coletiva*, que corresponde às avaliações adotadas por uma determinada comunidade linguística. Em suma, tal nível é explicado pelo autor da seguinte maneira:

⁴⁶ Numa notação fonológica, das características fônicas resta apenas o registro escrito da oposição entre os fonemas. O caso da Gramática Comparada, discutido na Seção 2 deste trabalho, é, neste caso, exemplar: as “fórmulas” a que chegavam os comparatistas no trabalho de reconstruir o indo-europeu eram, como vimos, impronunciáveis, pura notação fonológica.

Não é pela descrição física das coisas significadas que se chegaria a caracterizar o uso semântico adotado em uma comunidade linguística e pertencente à língua que se deseja descrever, mas, muito pelo contrário, pelas avaliações adotadas por essa comunidade, pelas apreciações coletivas, pela opinião pública (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 63).

Essa explicação diz respeito à substância do conteúdo; no que se refere à substância da expressão, Hjelmslev propõe um nível cuja descrição se dá pela percepção, “que se assimila bem à descrição das apreciações coletivas, consideradas para a substância do conteúdo” (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 65).

O nível de apreciação coletiva (substância do conteúdo) e o de percepção (substância da expressão) são, por conseguinte, selecionados pelos dois últimos níveis: o *físico* e o *sociobiológico*. Estes permitem certa “manipulação” dos sujeitos falantes, conforme podemos observar no trecho abaixo:

É mister, talvez, considerar igualmente um estado das condições sociobiológicas e do mesmo mecanismo psicofisiológico que, graças a disposições naturais e hábitos adquiridos, válidos para as experiências sensoriais ou de outra natureza, permitem aos sujeitos falantes, pertencentes à comunidade linguística de que se trate, criar, reproduzir, evocar e manipular de maneiras diversas os elementos de apreciação de que acabamos de falar [coletiva], e as unidades que deles se possam formar (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 65).

Interessante colocação a de Hjelmslev a respeito da atuação dos sujeitos falantes nos dois últimos níveis da substância, pois revela uma substância manipulável, mas não de qualquer maneira. Há lugares na língua os quais os falantes não conseguem ultrapassar: este é, pois, o nível de apreciação coletiva ou de percepção, que não depende de um único sujeito, mas da coletividade. Ao mesmo tempo, o sujeito individual, dadas as condições físicas e sociobiológicas mobilizadas pelas “experiências sensoriais”, numa determinada comunidade linguística, consegue “criar, reproduzir, evocar e manipular” esse nível substancial primário pelo qual a língua é manifestada. Falar com sotaque, por exemplo, é manipular o nível de apreciação coletiva no que se refere à substância sonora.

Em relação aos três níveis da substância semiótica, cabe, ainda, uma ressalva. O fato de uma mesma forma ser manifestada por duas ou várias substâncias não deve ser confundido com o fato de que as substâncias comportam níveis diversos. Para o autor, “os níveis constituem, não se levando em conta a substância considerada, um sistema universal [...] o que não é o caso das substâncias” (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 68). Em outras palavras, a descrição em níveis corresponde a um princípio universal, enquanto a substância é, pela sua

estreita relação com a forma, um resultado da incidência desta sobre a matéria; ela nunca está definida *a priori*.

Para Hjelmslev, o que explica a diferença entre as substâncias, bem como a multiplicidade delas, é a seleção no setor dos níveis inferiores, a saber, o sociobiológico e o físico:

É evidente que o que constitui a verdadeira diferença entre substâncias, como a substância fônica, a substância gráfica, a sinalização com bandeiras, etc., é a escolha de setor dos níveis sociobiológico e físico: pode ser que se trate, para nos limitarmos a uma indicação superficial, da ordem acústica ou da ordem visual, e esses dois setores podem ainda se subdividir de modo a fazer valer uma só de suas partes, como se dá às vezes com as cores, que podem ser pertinentes para a sinalização com bandeiras, mas não para os caracteres do alfabeto.

Segue-se que semelhante delimitação de setores nos dois níveis inferiores da substância [físico e sociobiológico] é a condição da multiplicidade das substâncias (HJELMSLEV, 1991[1954], p. 72).

Partindo desse pressuposto, insistimos na coocorrência das substâncias na sincronia, sobretudo quando consideramos o conceito de *fala* em Hjelmslev, distinto, a nosso ver, do de *substância sonora*. Não há espaço, neste trabalho, para aprofundarmos essa distinção entre os conceitos *substância sonora* e *fala* em Hjelmslev, mas fica o registro de que aquela, para o autor, parece mobilizar não apenas a audição, mas também outros sentidos do corpo. Recordamos abaixo o que o autor afirma a respeito dos elementos que compõem a *fala*:

Acreditou-se que a substância da expressão da linguagem falada devia consistir exclusivamente de ‘sons’. Tal como os Zwirner ressaltaram recentemente, com isso se negligenciou o fato de que a fala é acompanhada pelo gesto e pela mímica, com algumas de suas partes podendo mesmo ser substituídas por estes e, como dizem os Zwirner, que na realidade não apenas os órgãos da fala (garganta, boca, nariz) como também a musculatura de fibras estriadas contribui para o exercício da linguagem ‘natural’ (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 111, grifo do autor).

Como vimos anteriormente, o capítulo 21 dos Prolegômenos, de onde o trecho acima foi retirado, cumpre o objetivo, anunciado por Hjelmslev em páginas anteriores, de ampliar o campo de reflexão “até que as últimas consequências sejam extraídas” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 24). Ao mencionar a presença dos gestos e das expressões faciais na fala, o autor realiza esse objetivo: a ideia de *lingua falada* como sendo *natural*, amplamente aceita pela linguística da época, é necessariamente revista. Tal intenção, segundo ele, impõe-se como “[...] uma consequência lógica inelutável daquilo que foi exposto” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 109).

Resta-nos indagar: se a definição hjelmsleviana de *fala*, que está além da substância sonora, amplia o campo de alcance da linguística, quais seriam os efeitos da descrição da substância (sonora, gráfica, etc.) em níveis, proposta posteriormente por Hjelmslev? Não se trata aqui de supor uma evolução do pensamento do autor em função da sequência cronológica dos trabalhos convocados (1943b e 1954), mas de tirar consequências teóricas dessa reflexão.

A descrição substancial em níveis revela, a nosso ver, que a diferença entre as substâncias sonora e gráfica é, do ponto de vista sincrônico, oriunda da seleção dos setores entre os níveis físico e sociobiológico: a substância sonora é de ordem acústica, enquanto a substância gráfica é de ordem visual. Ela reforça, ainda, o argumento de que não há motivos para afirmar que determinada substância é mais apropriada para manifestar a língua, mas que há substâncias distintas que cumprem perfeitamente esse papel, dadas as condições sincrônicas possíveis.

A ideia de representação da oralidade pela escrita com base na *naturalidade* da primeira em relação à segunda é, mais uma vez, problematizada. A partir do trecho dos Prolegômenos citado acima, é possível observar que o exercício da *fala*, para Hjelmslev, é um fenômeno que mobiliza não apenas a fonação e a audição, mas também parte da musculatura corporal e a visão na articulação e recepção de gestos e expressões faciais que a acompanham. A “pureza sonora” é, nesse sentido, inexistente em função dos outros elementos que, concomitantemente, compõem a fala. As substâncias são, por assim dizer, intercambiáveis, o que explica a possibilidade de deslizamento do oral para o escrito e vice-versa.

Em suma, a introdução do termo *matéria* trouxe consequências para a relação forma-substância. A primeira delas foi o deslocamento da substância para o nível linguístico; a segunda foi a discussão sobre o tipo de análise em níveis que a substância semiótica convoca (apreciação coletiva e/ou percepção, físico e sociobiológico), diferentemente da forma semiótica. Agora, nos deteremos a uma terceira consequência: as concepções de *forma pura* e *forma material*.

Tais conceitos aparecem em momentos distintos da produção hjelmsleviana. Convocamos, primeiramente, o texto *Língua e fala*, de 1943. Nele, Hjelmslev se propõe a abordar a distinção saussuriana entre língua e fala de um ponto de vista eminentemente estrutural. O autor objetiva saber, mais especificamente, “qual a espécie de função que existe entre língua e fala” (HJELMSLEV, 1991[1943b], p. 84). De nossa parte, centraremos a discussão nas definições de forma pura e de forma material, sem nos determos pormenorizadamente na relação entre língua e fala apresentada nesse texto.

Hjelmslev faz, inicialmente, uma observação importante; afirma que tanto a noção de língua quanto a noção de fala, tal como foram apresentadas no CLG, admitem acepções diferentes. Em relação à primeira, segundo ele, pode-se considerá-la⁴⁷:

- a) como uma *forma pura*, definida independentemente de sua realização social e de sua manifestação material;
- b) como uma *forma material*, definida *por uma dada realização social*, mas ainda independente do detalhe da manifestação (1991[1943b], p. 84, grifo do autor e nosso).

Para designá-las, o autor propõe os termos *esquema* e *norma*, respectivamente. Chamamos a atenção para a definição de forma material, ou norma, que pressupõe uma *dada realização social*. Esta acepção parece convocar necessariamente a presença de um *sujeito*. Insistiremos nesse ponto mais adiante.

A fim de exemplificar as noções de forma pura (esquema) e forma material (norma), reproduziremos o exemplo da posição do *r* francês utilizado por Hjelmslev. Do ponto de vista do *esquema*, o referido *r* pode ser definido: como pertencente à categoria das consoantes que determinam as vogais; como pertencente à subcategoria das consoantes que admitem a posição inicial e a posição final; como pertencente à subcategoria das consoantes vizinhas da vogal; pelo fato de assumir a primeira posição num grupo final, mas não a segunda; e, por fim, pelo fato de comutar⁴⁸ com elementos pertencentes a essas mesmas categorias, a exemplo do *l*.

As observações acima mencionadas quanto à forma pura revelam a *estrutura* da língua (neste caso, francesa), entendida como um *sistema de figuras*. Desse modo, o *r* francês foi definido “como uma entidade opositiva, relativa e negativa; a definição dada não lhe atribui qualquer qualidade positiva, seja ela qual for. Implica que ela é algo realizável, e não algo realizado” (HJELMSLEV, 1991[1943b], p. 85). Define-se, pois, apenas em função das relações internas, sem qualquer interferência de ordem material:

que ele [o *r* francês] ganhe corpo numa matéria fônica ou gráfica, numa linguagem por gestos (como no alfabeto dactilológico dos surdos-mudos) ou num sistema de sinalização com bandeiras, que se manifeste por tal ou qual fonema ou por tal ou qual letra de um alfabeto [...], tudo isso em nada afetaria a definição de nosso elemento (HJELMSLEV, 1991[1943b], p. 85)

⁴⁷ Há, ainda, uma terceira maneira de considerar a língua no CLG, a saber, como um *conjunto de hábitos*, ou, noutras palavras, como um *uso*. Não abordaremos essa terceira concepção neste trabalho.

⁴⁸ Abordaremos a função de *comutação* mais adiante.

Enquanto *esquema*, a língua permanece idêntica a si mesma, qualquer que seja a ordem material convocada. A manifestação da *forma pura* é totalmente arbitrária.

Do ponto de vista da *norma*, o mesmo *r* francês pode ser definido “como uma vibrante, admitindo como variante livre⁴⁹ a pronúncia de constrictiva posterior” (HJELMSLEV, 1991[1943b], p. 86). Essa definição exige, necessariamente, a articulação sonora de *r* por um sujeito falante. Depois, essa mesma articulação de *r* terá de ser percebida por outro sujeito na fala. Esta seria, a nosso ver, uma consequência da *dada realização social* contemplada na noção hjelmsleviana de forma material. Essa realização social implica não somente a coletividade, mas também a presença do *corpo do sujeito*, seus sentidos. Mais uma vez, o apelo sensorial do termo *sentido/matéria* faz-se presente.

Ainda a respeito da definição do *r* francês enquanto uma forma material, Hjelmslev esclarece:

o *r* francês define-se agora como uma entidade opositiva e relativa, é verdade, mas munida de uma qualidade positiva: é por suas vibrações que se opõe às não-vibrantes; é por sua articulação posterior que se opõe às outras constrictivas; é por sua pronúncia constrictiva que se opõe às oclusivas. *A definição pressupõe uma manifestação fônica dada, produzida por meio dos órgãos vocais* (HJELMSLEV, 1991[1943b], p. 86, grifo nosso).

Essa positividade é resultado de uma manifestação dada, que, no exemplo do *r* francês, corresponde à substância sonora produzida pelos órgãos vocais. Diante das várias possibilidades de manifestação em função da multiplicidade de substâncias (sonora, gráfica, etc.), o *r* francês pode manifestar-se como uma vibrante e, por isso, convocar a matéria sonora. Nessa relação, ele adquire uma qualidade positiva, tendo em vista que as características físicas dessa materialidade entram em jogo. Por conseguinte, insistamos no seguinte ponto: a manifestação fônica, seleção arbitrária da *forma pura*, pressupõe não apenas uma matéria fônica dada, mas também a participação do sujeito falante, no qual essa matéria é transformada em *forma material*.

Em 1957, quatorze anos depois, Hjelmslev apresentou o trabalho *Por uma semântica estrutural* no VII Congresso Internacional de Linguistas, que teve como ponto de reflexão a seguinte questão: “*Em que medida as significações das palavras podem formar uma estrutura?*”. Uma questão difícil e muito desafiadora para a linguística de seu tempo, já que,

⁴⁹ Em Glossemática, as *variantes livres*, também chamadas de *variações*, são definidas como variantes combinadas, “pois não são pressupostas por, e não pressupõem, grandezas definidas e coexistentes na cadeia [...]” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 86). Distinguem-se das *variantes ligadas* ou *variedades*, que são solidárias; por exemplo, considerando a sílaba *ta*, *t* é uma variedade que só pode aparecer com *a*, e *a* é uma variedade que só pode aparecer com *t*.

segundo o autor, “[...] a semântica clássica tendeu a perder-se em ensaios literários de feição quase anedótica” (HJELMSLEV, 1991[1957], p. 115), e a semântica estrutural não havia ainda tomado seu devido lugar.

Não abordaremos com detalhes o embate que Hjelmslev estabeleceu com a semântica clássica. Em função dos objetivos deste trabalho, importa mais a maneira como o autor novamente traz à baila as noções de forma pura e forma material. Nesse texto, especificamente, ele convoca os conceitos de *estrutura* e de *valor*. A discussão mais detalhada sobre eles já foi feita nas seções 3 e 2 deste trabalho, respectivamente. Por ora, nos limitaremos a expô-los em função da reflexão empreendida pelo linguista dinamarquês no trabalho de 1957.

No referido texto, Hjelmslev afirma que introduzir a noção de estrutura na análise dos fatos semânticos é “introduzir a noção de *valor* lado a lado com a de *significação*” (HJELMSLEV, 1991[1957], p. 118, grifo do autor). Significação é aqui entendida especificamente como a *substância no plano do conteúdo*. Prossegue o autor destacando a *comutação* como uma função decisiva para o estudo da língua.

Por comutação, entende-se uma correlação que contrai uma relação com uma correlação do plano oposto da língua. Dito de outra maneira:

dois membros de um paradigma pertencente ao plano da expressão (ou ao significante) são ditos comutáveis (ou invariantes) se a substituição de um pelo outro pode levar a uma substituição análoga no plano do conteúdo (ou no significado)” (HJELMSLEV, 1991[1957], p. 118).

A recíproca é verdadeira no caso de se considerar dois membros de um paradigma do conteúdo. Por exemplo, /t/ e /d/ são comutáveis em português, haja vista que a substituição de um pelo outro em contextos semelhantes, tais como em /t/ia e em /d/ia, leva à substituição de significado.

A comutação é, ainda, distinta nas diferentes línguas. Assim é que, no plano da expressão, por exemplo, [s] e [z] (*s* surdo e sonoro) são comutáveis em francês (*coussin* : *cousin*) e em inglês (*princess* : *princes*), mas substituíveis em dinamarquês; no plano do conteúdo, o princípio é o mesmo. Do princípio da comutação, decorre, também, a ideia de arbitrariedade na relação entre forma e substância e, também, entre conteúdo e expressão.

A significação, no plano do conteúdo, é do domínio da substância, assim como é a fonação no plano da expressão. É a arbitrariedade que, segundo Hjelmslev, rege a relação entre a significação e a forma do conteúdo e entre a fonação e a forma da expressão. Ou seja,

a relação que une forma e substância, nos planos do conteúdo e da expressão, é arbitrária, imotivada.

Ao abordar o conceito de *valor*, o autor convoca, mais uma vez, os conceitos de *forma pura* e *forma material*; esta é definida como “a maneira pela qual a substância se curva à forma pura”, enquanto aquela é “definida pelas funções internas” (HJELMSLEV, 1991[1957], p. 122). Eis a conclusão a que Hjelmslev chega para o lugar do valor linguístico:

Tendo um caráter puramente diferencial, opositivo e negativo, o valor nada tem de semântico. O valor, tomado no sentido saussuriano, é, nos dois planos da língua, o elemento que serve para definir o arranjo paradigmático das correlações (HJELMSLEV, 1991[1957], p. 122, grifo do autor).

Assim, o valor não se confunde com a significação, sendo esta a substância do conteúdo. O valor emana do *esquema*, das *funções internas*, ou seja, da *forma pura* e apenas dela. É ele que define o arranjo paradigmático das línguas; as substituições facultativas (no paradigma) se observam e são previstas sem qualquer apelo à substância. É por essa razão que, no que se refere ao plano do conteúdo, pode-se constatar a identidade do sistema de gêneros gramaticais em latim e em alemão, por exemplo, “[...] compreendendo tudo o que resulta do valor, mas sem introduzir nenhum elemento de significação” (HJELMSLEV, 1991[1957], p. 122).

O autor insiste na afirmativa de que tudo o que é relacional, correlacional e diferencial “concerne à forma e permanece independente dos fatos materiais da manifestação” (HJELMSLEV, 1991[1957], p. 123). Caso seja acrescentado qualquer elemento de ordem material (fônica ou gráfica, por exemplo), tem-se, aí, um fato de substância. A forma pura, na qual o valor se encontra, define o “cálculo matemático” que permite prever o número possível de variantes (substâncias). Se se procede a uma descrição dos sons pronunciados ou dos “traços de pena”, “[...] *mas não antes desse momento*, estamos no domínio da substância” (HJELMSLEV, 1991[1957], p. 123, grifo do autor), afirma o linguista dinamarquês.

Se o objetivo é a descrição das possibilidades de manifestação das invariantes (*figuras*, no plano da expressão e do conteúdo), podem ser feitos vários procedimentos. Para o autor, o mais satisfatório deles é estabelecer, por abstração, um termo genérico ou “conceito”. Assim, propõe os conceitos de *fonematema* (fonema), *grafematema* (grafema), para o plano da expressão, e *sematema*⁵⁰, para o plano do conteúdo. Por exemplo, o fonematema é o termo

⁵⁰ Esse termo reúne “as significações particulares que se podem considerar como possíveis, partindo-se de um uso dado do qual se pode deduzir, conforme esse procedimento, uma norma” (Ibid., p. 123). É pertinente lembrar

genérico que reúne todas as variantes possíveis em relação à substância sonora; o grafematema é o termo genérico que acolhe todas as variantes possíveis relacionadas à substância gráfica.

Em relação a tais conceitos, o autor esclarece: eles “não se confundem, de forma alguma, com o valor; permanecem, ao contrário, nitidamente distintos. Constituem a *forma material* [...]” (HJELMSLEV, 1991[1957], p. 123-124, grifo do autor). Esta, por sua vez, é definida como “um reflexo da forma pura, projetada sobre a substância e que se nutre de seus benefícios”, segundo Hjelmslev. Nesses termos, a forma material é uma substância que reflete a forma pura (os valores que emanam do *esquema*).

A fim de reunirmos as concepções de *forma pura* e *forma material*, tal como foram apresentadas até aqui, propomos o quadro abaixo:

TEXTOS HJELMSLEVIANOS	FORMA PURA	FORMA MATERIAL
<i>Língua e fala (1943b)</i>	- esquema;	- norma;
	- independente de sua realização social e de sua manifestação material;	- definida por dada realização social, mas ainda independente do detalhe da manifestação;
	- pressupõe unidades opositivas, relativas e negativas;	- pressupõe unidades opositivas, relativas e positivas;
<i>Por uma semântica estrutural (1957)</i>	- definida pelas funções internas;	- definida pela maneira como a substância se curva à forma pura;
	- lugar de onde emana o <i>valor linguístico</i> .	- reflexo da forma pura, projetada sobre a substância e que se nutre de seus benefícios; compreende os conceitos de <i>fonematema</i> , <i>grafematema</i> e <i>sematema</i> .

1- Quadro resumo das noções de *forma pura* e *forma material* em Hjelmslev

que Hjelmslev propõe uma semântica estrutural e, por essa razão, suas reflexões projetam-se não apenas para o plano da expressão, mas também e com uma atenção especial para o plano do conteúdo.

É chegado o momento de refletirmos sobre os efeitos dos termos *forma pura* e *forma material*, tal como foram delineados nos textos hjelmslevianos de 1943 e 1957. Mais uma vez, chamamos a atenção para o fato de que não é nosso objetivo propor uma superação do pensamento de Hjelmslev, ou supor que os textos mais antigos são menos desenvolvidos que os textos mais recentes. O contraste nas datas de publicação dos textos que convocamos denota, na verdade, um amadurecimento das ideias do autor, refletido, sobretudo, nos conceitos formulados e/ou ressignificados por ele ao longo dos anos, entre eles os de *forma*, *substância* e *matéria*.

Para começar, não podemos perder de vista o perfil estruturalista de Hjelmslev. Ele é um autor que se insere na *Linguística Estrutural*, cuja hipótese é fundamentada na ideia de que a língua é uma *estrutura*, ou, noutras palavras, uma *entidade autônoma de dependências internas*. Na busca de esvaziar a língua de tudo aquilo que lhe é externo, Hjelmslev foi levado, num primeiro momento, mais especificamente nos Prolegômenos, a entender a substância (do conteúdo e da expressão) como sendo uma realidade extralinguística. É também nessa obra que a noção de *sentido/matéria* surge como o “fator comum” formado diferentemente nas línguas, e, embora a substância seja o resultado dessa formação particular, sua natureza era definida, ainda, como extralinguística.

Também em 1943, as noções de *forma pura* e *forma material* aparecem no texto *Língua e fala* enquanto duas acepções distintas de *língua*. Chama nossa atenção o termo *forma material* como um lugar ambíguo: ele remete ora à forma, ora à matéria, e, nesse sentido, denota a ideia de uma matéria afetada pela forma, portanto, uma matéria transformada. Aliás, parece-nos que, em Hjelmslev, *forma material* e *substância semioticamente formada* dizem a mesma coisa: qualquer substância que, relacionada à forma pura e, por isso, afetada por um valor linguístico, não se confunde com a matéria.

De fato, o deslocamento causado pela inclusão da matéria na relação forma-substância é bastante significativo porque, agora, não é mais a substância o elemento extralinguístico, mas a “matéria bruta”, desprendida de qualquer ligação com a forma. O texto *A estratificação da linguagem*, de 1954, é fundamental para esse efeito. Ao extrair as consequências últimas da relação entre forma e substância, Hjelmslev se aproximou cada vez mais desta última, de suas particularidades, do tipo de análise que ela impõe (a descrição da substância em níveis é exemplar).

A substância que manifesta a forma semiótica já é uma *substância semiótica*, uma *substância semioticamente formada*, ainda que carregue um lado palpável (material), algo que a forma semiótica não apresenta. A substância semiótica se insere tanto na forma quanto na

matéria, mas desta se desprende; ela é o resultado de uma estruturação semiótica específica da matéria pela forma e, nesse sentido, é concebida como um elemento linguístico.

A substância, no plano da expressão, pode ser sonora, gráfica ou gestual. Já vimos que essa abertura de Hjelmslev ao incluir outras substâncias, para além dos sons, é uma constante, um diferencial na Glossemática. Se a substância não é definida *a priori*, mas é resultado de uma projeção da forma sobre a matéria, o que seriam a matéria sonora, gráfica e gestual, respectivamente?

A matéria amorfa sonora pode ser entendida como o potencial fonético de articulação vocal humana, do qual cada língua delimitará seu sistema fonológico. A matéria amorfa gráfica, por sua vez, é concebida como o potencial gráfico utilizado para formar sistemas de escrita. Já a matéria amorfa gestual se define como o potencial gestual sobre o qual as línguas gestuais, como a dos surdos-mudos, delimitam suas unidades.

É sobre essa matéria “crua” que as línguas se projetam e, nisto, formam substâncias (da expressão, nesse caso). A depender da matéria em questão, a substância pode ser de ordem sonora, gráfica ou gestual.

É importante frisar que, nessa perspectiva, uma substância não deriva de outra cuja existência seja teoricamente anterior, mas ambas são definidas *a posteriori*. A língua, enquanto forma, é sempre anterior ao detalhe da manifestação. As características particulares que cada substância irá assumir dependem tão somente da matéria selecionada pela forma e é somente aí que elas podem ser consideradas distintas; no mais, todas as substâncias manifestam (ou podem manifestar) a língua sem prejuízo algum.

Em *Por uma semântica estrutural*, Hjelmslev está, a nosso ver, no auge de seu algebrismo. Primeiro, pelo desafio que acompanha todo o texto, a saber, o de insistir numa semântica estrutural, algo considerado irrealizável pela linguística da época. Depois, porque ao propor os conceitos de *fonematema*, *grafematema*, e *semantema* como elementos da *forma material*, ele atribui à substância um alto grau de abstração.

O fonematema e o grafematema (conceitos que mais nos interessam neste trabalho por estarem associados ao plano da expressão) são “reflexo da forma pura” e, por isso, são afetados por ela, pela ordem da língua, ainda que, em parte, carreguem designações materiais. Dizer “fonematema”, por exemplo, é pressupor uma matéria sonora, mas, também, uma configuração oriunda da forma pura, uma realidade distinta da pura materialização.

Em suma, a reflexão sobre a substância foi um imperativo na linguística, mesmo numa perspectiva estrutural. A fixação pela *estrutura*, característica dos linguistas do século XX, trouxe consequências para os estudos linguísticos, particularmente para o algebrismo

hjelmsleviano. No movimento de excluir e incluir a substância do âmbito daquilo que é linguístico/semiótico, Hjelmslev foi levado a distinguir *substância* e *matéria*, além de reconhecer e descrever as particularidades da *substância semiótica* (matéria moldada pela forma), sua variabilidade em relação à forma semiótica e seus níveis (apreciação social/percepção, físico e sociobiológico).

Mas a passagem da matéria para a substância é ainda mais desafiadora porque traz consigo, a nosso ver, a ideia de *transformação* (a forma transforma a matéria em substância) e a presença necessária do sujeito falante nesse fenômeno. É o que iremos discutir na próxima seção.

4.2 O Sujeito “Palco” da (Trans)Formação da *Matéria em Substância Semiótica*

O termo *transformação* foi utilizado no decorrer desta seção sempre que nos referimos à passagem da matéria para substância por intermédio da forma. Resta-nos, agora, pensarmos nas implicações semânticas desse uso relacionando-o à relação entre forma-substância-matéria.

O Mini Aurélio (2000, p. 681) define *transformar* como “1. Dar nova forma, feição ou caráter a; mudar, modificar, transfigurar. 2. Converter. P. 3. Transfigurar”, de onde derivam o substantivo *transformação*. A semântica desse verbo exige, ainda, um *elemento transformador* e um *elemento transformado* no ato de “dar nova forma”, que, na relação forma-substância-matéria, pensamos ser a forma (pura combinatória) e a matéria (pura matéria), respectivamente.

É a forma que incide sobre a matéria transformando-a em substância; esta é, por assim dizer, uma *matéria transformada*. Quais as implicações dessa transformação? Onde ela acontece?

Já vimos, na seção anterior, que o termo sentido/matéria em Hjelmslev remete ao sensorial. No entanto, não é a pura matéria que atinge sensorialmente o sujeito, mas, sim, a matéria transformada, a substância semiótica, que, sendo um elemento marcado tanto pela forma quanto pela matéria, atravessa os sentidos do corpo e é interpretada como algo da ordem linguística. A matéria amorfa nada nos diz, ela é apenas o potencial (fonético, gráfico ou gestual, em se tratando do plano da expressão) sobre o qual a língua irá estabelecer suas unidades.

Para exemplificar, retomemos o fato do espectro de cores. Segundo Hjelmslev (2013[1943a], p. 57), todos os sujeitos são afetados por uma mesma zona de sentido, “um contínuo amorfo e não analisável no qual as fronteiras se colocam apenas através da formação das línguas”. Isso explica, por exemplo, porque o português distingue verde e azul, enquanto que o galês não faz distinção entre essas duas cores, sendo ambas compreendidas pela palavra “glas” nesta língua. Ou seja, o mesmo sentido (zona do espectro de cores), acessível ao homem por intermédio da *visão*, é formado diferentemente em português e em galês. De forma semelhante, a mesma zona fônica, acessível ao sujeito através da *audição*, é formada diferentemente nas línguas, cujo resultado é o sistema fonológico específico a cada uma delas.

Nesse sentido, a matéria tem um alcance mais geral, de modo que todas as línguas podem selecionar quaisquer que sejam (e, por isso, uma língua ágrafa pode deixar de sê-la a qualquer momento); assim, podemos dizer que o português e o francês, por exemplo, se assemelham no que diz respeito à seleção das matérias sonora e gráfica. No entanto, nunca é possível afirmar que ambas as línguas são semelhantes quanto às substâncias sonora e gráfica, pois estas são específicas a cada uma delas.

Portanto, insistimos: não é a matéria, mas a substância semiótica (ou matéria transformada) que atinge sensorialmente e *linguisticamente* os sujeitos. Ao distinguir forma, substância e matéria, Hjelmslev coloca em evidência o sujeito da linguagem: tudo que o afeta é da ordem lingüística. Para que ele interprete uma unidade como sendo linguística, não basta que esta se apresente apenas como uma matéria (um som ou uma grafia aleatória que não manifesta nenhuma combinatória, por exemplo), mas como algo que se desloca do mundo puramente físico e entra no jogo da língua.

E onde se dá esse deslocamento? Para nós, ele acontece no/pelo *sujeito*. Na mesma direção, Faria (2016, p. 6) defende que a passagem da matéria para a substância é um deslocamento “operado no sujeito, pela ação da língua, e não fora dele”. A participação do sujeito nessa transformação se explica tanto pela necessária presença de um *corpo*, afetado pela língua através dos sentidos, quanto pelo reconhecimento da *substância semiótica* ou *forma material* por intermédio da *forma semiótica* ou *forma pura*.

Discutimos, na seção anterior, a crítica de Harris (2003) a Hjelmslev no que diz respeito ao conceito de língua do dinamarquês. Para o autor, Hjelmslev excede as ideias de Saussure nesse ponto, haja vista que, enquanto sistema de figuras, a língua se afasta do aspecto social contemplado na noção saussuriana. Embora não consideremos as formulações do dinamarquês como um “erro”, um “excesso”, mas como uma consequência de sua leitura

particular do CLG, concordamos que o conceito de língua, para Saussure e para Hjelmslev, é distinto.

É verdade que a noção hjelmsleviana de *sistema de figuras* tende a afastar o sujeito de sua definição, uma vez que este, no uso que faz da língua, não reconhece figuras, mas sempre signos. A figura é um “vir a ser” signo e, portanto, não é portadora de uma significação. Ela é, por assim dizer, o esqueleto da língua, cujo acesso só é possível ao linguista, no momento em que descreve a estrutura linguística.

Em *A estrutura e o uso da língua*⁵¹, Hjelmslev insiste no sistema de figuras/elementos (entendido como as regras que determinam a estrutura da sílaba), atrelando as regras de formação dos signos a ele:

Comprovamos, pois, que *os signos possíveis dependem das sílabas possíveis*; a estrutura da língua não comporta regras particulares para a constituição do signo [...] Mas na estrutura da língua existem regras particulares para as sílabas; os signos agrupam-se à margem das regras, não sendo possível construir signo algum infringindo as regras relativas à sílaba (1978[1968], p. 219, grifo nosso).

Antes dos signos, há as figuras, e estas, sim, comportam regras particulares, além de serem em número limitado, diferentemente dos signos, que são em número ilimitado. Para Hjelmslev, o sistema de signos “apresenta-se de imediato” e é fixado pelo *uso*, enquanto o sistema de figuras está “por trás” dos signos e apresenta-se como a própria estrutura da língua.

Portanto, o linguista dinamarquês não nega que a língua se apresente como um sistema de signos, mas o encantamento pela imanência da língua o faz ir além. O sistema de figuras explica a economia e, ao mesmo tempo, a produtividade linguística, porém, afasta consideravelmente o sujeito, uma vez que este está constantemente sob o regime do signo, ou seja, de unidades que significam.

No entanto, é a própria imanência da língua, sobre a qual Hjelmslev se deteve de maneira assaz, que afeta a matéria transformando-a em substância linguística. Tal fenômeno é, como acreditamos, operado por/num sujeito. Um trecho final dos *Prolegômenos*, que reproduziremos abaixo, parece ir de encontro a esse fato:

A teoria linguística, por necessidade interna, é levada a reconhecer não apenas o sistema linguístico em seu esquema e seu uso, em sua totalidade assim como em seus detalhes, mas também o homem e a sociedade humana presentes na linguagem

⁵¹ Texto presente na obra *A linguagem (Sproget)*, já mencionada neste trabalho. Os trechos que utilizamos foram retirados da tradução de José Teixeira Coelho Neto (1978), feita a partir da versão espanhola da obra (*El lenguaje*, 1968).

e, através dela, a atingir o domínio do saber o humano em sua totalidade (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 133).

Assim, se o sistema de figuras permite explicar aquilo que, no campo linguístico, está acima de qualquer designação material e/ou social, a necessária relação entre forma, substância e matéria, por outro lado, convoca a presença do sujeito como o lugar onde a transformação da *matéria* em *forma material* (ou substância semiótica) acontece. Ele é linguisticamente afetado não pela *figura*, nem pela *matéria*, mas no momento em que a figura se materializa numa *forma material* (substância semiótica) e atua como o “reflexo da forma pura”. Ou seja, em qualquer instância, o sujeito lida com a *substância semioticamente formada*.

Feitas essas breves considerações, podemos, agora, recuperar a argumentação do autor acerca da inexistência de uma substância primeira/natural da língua para explorarmos os impasses da separação entre *forma* e *substância*, afetada pela *matéria*, na relação oralidade/escrita.

4.3 O Algebrismo Hjelmsleviano: não há “substância natural”

Vimos que Hjelmslev, inicialmente, concebe a *forma* como uma pura álgebra, ou seja, como relações intralinguísticas que são arbitrariamente manifestas numa *substância*. Nessa perspectiva, a substância foi entendida pelo autor como sendo de natureza extralinguística. Desse ponto de vista, a oralidade não se configura como a substância primeira/natural da língua, mas como uma das possibilidades de a *forma* manifestar-se.

Mas essa separação estanque entre forma (linguística) e substância (extralinguística) foi revista pelo dinamarquês, sobretudo ‘quando ele se deu conta de que “aquilo que, de um ponto de vista, é ‘substância’ torna-se ‘forma’ de um outro ponto de vista” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 83). A noção de *forma material*, ao lado da de *forma pura*, nos mostra esse aspecto formal da substância, que a desprende da condição de pura matéria. Noutras palavras, o que Hjelmslev percebeu foi que a relação entre forma e substância, além de arbitrária, dá a esta última uma condição especial: a de ser uma *substância semioticamente formada*, afetada por regras intralinguísticas e, ao mesmo tempo, marcada por um aspecto material.

A matéria existe no mundo físico, mas a substância jamais é definida a priori. Ela é sempre resultado da incidência da forma sobre a matéria. Esta é a condição de sua existência;

é, também, a condição de a língua atingir materialmente o homem através dos sentidos. Nessa direção, Kristeva (1969, p. 29, grifo nosso) tem razão ao afirmar que “a língua está longe de ser uma idealidade pura. *Realiza-se por e numa matéria concreta* e nas leis objectivas da sua organização”.

Para a autora, isso significa que o “corpo” da linguagem apresenta uma *materialidade duplamente discernível*: de um lado, por seu aspecto fônico, gestual ou gráfico; do outro, pelas leis que organizam os diferentes subconjuntos linguísticos, tais como a fonética, a gramática, a semântica, etc. Por sua vez, a seleção do material no qual a língua (e suas leis) irá manifestar-se é sempre arbitrária.

Reforça-se, assim, o argumento hjelmsleviano contra o privilégio da substância fônica como a substância primeira/natural. Vimos que Hjelmslev destacou o fato de os sons serem acompanhados pelos gestos e pelas expressões faciais no exercício da fala. Depois, o autor contrapõe-se à ideia de derivação entre as substâncias fônica e gráfica ao assumir, com base em Russell, a ausência de critérios que possam decidir qual é o meio de expressão mais antigo do homem. Além disso, o contexto sincrônico da língua, segundo ele, dispensa fatos diacrônicos. Por essa razão, apelar para a história do homem, alegando o fato de que sociedades ágrafas desenvolvem posteriormente sistemas de escrita não fazem sentido na sincronia.

A multiplicidade de substâncias que coexistem (ou podem coexistir) num estado sincrônico da língua problematiza, ainda, a soberania e a naturalidade da substância oral sobre as demais, especialmente sobre a substância gráfica. O fato de a oralidade ser acompanhada por gestos e expressões faciais, mencionado é um exemplo. Mas, mesmo quando nos deparamos apenas com a substância gráfica, a suposta relação direta entre o oral e o escrito se desfaz.

Lapacherie (1995), no ensaio *A esperluète generalizada: sobre o ideograma na escrita do francês*, demonstra que a escrita francesa, dita alfabética, está repleta de elementos ideográficos. Segundo o autor, o alfabeto “é apenas a parte emersa do iceberg da escrita”. O próprio Saussure, segundo ele, havia levantado a hipótese de que as palavras são imagens, têm um valor ideográfico: “A palavra usual e familiar é apreendida ao primeiro olhar. A imagem desta palavra adquire para nós um valor ideográfico” (LAPACHERIE, 1995, p. 78).

O ideograma em destaque no texto de Lapacherie é a *esperluète* (&). A importância da & para o autor dá-se pelo fato de ela ter sido, nos séculos XVII e XVIII, na França, um ideograma introduzido no alfabeto. A & é aprendida nas escolas e é largamente empregada para designar a conjunção coordenativa *e*. Entram também na condição de ideogramas

circunscritos na escrita francesas as siglas, por exemplo, que não remetem à oralidade, mas a uma ideia específica.

O que as colocações de Lapacherie nos mostram é que o fenômeno *escrita* está além do estabelecimento de um alfabeto; ela apresenta elementos que nada remetem à substância sonora: a própria *esperluète*, as siglas, os espaços em branco, a disposição em parágrafos, e tantas outras características, revelam um funcionamento particular da escrita.

Ademais, sincronicamente, o oral e o escrito se misturam. Pode haver um deslizamento entre as substâncias sonora e gráfica, de modo que sustentar a anterioridade, e, em função disso, o privilégio de uma sobre outra, é insustentável. A verdadeira essência da língua está além de seu aspecto material. Podem-se descrever, numa perspectiva histórica, as substâncias que manifestam a língua, mas tal descrição não nos diz nada a respeito do funcionamento linguístico, ou seja, daquilo que marca significativamente a linguagem humana, o jogo de relações intralinguísticas que seleciona substâncias diversas.

Para além do enfraquecimento da ideia de substância primeira/natural associada à oralidade, a relação entre forma e substância, lançada por Saussure e aprofundada por Hjelmslev a partir da introdução do termo *matéria*, dá margem para outro aspecto que envolve a escrita e seu funcionamento. A esse respeito, Faria afirma que se, conforme Saussure, a escrita modifica a língua,

[...] parece possível concluir que, *havendo escrita, real ou potencial, a oralidade deixa de ser ágrafa*, pois as duas substâncias, enquanto formas materiais, estão disponíveis para serem selecionadas pela língua, em última análise, pelo sujeito que as devolve ao sistema, fazendo-o modificar-se (FARIA, 2016, p. 7, grifo da autora e nosso).

A ideia de escrita *em potencial* justifica-se pelo próprio caráter arbitrário da forma. Mesmo para as línguas que ainda não possuem uma escrita, como é o caso de muitas línguas indígenas, esta não é uma realidade impossível. Toda língua está potencialmente predisposta a manifestar-se numa substância gráfica. Uma vez introduzido no jogo linguístico, essa substância gráfica se desprenderá de um “estado de origem” (quer seja, um alfabeto) e passará a funcionar como uma *escrita*, com características que lhes são próprias, e poderá modificar a língua (assim como a fala também o faz).

Considerando a presença da escrita nas sociedades modernas, é fácil identificar, de uma maneira geral, a interferência da escrita nas atividades cotidianas de pessoas que não sabem escrever ou que não participam efetivamente da cultura letrada: assinar o nome, ler a placa do ônibus, captar as informações principais da bula, entre tantas outras. Todas essas

leituras acontecem sem a obrigatoriedade de que o sujeito seja alfabetizado, ou seja, sem que ele estabeleça necessariamente a relação som-letra, mas tão somente pelo fato de a escrita apresentar-se numa configuração própria.

Além disso, sendo a substância gráfica uma das formas materiais disponíveis ao sujeito, na sincronia, a oralidade e a escrita concorrem igualmente para manifestar a forma pura, podendo ser intercambiáveis. A oralidade deixa de ser ágrafa.

A experiência nos mostra que pode haver um deslizamento entre as substâncias, tanto do oral para o escrito quanto do escrito para o oral. Exemplos de textos produzidos por crianças nas séries iniciais são prototípicos da influência do oral sobre o escrito; daí a expressão “escreve como se fala”, como é o caso comum da escrita de verbos no infinitivo sem a presença do *r* final. Por outro lado, há também interferência do escrito sobre o oral; Saussure, em tom depreciativo, citou algumas dessas interferências na língua francesa, como é o caso de *Lefèvre*, pronunciada “com um *b* que jamais existiu realmente na palavra e um *u* proveniente de um equívoco [...]” (CLG, p. 41).

Assim sendo, a ausência de escrita numa determinada língua não significa que esta é uma realidade impossível; por outro lado, havendo escrita, é possível que ela se misture à oralidade, sendo as duas substâncias intercambiáveis. Concordamos com Faria quando afirma, a partir de Hjelmslev, que “pela tirania, não da letra, mas da *pura diferença*, toda matéria é potencialmente transformada em substância linguística, ou *forma material* [...]” (FARIA, 2016, p. 8, grifo da autora).

A *Internet* tem propiciado diversas experiências com a língua, como as mensagens veiculadas nas redes sociais que misturam sons, letras e imagens. Tais mensagens são fenômenos muito bem conhecidos pelos usuários da rede, sobretudo os mais jovens. O *internetês*, termo consagrado pela literatura para se referir à língua posta em circulação na web, já foi estudado a partir de ângulos diferentes: como gênero, como evento de comunicação, etc. Ávila (2008, p. 4, grifo nosso) compreende-o como um *socioleto*: este não é um mero sistema de escrita, mas “existe sob a forma de uma *escrita que amalgama todos os sistemas de escrita já inventados pela humanidade* e que *embaralha as fronteiras entre o oral e o escrito* de um modo nunca antes visto”.

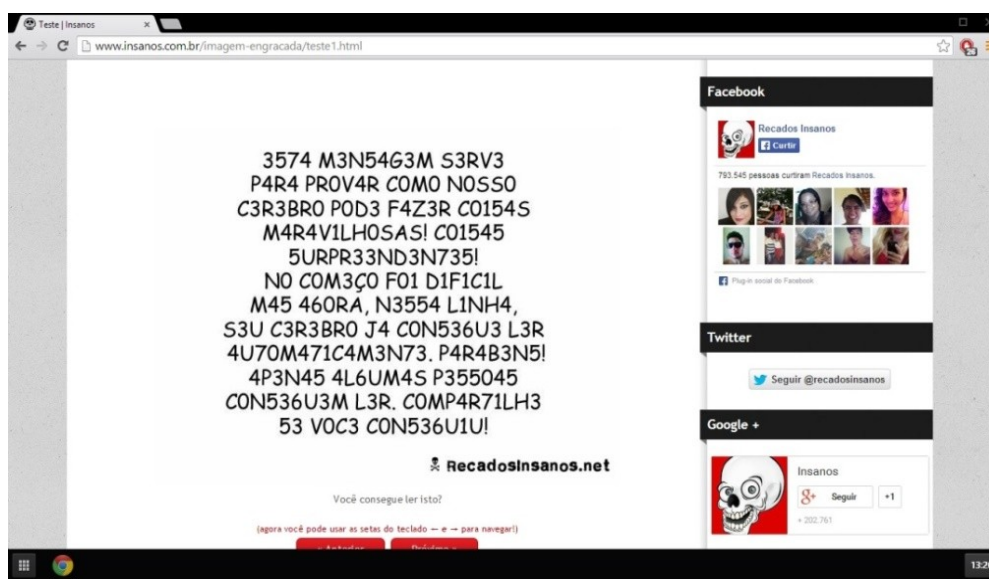
Chamou nossa atenção, na definição da autora, o fato de o *socioleto* se apresentar como um sistema que comporta vários tipos de escrita e de, por essa razão, embaralhar os limites entre o oral e o escrito. Isso nos faz supor que a *Internet* proporcionou um movimento de redescoberta da escrita e de suas potencialidades, além de uma escrita que ultrapassa a relação letra-som e que, por essa razão, abre espaço para outras relações não previstas numa

concepção elementar de representação do oral pelo escrito. Talvez, o *internetês* tenha surgido não apenas para embaralhar as fronteiras entre oralidade e escrita, mas também para dar a esse “embaraço” uma razão de existência na/pela língua.

O *corpus* da autora foi coletado a partir de interações entre alunos e professores de duas escolas, uma pública e uma privada, pelo *MSN Messenger* (programa de mensagens instantâneas) e pelo *Orkut* (rede social), ambos atualmente extintos da rede. Portanto, foram retiradas de um contexto bastante específico e, hoje, inexistente.

Empreenderemos, abaixo, uma análise de uma mensagem veiculada na internet com o intuito de discutir a questão que permeia esta pesquisa: qual a natureza da relação entre oralidade e escrita? A mensagem analisada por nós não mistura sons, letras e imagens, como as analisadas por Ávila, mas letras e números.

4F1NL, 4 35CR174 R3PR3S3N74 4 0R4L1D4D3? A imagem abaixo corresponde a um *print* do site de humor *Insanos*:



2- Imagem do site de humor *Insanos*, disponível em www.insanos.com.br. Acesso em Maio 2015.

Nela, há um texto, aparentemente enigmático, que mistura letras e números, portanto, *substâncias gráficas*. Esse “enigma” se desfaz quando somos capazes de “decifrar” a seguinte mensagem:

Esta mensagem serve para provar como nosso cérebro pode fazer coisas maravilhosas! Coisas surpreendentes! No começo foi difícil mas agora, nessa linha, seu cérebro já consegue ler automaticamente. Parabéns! Apenas algumas pessoas conseguem ler. Compartilhe se você conseguiu!

O sucesso de compartilhamento dessa mensagem nos mostra que os falantes alfabetizados em língua portuguesa conseguem lê-la, embora haja o estranhamento inicial. O tom de desafio presente na mensagem desafia os leitores a decifrá-la. Resta-nos indagar: por que essa leitura é possível? É somente o cérebro que entra em cena nesse trabalho de decifração, como alude a mensagem?

À primeira vista, somos levados a crer que a leitura da mensagem é possível graças a semelhança dos números com as letras as quais eles substituem: 5 para S, 7 para T, 4 para A, 0 para O, 1 para I, 6 para G. Mas, o que dizer do 3 que substitui o E? Embora a semelhança esteja presente, é mais difícil associar 3 a E do que 5 a S, por exemplo. Assim, não há uma substituição totalmente fiel dos traços das letras maiúsculas pelos números; mesmo no caso 5/S, os traços não são fidedignos.

Ainda a respeito da substituição das letras pelos números, mais do que constatar as dessemelhanças, é preciso indagar: o que permite essa substituição? Retomamos, nesse ponto, o exemplo de Saussure quando utiliza as letras para explicar o *valor linguístico*: o valor permite que a letra *t* seja grafada de diferentes maneiras, desde que este *t* não se confunda com o *l* ou o *d* (CLG, p. 138-139), por exemplo. As variantes carregam traços característicos de *t*, esta concebida como uma letra distinta das demais letras do alfabeto, ou seja, com *valor* de *t*. Nessa perspectiva, os números da mensagem, pensados numa relação de *um pra um*, atuam não como números, mas como *variantes* das respectivas letras substituídas.

No entanto, como é possível que os números sejam identificados, nesse texto, como letras? As letras são, na concepção de representação, atreladas aos sons, como se fossem espelho da oralidade e existissem em função desta. Porém, *os números não possuem qualquer relação de origem com a substância sonora*. Oriundos da ciência matemática, eles são grandezas numéricas. Na mensagem enigmática, eles perdem totalmente a referência às grandezas matemáticas e passam a funcionar apenas como letras.

As letras e os números, assumidos enquanto *substâncias semioticamente formadas* ou *formas materiais*, se relacionam arbitrariamente com a língua. O que está em jogo não é o ponto de origem de ambas, nem suas diferenças. Interessa mais que, nessa mensagem, elas tenham servido igualmente e satisfatoriamente para manifestar a *forma pura*, verdadeira essência da língua. O *grafematema*, conceito que pertence à forma material e que reflete a forma pura, reúne, neste caso, as letras e os números enquanto variantes no ato da manifestação.

É curioso, ainda, o fato de que a primeira palavra da mensagem, “3574”, seja composta apenas por números. Ao longo do texto, encontramos também “53”. Em seu

contexto habitual, essas duas expressões seriam lidas como numerais, como, por exemplo, “três mil quinhentos e setenta e quatro” e “cinquenta e três”, respectivamente. Mas, na mensagem virtual, elas perdem sua referência à matemática, como dissemos, e são interpretadas como “esta” e “se”, assumindo, no conjunto, o valor de letra.

Certamente, há outros elementos típicos da escrita que favorecem a compreensão do texto e que não podem ser desconsiderados nessa decifração, tais como o espaçamento entre as palavras e a pontuação, mas eles só evidenciam a independência do escrito em relação ao oral. Quando lemos, atribuímos significado à maneira como as letras estão graficamente dispostas e às relações linguísticas que dali derivam; a disposição espacial é fundamental, pois compõe as características da substância gráfica. A leitura é, pois, viabilizada não por uma relação direta com oralidade (é possível ler em silêncio, por exemplo), mas pela relação da escrita (e suas características particulares) com a língua, definida unicamente por suas funções internas na teoria hjelmsleviana.

Desta feita, podemos indagar: afinal, o que a análise do texto virtual aqui empreendida revela sobre *a natureza da relação entre oralidade e escrita*? Esta é uma relação pautada meramente na *representação*? É a partir de Hjelmslev que, mais uma vez, sustentamos o contrário, haja vista que: 1) não há derivação entre as substâncias sonora e gráfica; 2) cada uma delas convoca *matérias* diferentes; e 3) oralidade e escrita são, enquanto *formas materiais*, manifestações distintas da *forma pura*.

A hipótese estrutural sustentada radicalmente pela Glossemática refuta qualquer designação natural da substância. Toda substância é “formada” arbitrariamente, o que significa dizer que nenhuma delas é anterior à própria estrutura que a torna possível. Portanto, nessa perspectiva, *a escrita não é derivada da oralidade*, nem esta é a substância natural da língua.

A mensagem virtual revela esse princípio ao propor uma leitura fora do habitual, tendo em vista a presença de elementos que, por sua natureza, não apresenta nenhuma relação com a substância sonora. Os números são grandezas numéricas que, no texto em questão, assumem o *valor de letra* não por uma relação direta com a oralidade, uma vez que esta é inexistente mesmo do ponto de vista diacrônico, mas pelo conjunto, pelas funções internas que sustentam as relações linguísticas ali estabelecidas.

A discussão do termo *sentido/matéria* em Hjelmslev nos mostrou, entre outros aspectos, que a língua, embora seja uma álgebra, definida por suas funções internas, não é uma idealidade pura, mas manifesta-se por e através de uma substância. A depender da substância selecionada para essa manifestação, teremos a mobilização de diferentes matérias

(sonora ou gráfica) e de sentidos (aqui entendido como os *sentidos do corpo*) pelos quais a substância atinge o sujeito: audição e visão, para a substância sonora (uma vez que, conforme Hjelmslev, a fala é acompanhada pelos gestos e pelas expressões faciais) e visão⁵², para a substância gráfica.

Ora, o que vemos na mensagem acima analisada é a mobilização unicamente da matéria gráfica, ainda que sejam oriundas de diferentes relações (linguísticas, no caso das letras, e matemáticas, no caso dos números). A disposição espacial, os espaços entre as palavras, a utilização de letras maiúsculas e a própria relação estabelecida entre as letras e os números, tudo isso compete e é interpretável a partir da materialidade gráfica, ou, melhor dizendo, da substância gráfica, sem apelo à sonoridade ou aos meios pelos quais esse tipo de matéria é discernível. Em suma, o oral e o escrito são distintos em suas realizações materiais e, por sua vez, convocam diferentes sentidos e maneiras particulares de interpretação linguística.

E, por fim, as noções de *forma pura* e *forma material* dão consistência aos dois princípios mencionados acima. Oralidade e escrita, assumidas enquanto *formas materiais*, mantém relação não entre si, mas com a *forma pura* que as seleciona arbitrariamente. Diferenciando-se do valor, mas não independentes dele, as formas materiais testemunham a intersecção entre as dependências internas da língua e a sua materialidade. Essas dependências internas são descritas sempre a partir de um estado sincrônico, que dispensa aspectos diacrônicos, irrelevantes para a *estrutura*.

Nessa perspectiva, na mensagem virtual, os números assumem, como reflexo da forma pura, a função de letra; somente deslocando-se de sua origem, o número pode ser interpretado como elemento linguístico e, assim, ser submetido à outra relação simbólica. Ademais, a noção de forma material, que compreende o conceito de *grafema*, confere aos números a função de *variantes*, desde que guardados os traços característicos das letras que estabelecem a *positividade* de sua manifestação.

⁵² No meio virtual, há também a possibilidade de mobilização da audição para a substância gráfica em função das mensagens que acrescentam sons à sua configuração, como, por exemplo, as mensagens veiculadas no aplicativo *Whatsapp*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, a concepção elementar de representação da oralidade pela escrita foi problematizada a partir das noções de *forma pura* e de *forma material* em Hjelmslev. Entretanto, para que chegássemos ao tratamento original dado ao oral e ao escrito pelo linguista dinamarquês, percorremos, antes, uma parte da história da linguística, a fim de compreendermos o modo como a oralidade e a escrita foram tratadas na Gramática Comparada, no Movimento Neogramático e, por fim, no CLG, obra que foi fundamental para a teorização hjelmsleviana.

Vimos que, embora houvesse divergências teórico-metodológicas entre a Gramática Comparada e o Movimento Neogramático, ambos concebiam *a letra como a representação do som*. Para nós, a feliz surpresa do trabalho de reconstrução do antepassado comum das línguas é que, embora as formas escritas das línguas comparadas pudessem ser concebidas como representantes diretas dos sons, as *fórmulas* a que chegavam os comparatistas eram desprovidas de qualquer qualidade fonética. Ou seja, elas registravam apenas a *pura diferença*, sem que, para isso, fosse preciso apoiar-se em dados fonéticos dos quais não se tinha acesso.

Os neogramáticos, por sua vez, tacharam como negativa a representação do som pela letra, haja vista o caráter ilusório da escrita face ao som, este, sim, verdadeiro objeto de suas análises fonéticas. O interesse pelas línguas vivas em detrimento das línguas “mortas” foi, também, um fator decisivo para a exclusão da escrita pelos neogramáticos, já que não havia mais o interesse em reconstruir um passado, mas, sim, atentar para o presente das línguas naturalmente *faladas*. Ademais, o problema da escrita estava posto.

Saussure, que possuía formação neogramática, posiciona-se frente a esse problema; ele repete a visão de seus contemporâneos ao afirmar, no CLG, que a escrita é meramente a representação da língua e ao combater todos os “efeitos” do desacordo irreconciliável entre a letra e o som. No entanto, ao introduzir a noção de *valor linguístico* e, com ela, a *arbitrariedade do signo*, o genebrino desloca a escrita alfabética do lugar de mera representação da língua falada e a coloca ao lado do som, como duas possibilidades materiais de o significante manifestar-se. Embora a oscilação do termo *signo* no texto saussuriano problematize o lugar ocupado pela escrita no CLG, vimos que, depois de Saussure, especialmente da noção de *valor*, a oralidade perde seu lugar de “liame natural” da língua, já que o som não é, para ela, mais que o “elemento material”, “coisa secundária, matéria que põe

em jogo” (CLG, p. 137), e a escrita “alcança a plena dignidade de sistema de signos”, nas palavras de Arrivé (2010, p. 85). Sendo um sistema de signos, a escrita é apresentada, tal como a língua, como “domínio de intervenção da noção de valor”, conforme o referido autor.

O paradoxo presente no CLG acerca das concepções de oralidade e de escrita surtiu efeitos distintos na linguística do século XX, como vimos nas formulações dos estruturalistas Jakobson e Hjelmslev. Enquanto o primeiro partiu da concepção tradicional de representação do oral pelo escrito, afirmando ser a letra, necessariamente, o significante do som, seu significado, o segundo radicalizou a afirmação saussuriana *língua é uma forma e não uma substância*, presente no capítulo sobre o *valor*, entendendo *letra e som* como *substâncias* que podem manifestar a *forma* linguística.

O contraste entre as formulações de Jakobson e de Hjelmslev acerca da escrita, bem como entre os conceitos de *língua*, *signo*, *forma* e *substância* em Saussure e em Hjelmslev, nos mostraram o quanto o dinamarquês foi um linguista do seu tempo, engajado em elucidar as questões de linguística geral emergentes, porém, da sua maneira; ele fez do CLG uma leitura bastante particular, ressaltando as *descobertas* que o *Cours* apresentava, e, ao mesmo tempo, radicalizando-as em função de uma *linguística imanente*.

Nesse sentido, vimos que Hjelmslev não é um tradutor do pensamento saussuriano, mas, antes e acima de tudo, um *inovador*, de modo que o conceber como um autor que “excede” as ideias do mestre é desconsiderar seu projeto original de teoria linguística. O *algebrismo*, termo várias vezes associado ao nome de Hjelmslev, tem suas raízes nas noções saussurianas de *forma* e *substância*, mas como *efeito*: as acepções que tais noções tomaram na Glossemática, bem como as de *língua* e a de *signo*, diferem das do mestre genebrino.

Das inovações hjelmslevianas, vimos que: 1) a *língua*, para Hjelmslev, é mais que um sistema de signos, é, antes, um *sistema de figuras/elementos* destinado a formar signos; 2) o *signo*, por sua vez, é formado pela *forma do conteúdo* e a *forma da expressão*, que se liga a uma *substância do conteúdo* e uma *substância da expressão*, respectivamente. Logo, há uma dimensão formal tanto para o conteúdo quanto para a expressão; e 3) ao lado da *forma* e da *substância*, de natureza linguística, há a *matéria*, de natureza extralinguística, e a relação que une esses três elementos é a de *manifestação*: *a substância é a manifestação da forma na matéria*.

Encarar a substância (do conteúdo e, sobretudo, da expressão) nos moldes de uma linguística estrutural foi, de fato, um desafio aceito por Hjelmslev. Foi exatamente esse desafio que aproximou o autor da escrita e, embora ele não tenha se dedicado a um estudo

aprofundado da substância gráfica, deu a ela um *status* totalmente distinto do que aquele encontrado na linguística do século XIX e, também, nos estudos de seus contemporâneos.

O primeiro enfrentamento do autor foi negar a existência de uma *substância absoluta/natural da língua*, que, na época, era tomada como sendo a *substância sonora*, de onde as demais substâncias (gráfica, gestual, etc.) eram derivadas. A ideia de língua *naturalmente* falada foi fortemente rebatida pelo dinamarquês ao afirmar que “as grandezas da forma linguística são de natureza ‘algébrica’ e não têm denominações naturais, podendo ser designadas arbitrariamente de diferentes maneiras” (HJELMSLEV, 2013[1943a], p. 112). Para o autor, a arbitrariedade na relação entre forma e substância desautoriza a concepção de que o som é a substância natural da língua. A substância, seja ela qual for, é sempre um fato posterior à forma.

Além disso, Hjelmslev contrariou o fato da anterioridade da fala em relação à escrita, principal argumento da ideia de representação e/ou de derivação da substância gráfica a partir da substância sonora. Ao assumir, com Russel, a ausência de qualquer critério que possa decidir qual o meio mais antigo de expressão do homem, se a fala ou a escrita, o autor defende, também, a impertinência das “considerações diacrônicas” para a descrição sincrônica.

Nesse primeiro momento, o linguista insistiu na dependência da substância em relação à forma, e, por essa razão, atribuiu a ela um caráter extralinguístico. Posteriormente, vimos que Hjelmslev reconheceu que *a substância já é uma forma*, e que, portanto, é de natureza linguística, restando à *matéria* o caráter estritamente extralinguístico. Surgiram, então, as noções de *forma pura* (pura álgebra) e de *forma material* (reflexo da forma pura sobre a matéria), em contraste com a *pura matéria*.

A forma material é *dual*: de um lado, é revestida da forma pura, da pura diferença, das relações/funções internas; do outro, remete à matéria, ao suporte físico que convoca, necessariamente, o *corpo* de um sujeito da linguagem, seus sentidos (audição, visão, etc.). Nessa perspectiva, o sujeito pode ser entendido como *palco* da transformação da matéria em forma material, haja vista que é nele que o simbólico se faz/refaz. Como vimos, Hjelmslev não aborda tais fatos diretamente, mas acreditamos ser esta uma consequência lógica de suas colocações, sobretudo porque, ao incluir a substância (da expressão e do conteúdo) no âmbito da linguística, ele incluiu, também, o sujeito nas malhas da língua.

Ao esvaziar a língua de todo e qualquer elemento substancial, ou, melhor dizendo, ao submeter a substância a um funcionamento de ordem linguística, Hjelmslev deu abertura para que as substâncias, seja ela sonora, gráfica, gestual, etc., fossem entendidas enquanto

possibilidades (ainda que inexistentes em determinadas línguas) de manifestação da língua acessíveis ao sujeito. O fato essencial não é, pois, qual substância manifesta a língua, nem tão pouco qual a substância mais antiga, mas a possibilidade de a língua manifestar-se, arbitrariamente, por qualquer substância. Nessa perspectiva, *a escrita não representa a oralidade*, mas ambas (substância materialmente distintas) se relacionam com a língua.

Em suma, ainda que Hjelmslev tenha elevado a Glossemática ao mais alto grau de abstração (com a formulação do sistema de figuras, acessível apenas do ponto de vista do linguista), o movimento de excluir/incluir a substância do âmbito da linguística revelou aquilo que não pode ser desconsiderado: o fato da materialização e, ao mesmo tempo, da presença do sujeito, de um *corpo* afetado pela língua através dos sentidos. É a *forma material*, e não a pura matéria, que atinge *sensorialmente* o sujeito.

Nessa direção, as palavras finais do autor dos Prolegômenos são representativas:

Uma limitação provisória de nosso campo visual era o preço que se devia pagar para *arrancar da linguagem seu segredo*. Ora, é graças a este ponto de vista imanente que a linguagem devolve generosamente aquilo que, de início, ela exigira (HJELMSLEV, 2013[1943a], grifo nosso).

O *segredo da linguagem* arrancado pelo algebrismo hjelmsleviano vai além do estabelecimento de um sistema de figuras/elementos e da relação entre forma e substância. Ao desbravar a *forma pura*, Hjelmslev nos revelou, no mesmo ato, que, do ponto de vista do sujeito, só há linguagem, jamais pura matéria.

REFERÊNCIAS

ARRIVÉ, M. *Linguística e psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros*. Trad. de Mário Laranjeira e Alain Mouzat. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. *Em busca de Ferdinand de Saussure*. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

AROUX, S. *A revolução tecnológica de gramatização*. Trad. De Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

ÁVILA, M. *Internetês: uma anamnese da história da escrita*. Cuiabá, 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso.

BADIR, S. “A noção de ‘texto’ em Hjelmslev”. In: *Cadernos de Semiótica Aplicada*, Unesp, v.3, n.2, 2005.

BENVENISTE, E. “‘Estrutura’ em linguística”. In: BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1995[1962].

BORGES, S. *O quebra-cabeça: a alfabetização depois de Lacan*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

CALVINO, I. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAÑIZAL, E.; LOPES, E. Prefácio. In: *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2013 [1943a].

CHISS, J. & PUECH C. “La linguistique et la question de l’écriture: enjeux et débats autour de Saussure et des problématiques structurales”. In: *Langue française*, n. 59, 1983, pp. 5-24.

COSTA, L. *O fazer texto: reflexões sobre o conceito de texto a partir de Hjelmslev e da Aquisição de linguagem*. Maceió, 2010. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Alagoas.

CRUZ, M. “A filologia saussuriana: debates contemporâneos”. In: *Alfa*. São Paulo, v. 53, n. 1, p. 107 – 126, 2009.

CRUZ, M. A.; PIOVENAZI, C.; TESTENOIRE, P. (Orgs.). *Saussure, o texto e o discurso: cem anos de heranças e recepções*. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2016.

DEPECKER, L. *Compreender Saussure a partir dos manuscritos*. Trad. de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1998 [1973].

DUCROT, O. “Glossemática”. In: DUCROT, O.; TODOROV, T. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2001 [1972].

ENDRUWEIT, M. “A teoria do valor e a escrita”. In: *Letras & Letras (UFU)*, v. 25, p. 105-144, 2009.

FARACO, C. “Estudos pré-saussurianos”. In: MUSSALIN, F. & BENTES, A. (Org.) *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. (Org.) *O efeito Saussure: cem anos do Curso de linguística geral*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARIA, N. *Forma, substância e matéria na linguagem: oralidade e escrita a partir de Hjelmslev*. No prelo 2016.

_____. *Entre a leitura da fala e a escrita da língua: o fonema em Saussure*. DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (Online), 2018.

FERNANDES, R. L. & RICOU, M. *Introdução à álgebra*, IST Press, Lisboa, 2003. Disponível em <<http://www.math.ist.utl.pt/~rfern/index.html>>. Acesso em: junho 2015.

FERREIRA, A. B. *Miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FIORIN, J. “O projeto hjelmsleviano e a semiótica francesa”. In: *Galáxia*, n. 5, 2003, p.19-52. _____. (Org.). *Introdução à Linguística*. v. 1. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, J. L., FLORES, V. do N., BARBISAN, L. B. (Org.) *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

FONTAINE, J. *O Círculo Lingüístico de Praga*. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1978.

GARAY, R. G. *O fonema – linguística e história*. Rio Grande do Sul, 2016. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GREIMAS, A. Prefácio. In: HJELMSLEV, L. *Le langage*. Paris: Les Editions de Minuit, 1966 [1963].

HARRIS, R. “Hjelmslev’s Saussure”. In: HARRIS, R. *Saussure and his interpreters*. 2. ed. Edinburgh: University Press, 2003.

HIGOUNET, C. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola, 2003.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2013 [1943a].

_____. *Le langage*. Paris: Les Editions de Minuit, 1966 [1963].

_____. “Uma introdução à linguística”. In: HJELMSLEV, L. *Ensaio linguísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991 [1937].

_____. “Língua e fala”. In: HJELMSLEV, L. *Ensaio linguísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991 [1943b].

_____. “Análise estrutural da linguagem”. In: HJELMSLEV, L. *Ensaio linguísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991 [1948a].

_____. “Linguística estrutural”. In: HJELMSLEV, L. *Ensaio linguísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991 [1948b].

_____. “A estratificação da linguagem”. In: HJELMSLEV, L. *Ensaio linguísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991 [1954].

_____. “Por uma semântica estrutural”. In: HJELMSLEV, L. *Ensaio linguísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991 [1957].

_____. “A estrutura e o uso da língua”. In: *Saussure, Jakobson, Hjelmslev, Chomsky: os pensadores*. Trad. de J. Mattoso Câmara Jr. et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1968].

JAKOBSON, R. “Para a estrutura do fonema”. In: *Fonema e fonologia: ensaios*. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1967[1939].

_____. “A fonologia em relação com a fonética”. In: *Saussure, Jakobson, Hjelmslev, Chomsky: os pensadores*. Trad. de J. Mattoso Câmara Jr. et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1957].

KOERNER, E. “História da lingüística”. In: *Revista Confluência*. Rio de Janeiro, n. 46, p. 9-22, 2014 [1994].

KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Trad. de Maria Margarida Barahona. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1969.

LAHUD, M. “Alguns mistérios da linguística”. In: CALVÃO, W. N. & JR., B. P. (Org.). *Almanaque 5: Cadernos de Literatura e Ensaio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

LAPACHERIE, J-G. “A esperluète generalizada: sobre o ideograma na escrita do francês”. In: BOTTERO, J. *Cultura, pensamento e escrita*. Rio de Janeiro: Ática, 1995.

LIMA, D. *A relação entre oralidade e escrita sob os efeitos da teoria de valor em Saussure*. Maceio, 2014. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Alagoas, 2014.

LIMA, J. *A teoria glossemática de Louis Hjelmslev numa perspectiva historiográfico-linguística*. Goiás, 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.

MILNER, J-C. *O amor da língua*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

NORMAND, C. *Saussure*. Trad. de Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. “Uma epistemologia da linguística”. In: SILVEIRA, E. (Org.). *As bordas da linguagem*. Uberlândia: EDUFU, 2011.

PAVEU, M.; SAFARTI, G. É. *As grandes teorias da Linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos, SP: Clara Luz, 2006.

PUECH, C. “Saussure and structuralist linguistics in Europe”. In: SANDERS, C. (Org.). *The Cambridge Companion to Saussure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ROBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Trad. Luiz M. Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983 [1967].

SALUM, I. Prefácio. In: SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

_____. *Escritos de lingüística geral*. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Cultrix, 2004 [2002].

SILVEIRA, E. *As marcas do movimento de Saussure na fundação da linguística*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

SIMIS, A. *Introdução à álgebra*. Monografia. Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Rio de Janeiro, 1977.

SOUZA, É. *Consciência fonológica e fonema: discutindo seus conceitos e seus empréstimos*. Maceió, 2011. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Alagoas.

TRABANT, J. “Faut-il défendre Saussure contre ses amateurs? Notes item sur l’“étymologie saussurienne””. In: CHISS, J-L; DESSONS, G. *Langages*. Larousse, Paris, n.59, septembre 2005.

ULDALL, H. “Speech and writing”. In: HAMP, E. et al (ed.) *Readings in linguistics I and II*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995 [1944].